

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANE ROCHA LARA

deGENEROu:
A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Juiz de Fora
2018

JULIANE ROCHA LARA

deGENEROu:

A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), área de concentração *Cultura, Poder e Instituições*, linha de pesquisa *Políticas Públicas e Desigualdade Social*, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé.

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lara, Juliane Rocha.

deGENEROU : A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES / Juliane Rocha Lara. -- 2018.
210 p.

Orientador: Eduardo Antônio Salomão Condé
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2. Políticas Públicas. 3. Gênero. 4. Conferências Nacionais. 5. Governo. I. Antônio Salomão Condé, Eduardo, orient. II. Título.

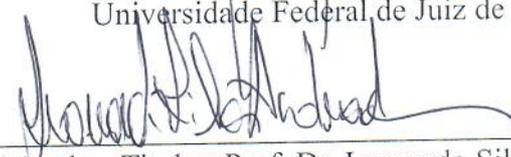
JULIANE ROCHA LARA

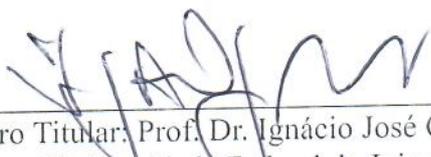
**deGENEROU:
A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

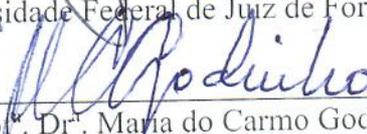
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais por Juliane Rocha Lara.

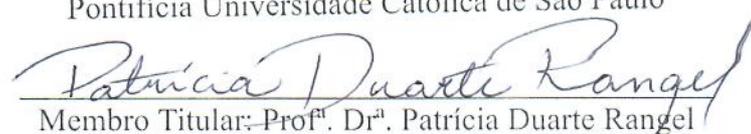
Tese defendida e aprovada em 31 de agosto de dois mil e dezoito, pela banca constituída por:


Orientador: Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé
Universidade Federal de Juiz de Fora


Membro Titular: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada
Universidade Federal de Juiz de Fora


Membro Titular: Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado
Universidade Federal de Juiz de Fora


Membro Titular: Prof. Dr. Maria do Carmo Godinho Delgado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo


Membro Titular: Prof. Dr. Patrícia Duarte Rangel
Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho ao meu filho Otto e
ao William, meu companheiro de vida e
de lutas.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Otto que, inesperadamente, chegou em nossas vidas sem ao menos imaginarmos que esse filho existiria um dia, muito menos antes das “filhas” que teríamos: nossas teses. Otto é luz desde a notícia de sua chegada, desde o ventre e raiou como o sol desde nosso primeiro encontro. É por ele que sigo e para ele que apresento este trabalho.

Ao William, pai do meu filho, meu amigo, meu companheiro de vida pessoal e acadêmica, com quem divido há anos cafés da manhã regados a muito debate político, econômico e social. A ele que acredita em mim, no meu potencial, na minha força e que me oferece, com resiliência, as condições que preciso para seguir na vida profissional.

À parcela da minha família que acredita em meu potencial e torce pelo meu sucesso, meu tio e padrinho Titá (Italo), minha tia Ana Claudia e minha avó Adolphina (*in memoriam*).

Aos avós do William, Jorge (*in memoriam*) e Celina, que me acolheram como neta e contribuem para o meu sucesso. E também à avó Nézia, que reza, torce e contribui efetivamente, mesmo de longe, para nossa vitória. E toda a família do William que acredita e vibra com minha conquista.

Aos amigos que, além de também serem bênçãos em nossas vidas, permitiram condições para a feitura desta tese, pois sem eles, além da amizade e incentivo, eu não teria os respiros necessários nos cuidados com Otto, por isso minha eterna gratidão: Inês e Wallace, Bárbara e Fábio, Eliana e Ricardo.

À Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes, meus alunos, direção, profissionais da educação e professores que estão em contato com essa mente em movimento por uma tese defendida.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (lugar de dez anos de caminhada) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (que aqui menciono apenas por praxe), que para mim são representadas somente pelos professores que de fato contribuíram significativamente em minha formação: Leo Andrada, Beatriz de Basto, Raul Magalhães, André Gaio, Jessé Souza, Ignacio Delgado e, obviamente, meu orientador Condé.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa durante os quatro anos de Doutorado, mais os quatro meses de licença maternidade (Portaria Nº 248, de 19/12/2011), fazendo jus aos direitos reprodutivos da mulher pós-graduanda.

Ao professor, orientador e amigo, Eduardo Salomão Condé, pelos encontros, debates, aulas, indicações, amizade e carinho, fundamentais para a realização deste sonho. Nossa relação não termina aqui. O tenho como um ente muito querido, bem como sua esposa Vânia e sua filha Deborah.

Aos membros da banca, pela disponibilidade e colaboração com minhas reflexões sobre este estudo.

RESUMO

Essa pesquisa de Doutorado visa compreender o processo de criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2003, no governo Lula, respaldada na relação entre os grupos de interesses feministas com as escolhas políticas e governamentais, sua consolidação com o êxito das políticas produzidas, destacando a relevância das Conferências Nacionais como espaços de interlocução entre Estado e sociedade, e sua trajetória até o fim do governo Dilma Rousseff, em 2016, governo esse que foi interrompido pelo processo de impeachment. Após o afastamento da presidenta, seu vice-presidente, Michel Temer, assume e, assim, busca-se, nesta tese, analisar o consequente esfacelamento da Secretaria, traçando o curso da mesma de 2016 até o presente ano de 2018, associar seu fim institucional às instabilidades políticas e governamentais correntes pós-impeachment. Nessa elaboração, torna-se necessária, portanto, a compreensão da trajetória do conceito de gênero frente ao contexto de surgimento e fim da SPM, como se formou a agenda de políticas para as mulheres, apontar os atores envolvidos e, finalmente, entender como o contexto político e os governos influenciaram nesse caminho.

Palavras-chave: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Políticas Públicas. Gênero. Conferências Nacionais. Governo.

ABSTRACT

This PhD research aims to understand the creation of the Presidency of the Republic's National Secretariat of Women's Policies, in 2003, during Lula's government, based in the relation between feminist interest groups and the political choices made by the government at the time. The research also seeks to comprehend the success of the developed policies, highlighting the relevance of the National Conferences as spaces of dialogue between State and society. The impeachment process, in 2016, interrupted Dilma Rouseff's government, and Michel Temer, former vice president, became the new president. Thus, this doctoral thesis aims to assess the shattering of the Secretariat, following its progress from 2016 to its ending, in 2018, and to associate it with the political and governmental instabilities after the impeachment. It is also necessary to understand the trajectory of the concept of gender from the beginning to the end of SPM, how the agenda was set for women policies, point the involved actors and the influences of the political and governmental context.

Keywords: Secretariat of Women's Policies; Public Policies; Gender; National Conferences; Government.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas

AGU – Advocacia-Geral da União

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BPW Brasil – Associação de Mulheres de Negócios de Profissionais do Brasil

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CDMB – Casa da Mulher Brasileira

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CGU – Controladoria-Geral da União

CMB – Confederação das Mulheres do Brasil

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAMI – Conselho Nacional das Mulheres Indígenas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTI – Confederação Nacional das Trabalhadoras da Indústria

CTB – Central dos e das Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos e das Trabalhadoras

DEM – Democratas

FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNMN – Fórum Nacional de Mulheres Negras

FMM – Fórum de Mulheres do Mercosul

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IML – Instituto Médico Legal
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MJ – Ministério da Justiça
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPF – Ministério Público Federal
MS – Ministério da Saúde
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial
ONU – Organização das Nações Unidas
OPM – Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PLO – Proposta de Lei Orçamentária
PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPA – Plano Plurianual
Prouni – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
REF – Rede Economia e Feminismo
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RNFS – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

SEDIM – Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

SINAPOM – Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres

SNPM – Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SBPS – Sistema Brasileiro de Proteção Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBM – União Brasileira de Mulheres

UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

UNE - União Nacional dos e das Estudantes

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Composição do CNDM 2014-2017	56
QUADRO 2 – Composição do CNDM 2018-2021	57
QUADRO 3 – Alteração da Composição do CNDM após impeachment da Presidenta Dilma Rousseff	58
QUADRO 4 – Representantes da Sociedade Civil presentes nas quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)	96
QUADRO 5 – Impacto do movimento de mulheres/resposta estatal	98
QUADRO 6 – Principais resultados das Conferências	105

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
---------------	----

INTRODUÇÃO.....	18
-----------------	----

Capítulo 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO CENÁRIO DE CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL E OS FEMINISMOS.....	23
---	-----------

1.1 O Welfare State e sua forma no Brasil	23
--	-----------

1.1.1 Políticas Públicas e Um Sistema Brasileiro de Proteção Social	30
---	----

1.1.2 O cenário das políticas nos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) a partir de interpretações sociológicas	36
---	----

1.2 Gênero: de que se fala?.....	47
---	-----------

1.2.1 Gênero como categoria analítica	51
---	----

1.2.2 Políticas Públicas de Gênero: um breve histórico.....	54
---	----

1.2.3. De conceito a palavra.....	59
-----------------------------------	----

1.3 Teoria Sociológica, feminismos e as oposições ao movimento.....	62
--	-----------

1.3.1 Feminismo no Estado	73
---------------------------------	----

Capítulo 2

A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO FEDERAL E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS	77
--	-----------

2.1 Formação da Agenda e o surgimento da SPM	77
---	-----------

2.1.1 As vozes da SPM	82
-----------------------------	----

2.1.2 As políticas produzidas e incentivadas pela SPM.....	85
--	----

2.1.3 O exemplo da Casa da Mulher Brasileira	92
2.2 As Conferências Nacionais	96
2.2.1 As três primeiras Conferências	99
2.2.2 A última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.....	107
Capítulo 3	
deGENEROU	116
3.1 O fim da SPM	116
3.1.1 O cenário político e o avanço do conservadorismo	122
3.2 O que restou da SPM?	128
3.2.1 Gênero, mulheres e política no Brasil de um governante sem votos.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	148

PREFÁCIO

Quero cumprimentar os professores que compõem a banca, meu orientador, os amigos que aqui se encontram e peço licença para realizar algumas observações sobre a minha trajetória, antes da defesa da tese propriamente dita. Essas observações são importantes, pois no isolamento do trabalho acadêmico, que é solitário por excelência, poucas vezes somos ouvidos.

Minha história foi marcada por ensinamentos machistas, racistas e homofóbicos no contexto familiar ao qual eu estava inserida. Talvez crer no sobrenatural ou em vidas passadas me ajude a entender como não me tornei uma pessoa que reproduzisse cegamente os comportamentos citados ou pelo menos explique o porquê da minha luta diária contra o machismo, que porventura existe em mim e na certamente na sociedade. Eu sempre fui combativa a tudo isso e ainda decidi ingressar no curso de Ciências Sociais. Não bastasse todo o contexto problemático que eu era submetida, eu passei a ter acesso a mais conhecimento e o véu, que ainda encobria minha visão sobre o mundo, foi sendo retirado. Sair de casa foi minha solução de vida. Ontem à noite acho que a ficha caiu definitivamente para mim. A minha avó materna foi a referência feminista que eu tive durante a minha formação. Ao contrário dos meus pais, mais jovens, porém retrógrados e conservadores, a minha avó, na década de 1960 foi mãe sem estar em um relacionamento e, apesar de todas as dificuldades e escolhas duras que ela teve que fazer, nunca se permitiu perder a autonomia e a liberdade. Essas características que a afastaram da minha mãe até seu último dia de vida, foram as que mais me aproximaram dela. Ainda que com as devidas ressalvas de seu contexto de vida, minha avó era a figura feminina em minha vida, que se opunha a tudo que o resto da sociedade me apresentava. Ela não era a vó de cabelos brancos que fazia tricô, ela era a avó que me levava de carro para a praia, para o shopping, para o salão, para bater perna no centro do Rio de Janeiro. Ela se casou tempos depois do nascimento da minha mãe, com aquele que foi meu avô de coração, mas manteve sua identidade, sua liberdade e sua autonomia. Ela era feminista e não sabia. Mas hoje eu sei. E a ela agradeço pelo exemplo de vida que me trouxe até aqui, pela possibilidade de elaborar reflexões aprimoradas da mulher que ela foi nesse contexto patriarcal e machista da sociedade em que estamos inseridos. Eu fugi

academicamente desse tema até o mestrado, mas não havia mais outra coisa que eu queria estudar. No doutorado, eu escolhi aceitar olhar para essa realidade como pesquisadora: realidade das mulheres no Brasil. Contudo, esse trabalho não representa uma tese feminista, uma vez que as escolhas teóricas e metodológicas que orientaram a pesquisa tiveram que ser pragmáticas frente ao conturbado contexto em que ela foi desenvolvida, deixando de lado, portanto, autoras feministas e suas perspectivas.

Além disso, à luz das teorias que me trouxeram até aqui, eu constato também a triste realidade das múltiplas variáveis que, em uma sociedade desigual, interferem no sucesso de um trabalho. As dificuldades que eu encarei para conseguir entregar essa tese foram muitas, mas falo delas, obviamente, não para me vitimizar, mas para marcar o quanto a academia é excludente. Meu trabalho acadêmico é fruto de dificuldades financeiras, sociais e familiares. E, certamente, isso não me coloca em pé de igualdade com os demais doutores que se formam todos os anos em contextos de privilégios. Refletir, por exemplo, sobre o tema da desigualdade de gênero, é duro demais para quem sente na pele os efeitos reais desse problema social. O conhecimento me libertou, mas também me aprisionou, no sentido de que muitas vezes me sinto de mãos atadas frente à possibilidade de ruptura com essa lógica opressora em que vivemos. Acredito, hoje, que o encontro com os movimentos sociais é o que pode me mover e me dar forças para seguir. E é apenas isso que desejo: seguir.

Minha tese é fruto do meu olhar para essa relação entre os movimentos sociais e o Estado, para as possibilidades de institucionalizar e transformar em políticas sociais as demandas das minorias. Eu, que votei na primeira mulher presidenta do Brasil, certamente fui impactada pela simbologia da ascensão de uma mulher ao posto mais alto de uma Nação. Desse impacto positivo, surgiu o olhar para o meu objeto de pesquisa, a SPM. E conhecer a história da Secretaria, dos movimentos feministas, recuperar a importância da articulação das mulheres na Constituinte, compreender o que se estava construindo no Brasil em termos de políticas e proteção social, me transformaram fortemente.

“deGENEROu” é uma constatação do esfacelamento de um horizonte que vinha sendo perseguido e alcançado: a luta por igualdade e emancipação das mulheres em nossa sociedade. E eu entendo que o mérito desse registro acadêmico

em forma de tese se dá em razão de não podermos perder a dimensão dos fatos e da relevância histórica das ações governamentais diante das minorais.

Ter uma tese que registra um fim trágico acerca da construção de melhorias para as mulheres e quebra de paradigmas machistas em nossa sociedade me traz desolação, contudo, creio que essa tese seja um valoroso apontamento teórico e prático quanto à necessidade do trabalho intelectual, da luta dos movimentos sociais e da construção de uma democracia que prioriza a redução das desigualdades. Agradeço desde já a disponibilidade da banca em avaliar a minha pesquisa e estou ansiosa para as considerações que, indubitavelmente, serão preciosas para a versão final da tese. Muito obrigada!

Juliane Rocha Lara
31/08/2018

INTRODUÇÃO

*“Se a esperança é uma demanda impossível,
então demandamos o impossível.”
Judith Butler*

Escrever uma tese de doutorado não é tarefa fácil e, diante de um cenário político tão adverso quanto o atual, esse ato torna-se ainda mais árduo. Como disse Guerreiro Ramos, “A Sociologia é um estado de espírito. Você é sensibilizado para um problema e reage”, sendo que, entender e encarar de fato a Sociologia dessa forma, que nos faz reagir aos problemas, dá fôlego para combater questões sociais mais adversas. Porém, o mesmo fôlego se perde, dando lugar à lassidão, uma vez que o objeto de pesquisa deixou de existir, os avanços das políticas públicas foram freados e as perspectivas profissionais tornaram-se turvas. O tema, por sua vez, tem relevância destacada justamente por refletir um processo político que interfere diretamente na produção de políticas públicas de gênero, que na curta e atual era pós-Dilma, praticamente sumiu da agenda política.

Machismo sempre foi um tema em minha mente, quando na infância eu questionava as distinções entre homens e mulheres e os comportamentos sociais que oprimiam o gênero feminino. Certamente, à época, sem uma elaboração teórica e reflexiva apurada, mas com uma vivência forte o suficiente para fazer permanecer os questionamentos e a vontade de ver alguma mudança. Mais tarde, inundada pela ânsia de cursar Ciências Sociais, mais fortemente os reflexos de uma sociedade patriarcal e machista me atingiam. A teoria e as pesquisas me trouxeram uma lamentável confirmação do aspecto global e massivo do machismo, trouxeram também as dúvidas quanto às possibilidades de melhoria na vida das mulheres e me afastaram intensamente da vontade de trabalhar academicamente com temas afins. Segui pelos caminhos que foram se apresentando à minha frente, até que não mais suportava um “fazer sociológico” vazio de minhas crenças. O distanciamento do objeto pode ser válido, mas pode ser somente metodológico. Minha aproximação com o tema para a presente tese se fez necessária para minha vida acadêmica fazer sentido.

Uma Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)? Sim, um espaço dentro da política para que as mulheres pudessem construir suas agendas e transformar suas demandas em políticas propriamente ditas. Um governo que propiciava a

construção de espaços de debates e formulação de pautas de interesse das mulheres: parecia um oásis. E talvez fosse. Mal terminei a tese de doutorado e esse oásis sumiu de vista, não mais está diante dos meus olhos. O solo infértil que parecia dar lugar à abundância, voltou a ser infecundo em pouco tempo. Resta recolher os sonhos, organizar a mente e lutar pelo retorno à construção democrática, igualitária e justa para os gêneros. Gênero: um palavrão na sociedade atual. Estudou-se aqui a movimentação de surgimento, consolidação e fim da SPM, uma secretaria do governo federal que deGENEROu. E uma sociedade degenera quando cria limites de compreensão.

Apesar das angústias diante do tema, a tese em questão não se apresenta como uma tese feminista. As escolhas teóricas não endossam a necessidade de se escrever sobre gênero utilizando autoras feministas. O caminho percorrido até aqui foi pautado por escolhas pragmáticas e sob um enfoque consonante com a minha trajetória acadêmica, infelizmente, muito aquém do que se deseja ter nas universidades, quanto à valorização de autoras e teorias feministas para desenvolver temas afins ao tratado aqui. Dessa forma, é possível, desde já, sinalizar uma futura agenda de pesquisa que me coloque em outra condição enquanto pesquisadora; ainda há campo para eu pesquisar gênero sob um viés feminista global, dando voz às mulheres intelectuais e teóricas do tema.

Esse trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo que aborda a associação entre a formação de um sistema de proteção social sob um aspecto geral, mas principalmente relacionado às políticas de gênero no país, bem como a incorporação no Estado de movimentos feministas articulados com voz e visibilidade. Já no capítulo dois, apresenta-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres, desde a sua criação, os grupos articulados na formação da agenda de políticas voltadas para gênero e a importância das conferências nacionais, em especial as promovidas pelas SPM com destaque para o cenário político de desmonte do Estado na última conferência. Por fim, o terceiro e último capítulo revela o cenário de degeneração das discussões de gênero a partir da extinção prática da SPM, apresenta e discute as questões políticas que interferem na atuação dos movimentos dentro e fora do Estado, no que se refere às políticas públicas de gênero em decadência frente ao avanço do conservadorismo.

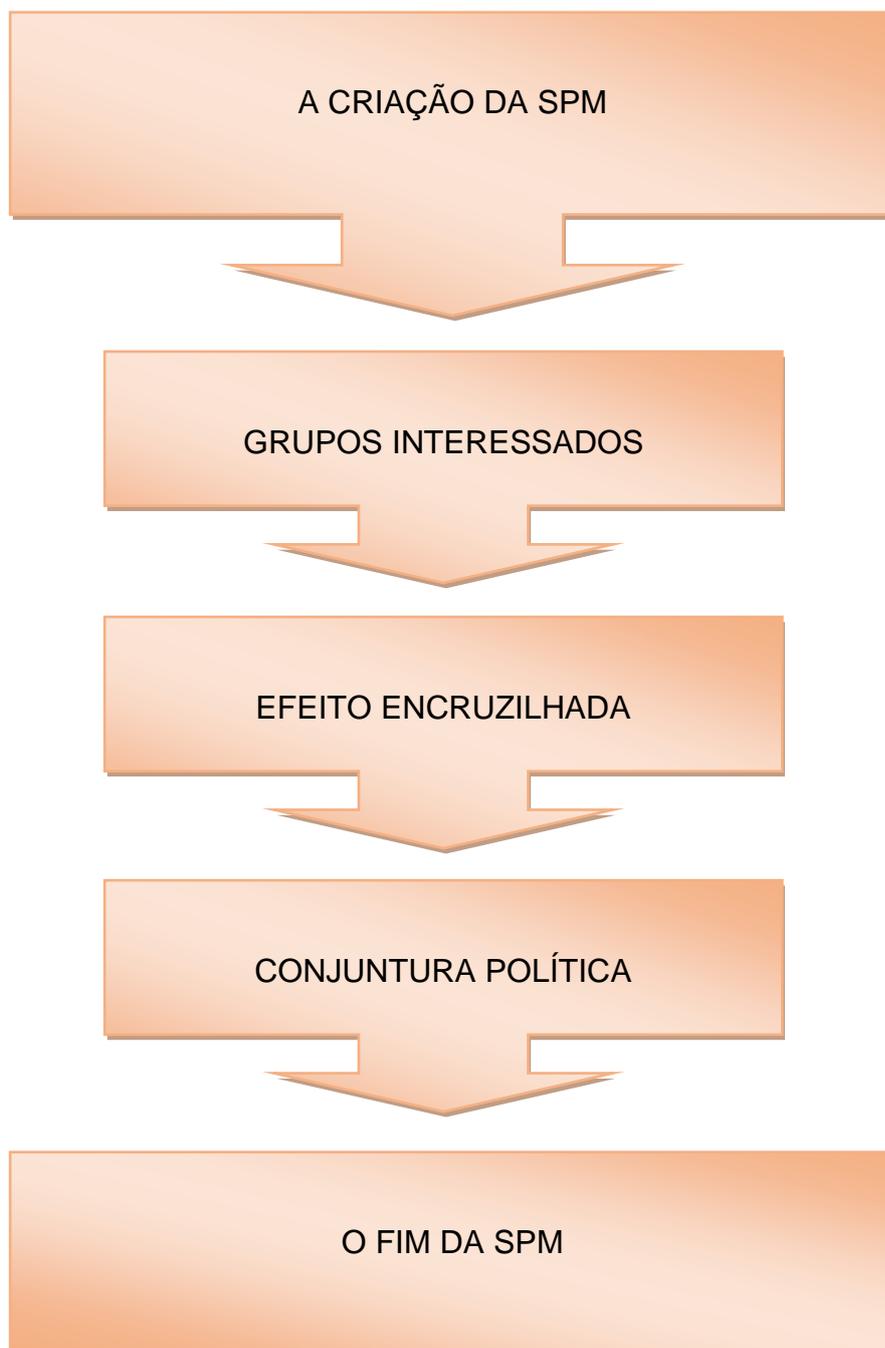
A pergunta de pesquisa que conduziu a elaboração da presente tese consiste em ***entender como os grupos de interesses feministas e as escolhas governamentais culminaram na criação da SPM, nas efetivas políticas públicas e, ainda assim, a instituição ficou sujeita à instabilidade governamental, que levou ao seu esfacelamento.*** A proposta de pesquisa visava a compreensão das políticas públicas de gênero, centradas na Secretaria e nos canais de interlocução de Estado e sociedade civil (Conselhos e Conferências), com o cenário de instabilidades e avanço do conservadorismo, que, na prática, retiraram da agenda governamental a pauta das questões das mulheres.

A presente pesquisa tornou-se possível através de uma revisão bibliográfica que aparece diluída nos capítulos subsequentes, bem como foi pautada no aporte metodológico dos institucionalismos, uma vez que o objeto central da tese é a SPM, ou seja, tal instituição como unidade de medida para a análise dessa interseção entre agência e estrutura, como um espaço de interações, relações e interesses mediados nesse cenário governamental. Ainda cabe ressaltar que a técnica de pesquisa da observação participante foi importante para a percepção científica dos acontecimentos atrelados à 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorreu em Brasília, no ano de 2016. O esforço teórico metodológico contido na presente tese, portanto, pretendeu não somente apresentar a trajetória da instituição supracitada, frente ao contexto político indissociável da existência da mesma, como também identificar a presença do(s) feminismo(s) no Estado, com suas mais variadas demandas, as discussões centrais sobre gênero e as políticas implementadas no período.

Para realizar a devida associação, em parte intuitiva, entre teoria e empiria, sem a pretensão de uma grande elaboração que se aplique genericamente, criou-se um modelo analítico para construir uma linha de raciocínio e de verificação, que pudesse ser capaz de explicar a trajetória da SPM. O modelo analítico representado a seguir diz respeito à construção da tese a partir de percepção central de que a SPM deGENEROU, portanto, visa a compreensão da trajetória institucional da secretaria desde a sua criação até o seu esfacelamento, perpassando pela existência e influência de grupos interessados (os feminismos); o efeito encruzilhada (que trata da tomada de decisão do governo, a escolha de fazer ou não fazer algo, na perspectiva de Thomas Dye (2009), como sendo isso por si só uma política

pública); e, por fim, a conjuntura política (que em relação à temática de gênero foi e é decisiva na manutenção ou não de estratégias assertivas de promoção de políticas para as mulheres).

Modelo Analítico



Dessa forma, os capítulos que seguirão a partir de agora estão ancorados nessa perspectiva analítica de uma etapa interferindo diretamente na etapa seguinte, no que diz respeito ao surgimento e ao fim institucional da SPM, mas sem perder de vista que todas as referidas etapas são relacionais a todo momento, ou seja, não há como dissociar grupos interessados de conjuntura política, como também não é possível desvincular efeito encruzilhada da criação e do fim da SPM.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO CENÁRIO DE CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL E OS FEMINISMOS

1.1 O Welfare State e sua forma no Brasil

Faz-se necessário, desde já, situar o Brasil frente à discussão do *Welfare State*, uma vez que é a partir dessa elaboração teórica e prática que se dá o fecundo e possível debate e implementação das políticas públicas, de forma que essas sim, são centrais na pesquisa que trata da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e suas políticas de gênero.

Segundo Flora e Heidenheimer (1981), pode-se compreender o *Welfare State* como uma resposta aos problemas oriundos do desenvolvimento/modernização, onde suas políticas servem para resolver ou amenizar os aspectos negativos que surgiram nas sociedades modernas. Dessa forma, o surgimento do capitalismo e a burocracia como uma forma de organização racional, universalista e eficiente são motivadores de um dito Estado de Bem-Estar Social emergente.

Para Marshall o *Welfare* é um resultado de ampliação progressiva de direitos: dos civis aos políticos, dos políticos aos sociais. Já para Ewald (1986), *Welfare State* seria o resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo. Para Offe (1972), o *Welfare* seria uma tendência de compensar os novos problemas criados por sociedades de capitalismo avançado. Segundo essa visão exposta acima, a origem dos programas sociais é explicada como uma resposta funcional à necessidade de constituição da classe operária, condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Marta Arretche complementa:

Tais argumentos acentuam o Welfare State como um campo de escolhas, de solução de conflitos no interior das sociedades (capitalistas avançadas), conflitos nos quais se decide a redistribuição dos frutos do trabalho social e o acesso da população à proteção contra riscos inerentes à vida social, proteção concebida como um direito à cidadania. (ARRETCHE, 1995, p. 35)

Na visão de Asa Briggs (2000), o *Welfare State* britânico foi destinado a ser um ideal, a partir daí identificou três elementos-chave pelo qual atuaria um Estado, seguindo essa linha:

First by guaranteeing individuals and families a minimum income irrespective of the market value of their work, or their property. Second by narrowing the extent of insecurity by enabling individuals and families to meet certain “social contingencies” (for example sickness, old age and unemployment) which lead otherwise to individual or family crisis, and third, by ensuring that all citizens without distinction of status or class are offered the best standards available in relation to a certain agreed range of social services. (BRIGGS, 2000, p.18)

A partir daí começaram a se desenrolar uma série de interpretações acerca do *Welfare State*, como por exemplo, na interpretação marxista, em que esse Estado seria uma forma de impedimento à revolta do proletariado, uma forma de conter as demandas mais emergenciais e vitais para abafar uma possível sublevação. Porém, seguindo uma abordagem mais pluralista, o Estado de Bem-Estar se desenvolveu justamente em função da ação política do proletariado e dos pobres, como uma resposta inevitável frente às lutas dos menos favorecidos com ao capital. Há também interpretações, como a institucionalista, que ressaltam que o Estado de Bem-Estar Social surge mais facilmente em contextos de democracias ou lugares onde há organizações sindicais fortes. E, ainda, seguindo uma linha interpretativa mais intervencionista do Estado, como a abordagem keynesiana, o *Welfare*, passou a existir para ampliar uma demanda.

O autor Gosta Esping-Andersen (1990) definiu modelos de *Welfare State* e a proposta de apresenta-los aqui é revelar o quão fluidos podem ser esses conceitos quando aplicados ao caso brasileiro, no sentido de que não é conveniente falar em um único modelo de Estado de Bem-Estar na realidade do Brasil, uma vez que diversas políticas se encaixam em perspectivas distintas. As “variedades de Estados de Bem-Estar” em um mesmo Estado se justifica pelo fato de que as políticas vão se moldando às necessidades, aos governos e aos cenários de cada momento. O Brasil, portanto, pode ser caracterizado por se encontrar no meio termo de algumas classificações do *Welfare*, uma vez que umas políticas estão voltadas à meritocracia e outras são universalistas. É importante frisar que, em certa medida, a maneira que o país se coloca na economia mundial determina o tipo de *Welfare* colocado no próprio país.

No modelo liberal, onde se encaixam Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, entende-se que o auxílio estatal entra somente nos casos em que os cidadãos não

podem se sustentar no mercado de trabalho, os benefícios são poucos e de menor “qualidade”. Uma política pública brasileira que se enquadra nesse modelo seria o programa “Bolsa Família”, de transferência de renda para uma parcela da população vulnerável, que permitiu que os beneficiários saíssem da linha da pobreza, de acordo com os parâmetros internacionais de avaliação, e otimizou a economia através do consumo de produtos, bens e serviços por parte dessas pessoas (consumo que outrora era inexistente e/ou irrelevante na economia nacional).

O modelo conservador de *Welfare State*, associado a Alemanha, Itália, França e Espanha (cada qual com sua singularidade) vem a partir da realidade de instituições sociais estabelecidas (famílias, classe, religião, governo), com características do tipo: crença de que são as famílias que devem garantir o Bem-Estar, sendo que a concepção de família também se apresenta conservadora, rígida, tradicional, além disso, são poucos os benefícios destinados à mulher trabalhadora, de forma que políticas de equidade de gênero não são alvo nem prioridades, benefícios somente a trabalhadores empregados e diferenciados de acordo com a categoria profissional. Essa visão de conservadores tradicionais aceita a necessidade de mudança, desde que seja de caráter gradual e evolutivo e repouse sobre o consenso mais amplo possível. No Brasil, a previdência social seria um exemplo de política associada a um *modus operandi* conservador e limitado aos cidadãos empregados formalmente, segundo a legislação trabalhista.

O modelo Social Democrata, descrito pelo autor Esping-Andersen como relacionado aos países nórdicos, Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca, entendem os benefícios como uma substituição da família e do mercado, o Estado entra como elemento de um processo de “desmercadorização”, sendo esses benefícios universalistas e financiados por impostos pagos pela sociedade. No caso brasileiro, a política do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser considerada um exemplo claro de adoção desse modelo na perspectiva de um Estado de Bem-Estar Social.

No Brasil, pode-se dizer que não há um princípio único que rege a orientação das políticas de um dito Estado de Bem-Estar desde a nossa redemocratização, por isso mesmo, há muitas controvérsias sobre a possibilidade de se analisar *Welfare State* por aqui, como se as diversas políticas não fossem um corpo definido, e sim somente um conjunto de medidas necessárias em cada

momento ou mesmo oportunistas. Não sendo essa a perspectiva central da presente tese, é importante frisar que não há como negar a adoção de políticas no intuito de promover reparos, ajustes e proteção aos cidadãos do país, bem como solucionar os conflitos oriundos das relações sociais em uma sociedade capitalista desigual.

Assumindo a existência de políticas de Bem-Estar Social no Brasil, ainda que se encontre aqui um misto de modelos de *Welfare State* é possível lançar um olhar geral para o contexto brasileiro e, ainda, analisar frente a qual modelo se encontra o conjunto de políticas específicas para a questão de gênero. Além disso, compreender se tais políticas têm sido ou não um avanço estrutural na questão da opressão do feminino no país é um exercício interessante, visto que a demanda por melhorias, reconhecimento, espaço no mercado de trabalho e equidade continuam sendo requisitadas e necessárias inclusive para o desenvolvimento econômico do país.

Na Europa, no período pós-guerra, o que se produzia teoricamente a respeito sobre Bem-Estar mencionava pouco ou nada sobre a questão da mulher nas sociedades como um alvo das políticas. Assim como a opressão feminina, o *Welfare* foi sendo baseado, em muitos países europeus, em ideias tradicionais sobre homem e mulher dentro da concepção conservadora de família. Além disso, a crítica feminista às políticas de Bem-Estar se dá em função de serem homens a conduzir os programas de *Welfare* na Europa.

Quando se propõe verificar empiricamente qual a efetividade das políticas voltadas para as mulheres no Brasil, se conservadoras ou se em diálogo com demandas feministas progressistas, não é pretensão manter uma análise dicotômica da realidade; a busca por uma aproximação em um dos dois polos, por assim dizer, é para verificar os avanços frente a um conjunto de ações que podem significar manutenção/continuidade (conservadorismo) ou mudança (progressismo) no que se refere à mulher na sociedade brasileira.

E quando se fala em demandas feministas, não se trata de uma linha semelhante àquela na Europa com críticas ao modelo de *Welfare* instalado, uma vez que o contexto histórico, econômico, político e social não é mesmo. Além disso, cabe ressaltar que, ainda que não tenha sido de uma forma completamente satisfatória, as mulheres têm conseguido conquistar seus espaços no mercado de

trabalho, seus direitos, etc., mas a busca pela equidade de gêneros ainda é uma agenda a ser perseguida.

No Brasil, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, objeto de estudo desta tese, até o ano de 2016, sob coordenação dos governos petistas, tinha um foco em que “a perspectiva de gênero está incluída em todas as políticas públicas, numa clara demonstração do protagonismo das mulheres na construção de um projeto de sociedade mais justa, mais equânime e democrática” (Nascimento, 2017) e é sobre esses aspectos relacionados a uma possível construção de Bem-Estar sob o pilar de gênero que pretende-se teorizar.

Diante da perspectiva de que o conjunto de políticas ligadas à formação de *Welfare State* surge dos problemas provenientes do desenvolvimento e modernização, cabe um parêntese ao caso brasileiro, no que tange aos aspectos políticos de poder que conduziram tal desenvolvimento/modernização até aqui. O Brasil de *ontem e hoje*, um tema quase que inesgotável, na medida em que ainda se carrega as consequências positivas e negativas de um passado denso e complexo no que tange aos aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Sempre há a necessidade de se resgatar na História as causas das consequências problemáticas do País. Passado que se afirma frequentemente no presente e futuro que não se pretendeu inovador. Não que o quadro seja tomado pelo pessimismo, mas não há de se negar a efetiva influência comprometedora à consolidação da Nação (e sua imposição frente ao cenário mundial de forma menos submissa) desde os tempos da colônia.

Em um dado período histórico brasileiro, que se inicia na década de 1930 até os anos que seguem o governo iniciado em 1946, dois “surto” modernizantes tomaram conta das políticas nacionais, ora sob a roupagem autoritária, ora sob a roupagem democrática, mas em alguma medida, com o mesmo propósito idealizado, superar o atraso que o país carregava como herança de um passado de influências eloquentes, influências do colonialismo que tornaram o Brasil figura secundária na dinâmica mundial, que tornaram suas estruturas políticas arraigadas e com forte compromisso com o passado.

O que conduz a presente discussão é de certa forma ilustrar as tentativas de superação do atraso no Brasil¹. Duas formas de governo tão distintas, uma via autoritária e outra democrática, que objetivaram o mesmo fim: a superação da “marginalização” política e econômica. O autoritarismo da década de 30 compunha uma noção de organização da sociedade (que havia vivido na década passada uma série de revoltas)² dotando ao Estado um poder Executivo que se sobrepusesse ao Legislativo e ao Judiciário. Tal autoritarismo se opunha fortemente aos elementos liberais que tentavam ser implantados desde a época da Independência em 1822 e reforçados pela constituição de 1891. E ainda, sob a forma de autoritarismo, aparecia a necessidade de unificar o poder no Executivo, com fins voltados aos interesses da nação. Por outro lado, a democratização iniciada em 1946, sob a mesma égide do autoritarismo em alguma medida, colocou em pauta o *nacionalismo*, porém, firmado em preceitos democráticos de organização do Estado.

Ao tratar o processo de modernização nos países da América Latina verifica-se que há fatores em comum, e isso muito em função da forma como se deu a expansão econômica nesses países, fundamentada na economia de exportação primária, limitando, em alguma medida, os efeitos dessa modernização.

¹ Apresentação pautada na Dissertação de Mestrado “Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso – Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate”, de autoria da doutoranda que aqui escreve, Juliane Rocha Lara.

² O Brasil na década de 1920 estava vivendo uma crise econômica, política, social, cultural e ideológica que culminou em levantes, como por exemplo, o Tenentismo, que possuía esse nome por conta da maioria de seus participantes serem tenentes e capitães do Exército. Outros segmentos da sociedade não participaram do movimento; o Movimento Operário por ter sido fortemente oprimido pelo governo; as Oligarquias Dissidentes preferiam as manobras políticas, sem caráter revolucionário; a população rural, fortemente submetida aos coronéis não possuíam penetração na vida política nacional; o empresariado industrial tinha interesses próprios a serem defendidos, não querendo se associar com a luta tenentista; as camadas médias do meio urbano eram plurais e passivas frente aos acontecimentos políticos do país; o PCB recém-criado ainda não tinha a força necessária de uma oposição. Como única força que supria o esvaziamento das lideranças capazes de conduzirem o processo revolucionário, o Tenentismo pretendia conduzir a revolução e a adoção de posturas liberais e moralistas. O movimento fracassou muito em função de sua falta de preparo em assumir o lugar de oposição, não só por deter a força através das armas que isso seria possível.

A industrialização dos anos 30 começou, na realidade, na maioria dos casos, não já como um processo deliberado ou planejado, mas sim como um processo *forçado*, imposto pelas novas condições criadas pela Grande Depressão e seguidas, logo depois, pela Segunda Guerra Mundial. O crescimento econômico, que caracterizaram a maior parte dos países latino-americanos na década de 40 e primeira metade dos 50, pareciam terminar em uma interrupção ou, pelo menos, em uma diminuição notável nos anos que se seguiram. Ainda quando a industrialização em alguns dos países mais adiantados foi mais além da etapa de substituição de bens de consumo de importação, apareceram outros obstáculos que atrasaram tanto o desenvolvimento industrial como o desenvolvimento e a modernização de outros setores da economia. (GERMANI, 1974, p. 43)

Pode-se dividir o tema do desenvolvimento brasileiro em dois aspectos, o aspecto político e o aspecto social. Pensando no Brasil anterior à Constituição de 1988, para ambos os aspectos o recorte temporal é o mesmo das discussões realizadas até então, que é o período que se inicia em 1930 com a Revolução Burguesa até 1964, quando com o Golpe Militar interrompe a incipiente democracia instalada no Brasil.

O período da Ditadura Militar também foi marcado por saltos econômicos modernizantes em alguma medida, contudo, diferente do governo autoritário varguista, os governos dos generais eram marcados por intensa repressão social, cultural e política, levando à compreensão de que tal modernização não teve bases sólidas para garantir a autonomia econômica interna e também frente ao cenário mundial, fazendo com que a população não sentisse os efeitos reais de alguma superação do atraso. Ao contrário, o atraso político estava instaurado diante da anulação democrática no país.

Quanto ao aspecto político, é necessário compreender as disputas ideológicas que giravam em torno de um processo de modernização, industrialização e transformação político-econômica, social e cultural que teve início no Governo Vargas. Era uma “revolução” silenciosa e sem a participação direta de todos os setores da sociedade, mas correntes ideológicas disputavam por espaço no campo político. Tal cenário foi alterado, quando nos governos Lula (2003-2010) a ampla participação de diversos grupos sociais foi crucial no desenvolvimento/modernização e construção de um sistema de proteção social no país.

1.1.1 Políticas Públicas e Um Sistema Brasileiro de Proteção Social

Refletindo acerca da singularidade de um dito Sistema Brasileiro de Proteção Social e políticas públicas como centrais nos anos de governo em questão nessa pesquisa, apresenta-se agora a contextualização dessa literatura em solo brasileiro, para, enfim, em outro momento, tratar das políticas de gênero moldadas sob um governo que, em alguma medida, considerava a necessidade de um sistema de proteção.

Assim como ocorrido nos demais países em desenvolvimento e de democracia incipiente ou recém-instaurada na América Latina, na década de 1980, as políticas se limitaram às restritivas de gastos, conforme apontou Souza (2006) substituindo as políticas keynesianas do período anterior. Mas antes mesmo de tentar compreender o cenário recente das políticas públicas no Brasil, faz-se necessário situar o debate das mesmas enquanto ramo de estudo da Ciência Política:

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p.21-22)

Como é possível verificar na citação acima, as noções do papel do Estado e a efetiva elaboração de políticas públicas estão intrinsecamente ligadas umas às outras, sendo fundamental a compreensão das escolhas políticas e a conjuntura que visa a manutenção das políticas ou não, conforme será visto mais à frente.

Os “pais”³ fundadores da área das Políticas Públicas (Laswell, Simon, Lindblom e Easton) apresentam compreensões específicas e contextualizadas

³ Importante frisar que, ainda que não seja necessariamente o caso em relação às primeiras produções teóricas sobre políticas públicas, a vasta produção teórica científica das mais diversas áreas possui seu “pais” fundadores enquanto suas “mães” foram renegadas, preteridas e ocultadas em razão do comportamento machista que delimita os papéis de homens e mulheres na sociedade.

acerca da abrangência das mesmas com ações governamentais, mas segundo Souza (2006):

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

De acordo com a citação acima é relevante ponderar o Estado, sob a ótica das políticas públicas, oscilando entre ser agente ativo ou passivo quando trata-se das escolhas que o mesmo efetua em relação à elaboração/implementação de políticas ou da omissão quanto à essa necessidade, respectivamente.

A pauta sobre necessidade de implementação de políticas de gênero surge de forma mais contundente a partir do primeiro mandato de Lula, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres⁴. Para Godinho (1998), resgatando o histórico de surgimento do movimento feminista e do PT (Partido dos Trabalhadores), é possível afirmar que ambos coincidem com a luta contra a ditadura, organização dos segmentos sociais e da esquerda. Neste sentido, é possível afirmar que as demandas das mulheres organizadas não poderiam ficar de fora da construção do projeto político proposto pelo PT, que começou a ser implantado em 2003. Cabe abstrair a relação dessa participação social com as instituições políticas na produção de demandas e na orientação das políticas públicas. Sendo assim, vale ressaltar que essa suposta relação equânime entre participação e institucionalização no país remete à concepção defendida por Robert Dahl (2005) de sociedade poliárquica⁵, de forma que nossa democracia estaria alcançando um estágio mais consolidado e maduro.

⁴Antes de 2003, as políticas para as mulheres eram promovidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM – criado em 1985), vinculado ao Ministério da Justiça. Porém, suas funções e atribuições foram bastante alteradas ao longo dos anos e, somente em 2010, o CNDM foi incorporado à SPM.

⁵Derivando do grego, o termo poliarquia (“governo de muitos”), desenvolvido pelo cientista político estadunidense Robert Dahl, remete a uma tentativa de classificar em graus, os variados níveis de democratização das sociedades. Podendo ser compreendido “como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-Nação” (DAHL, 2012, p. 346) o conceito de sociedade poliárquica resulta de uma **ampla participação social** e número substantivo de candidatos nas eleições.

Compreender as políticas sob a ótica de “quem ganha o quê, quando e como”, conforme observado por Laswell (1936), pode auxiliar na definição sobre qual modelo, afinal, pode ser enquadrado o Sistema de Bem-Estar Brasileiro que vem se consolidando: paternalista ou maternalista, ou mesmo uma forma híbrida. Segundo Esping-Andersen (2002), a arquitetura do Estado de Bem-Estar Social está centrada em três pilares – mercado, família e Estado – interdependentes. É sobre o pilar da família que, aqui se entende, incidiria a crítica feminista, a qual pensa o papel e as condições delegadas às mulheres na formatação do sistema de provisão, ao mesmo tempo em que compreende as políticas sociais voltadas para a promoção de igualdade entre os gêneros como um dos pilares do *Welfare State*. As políticas públicas acabam se afirmando tradicionais, mesmo quando ancoradas no pilar família, uma vez que a divisão social do trabalho e a concepção de família são baseadas em papéis sociais construídos e limitados, principalmente quando se trata da mulher em sociedade.

Assim, resta identificar: se essas políticas sociais de promoção de igualdade são elaboradas somente por homens (não havendo mulheres engajadas nos espaços públicos e na formulação de políticas), podendo apresentar um viés conservador e baseado em valores morais na concepção de um suposto papel da mulher na sociedade; ou se são demandadas, desenhadas e implementadas por grupos de mulheres engajadas na busca por igualdade (que, por essa finalidade, ocupam os espaços públicos e políticos) e desejam que seus valores de igualdade sejam compartilhados por todos.

No contexto das políticas públicas, a política é entendida como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos. [...] Política Pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES, 2010, p. 13).

Neste sentido, uma vez que as políticas públicas são desenhadas por atores políticos que estimulam os recursos necessários para a finalidade, cabe aqui a tentativa de tentar mapear quem são os atores envolvidos, quem são as partes interessadas na construção de políticas voltadas para as mulheres no Brasil e se há

eficácia na implantação das mesmas, o que poderá ser evidenciado nos próximos capítulos quando se apresenta a formação da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Refletindo acerca da necessidade de que as políticas transversais (como as políticas voltadas para as mulheres) devam estar comprometidas e alinhadas aos mesmos objetivos, para que uma política não interfira negativamente na outra, é interessante caracterizar o modelo de bem-estar em desenvolvimento no Brasil. Por exemplo, se há políticas para a promoção de igualdade entre gêneros necessariamente, tem-se um modelo "maternalista"? A resposta é não, uma vez que mais do que as importantes políticas de promoção de igualdade entre os gêneros, haveria uma necessidade de se expandir a presença das mulheres nos órgãos públicos, por exemplo. Nessa linha de raciocínio, como será verificado mais à frente no capítulo que trata da SPM em si, o Brasil durante a vigência institucional da secretaria estava perto de ser caracterizado como maternalista, uma vez que não só as políticas estavam articuladas e transversais, mas porque o Estado se apresentava comprometido com a ruptura do paradigma de gênero, com a relevante entrada das mulheres nos espaços públicos. Corroborando com o exposto, Skocpol aponta como existiu amostras de "um quase rompimento de paradigma paternalista" nas concepções de proteção às mulheres no EUA, durante o início do século XX. Segundo Skocpol:

Instead, America came close to forging a maternalist *Welfare State*, with female-dominated public agencies implementing regulations and benefits for the good of women and their children. From 1900 through the early 1920, a broad array of protective labor regulations and social benefits were enacted by state legislatures and the national Congress to help adult American women as mothers or as potential mothers. (SKOCPOL, 1992, p.2)

Porém, a experiência estadunidense revelou que não era exatamente em conformidade à demanda em emancipar, empoderar e garantir igualdade às mulheres que a proteção social estava sendo construída, como é possível examinar na citação a seguir:

Patriarchal domination perspectives have been used to interpret various kinds of U.S. social legislation in the early twentieth century. Protective labor laws for women from competing equally on labor markets with male wage earners. And mothers' pensions have been presented as devices to keep women at home and away from well-paid wage-labor. [...] In most localities where mothers' pensions were funded at all, decisions were made about which mothers were morally "fit" to receive benefits, and about how to define the "suitable homes" that mothers had to maintain to continue to qualify for benefits. (SKOCPOL, 1992, p.32)

E por que investigar as políticas para as mulheres? As relações de desigualdade entre os gêneros nas sociedades e as violências às quais as mulheres estão submetidas, revelam uma forma de organização hierárquica, na qual o feminino leva desvantagem, de forma que grupos estruturados passaram a demandar por igualdade e direitos. Sendo essas demandas incorporadas nas ações estatais, se faz necessário verificar a inserção dessas políticas no âmbito social, a fim de romper com essa discrepância entre os direitos e tratamentos destinados a mulheres e homens. O conjunto de políticas orientadas pela SPM, que serão abordadas na tese, podem representar mudanças paradigmáticas ou, ao menos, a tentativa de correção histórica do pouco espaço cedido à mulher na sociedade e da omissão frente às violências e desigualdades sofridas por elas.

Estudar, portanto, se há impacto das demandas do movimento feminista na formulação e implementação das políticas para as mulheres é de suma importância para apontar se há, como se dá e onde há avanços, tanto do ponto de vista das mudanças reais na vida das mulheres, quanto no conjunto de políticas que formam o regime de bem-estar social.

É neste sentido que a autora Sônia Draibe (1993) defende a ideia de que o Brasil desenvolveu um tipo particular de Estado de Bem-Estar Social, bem como a autora Célia Lessa (2012), denominado Sistema de Bem-Estar, trazendo uma noção mais ampla do conceito. Há um processo de construção de um Estado de Bem-Estar no Brasil, nossa diferença crucial para o sistema montado na Europa é a alta desigualdade e a necessidade de se levar cidadania aos rincões do país.

Outro ponto relevante, assim, é a busca de um desenvolvimento econômico com equidade social, no caso de países em desenvolvimento como o Brasil e aqui se pretende tratar, mais especificamente, de uma busca de equidade entre os gêneros, uma demanda relevante, por não ser somente uma demanda de um grupo específico, mas por estar associada às metas de desenvolvimento, como por

exemplo, as metas do milênio da ONU, definidas em 2000 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também das Nações Unidas, firmados em 2015.

1.1.2 O cenário das políticas nos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) a partir de interpretações sociológicas

O presente tópico apresenta-se como exposição necessária, em razão de ser importante frisar que a relação estabelecida entre a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com as políticas de gênero implementadas se dá através do cenário político, econômico e social favorável para implementação de políticas de minorias, bem como uma concepção ideológica colocada em prática, que, no caso brasileiro em questão, atentava o olhar político governamental para questões sociais e grupos antes não atendidos em suas demandas mais específicas, como as mulheres.

Nesse sentido, o pensamento de Guerreiro Ramos, expresso em suas obras, será abordado brevemente, no intuito de uma transposição de sua teoria para a interpretação e associação com o período dos governos petistas que, em alguma medida, aparecem alinhados com os preceitos do autor. A relação estabelecida entre o autor e o cenário político de surgimento da SPM condiz com a trajetória acadêmica da autora da tese, uma vez que Guerreiro Ramos foi objeto de pesquisa durante sua pesquisa de mestrado. Na obra “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”, de 1957, o autor combateu a confusão feita por muitos a respeito de nacionalismo e xenofobia, em que esse último para ele seria um absurdo, pois nacionalismo revelaria apenas e fortemente a expressão da emergência do ser nacional. O nacionalismo, para ele, deveria ser encarado como um fato novo, um fato sociológico, que estava proporcionando mudanças na superestrutura do país, no sentido de que o povo estaria se tornando ator, por intermédio de um líder que expressasse seus anseios com um cenário democrático.

Levando em consideração a abordagem teórica de Alberto Guerreiro Ramos, autor das Ciências Sociais muitas vezes renegado pela academia, mas que produziu interpretações e elucidações para o desenvolvimento brasileiro, é possível ressaltar, de forma breve, algumas das ideias centrais que perpassam diversas obras do autor. A autodeterminação, a autonomia econômica, o desenvolvimentismo, a modernização e a educação, são cinco facetas presentes e que em grande medida convergem para um objetivo específico nos escritos de Guerreiro, a melhoria da condição brasileira era seu principal objetivo. Deste modo, essas características

podem ser interpretadas como componentes de singular projeto de nação, fruto de uma imaginação social atenta à realidade e a peculiaridade brasileira, traçando um horizonte possível de ser alcançado. Tal projeto culminaria na elevação da condição do país perante as demais nações do globo, essencialmente do ponto de vista econômico e político, além de paralelamente promover a gradativa inclusão das massas nacionais tanto no usufruto dos benefícios materiais produzidos quanto na participação popular nas arenas decisórias e na burocracia estatal.

O fazer sociológico de Guerreiro Ramos implicava na apreciação crítica dos modelos estrangeiros, sempre com o objetivo de sanar problemas brasileiros de acordo com a necessidade contingente e a imaginação social existente, há um diálogo com as obras de autores do “centro” sem transplantação simplória dos conceitos e modelos, em suma, sem submissão. Em sua busca por autodeterminação e sem se privar de formulações autênticas e originais, o autor demonstrava lucidez apurada na seleção e adaptação dos modelos sociológicos e políticos, avindos do grande centro e que o permitia pensar soluções plausíveis à condição do país em sua época.

O desenvolvimento de um pensamento autêntico na esfera da sociologia latino-americana, depende da medida em que os que a ela se dedicam sejam capazes de perceber as leis particulares do processo de crescimento dos seus países. A promoção da autoconsciência de cada sociedade latino-americana deve constituir o dever primacial dos seus respectivos sociólogos. (RAMOS, 1954, p. 12)

Guerreiro Ramos acreditava que seria através do ensino de Sociologia que se dariam as bases para ocorrer uma emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitassem para a interpretação autêntica (e não meramente importada dos países do chamado centro) dos problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculavam. Ainda que isso corresponda a uma sobrecarga à disciplina, uma vez que hoje o que se discute é a importância da educação como um todo para a emancipação do indivíduo, Guerreiro Ramos demonstrava em suas citações a paixão pelo fazer sociológico militante, voltado para as questões práticas e reais do país, e, acima de tudo, uma crença na emancipação da nação, em que todos seriam beneficiados.

Em “O Problema Nacional do Brasil”, de 1960, que corresponde a uma reunião de aulas, conferências e textos escritos pelo autor durante a década de 1950, é possível destacar que a mesma se refere à sua análise conjuntural da estrutura social, política e econômica brasileira, além de posicionamentos a respeito do papel do sociólogo. O autor constatou que o poder nacional no Brasil sempre esteve apenas nas mãos dos proprietários de terras e o que sustentava o governo nacional era o compromisso entre as oligarquias, de forma que durante esse período o Brasil foi um país sem povo, sem mercado interno e sem sistema de transportes e telecomunicações. Segundo o sociólogo, em 1822, com a independência política que o “problema nacional” se apresentou ao povo brasileiro, pois foi imposta a necessidade aos brasileiros de rever e reformar as instituições instaladas pelo português. Para o autor, quando se formou um mercado interno no país as posições de dominantes e dominados foram delimitadas.

A partir disso, Guerreiro fala de *nacionalismo*, mas um nacionalismo que seria o mesmo que “elevar uma comunidade à apropriação total de si”, uma consciência nacional, do povo e não somente das classes dominantes. A ideologia das classes dominantes para o autor correspondia à ideologia dos países dominantes. Guerreiro defendeu que só possui capacidade de autodeterminação o país cujo comando dos fatores de sua economia está de fato ao seu alcance. O autor falava disso ao evidenciar que, na fase em que escrevia, o Brasil não possuía esse controle.

Ao tratar a problemática da realidade brasileira Guerreiro Ramos argumentou que o empirismo superficial e o dogmatismo correspondiam às principais insuficiências da teoria sociológica do período que analisava. Sua defesa estava no engajamento sociológico, pois como ele dizia “não há outro meio de conhecer a realidade social senão participando dela”.

Havia uma tensão entre forças centrípetas e forças centrífugas no país, segundo Guerreiro Ramos, no que tange o plano econômico, e que a partir de 1930 a tendência centrípeta começou a se tornar preponderante no dinamismo da economia brasileira. E somente na década de 1950, para o autor, o Brasil estava em vias de tornar-se um país efetivamente industrial, e assim alcançando o desenvolvimento associado à qualidade de vida. Ainda nessa obra, Guerreiro Ramos afirmou que o desenvolvimento só se realiza pela industrialização e faz

comparações entre as regiões do Brasil, em que o Centro-Oeste apresentaria o pior índice global de desenvolvimento e o Sul o melhor.

Ainda que com grandes ressalvas, o Governo de Juscelino Kubitschek promoveu industrialização e desenvolvimento do país, ganhando análises de Guerreiro Ramos como: “o governo JK realizou aplicações programadas de recursos públicos e privados em diferentes campos de atividade. Daí para frente nenhum governo poderá eximir-se de adotar esse estilo, que passou a ser exigência do povo brasileiro” (RAMOS, 1960). Mas sua crítica ao governo de Juscelino é evidenciada quando afirmou que “o capital estrangeiro não deve se habilitar a comandar as alavancas do sistema econômico”.

A questão nacionalista é fortemente destacada por Guerreiro Ramos, que afirma ser “o nacionalismo a ideologia dos povos que lutam por libertar-se”. Sendo, portanto, para ele o nacionalismo uma ideologia, afirma também que “o desenvolvimento de uma nação como o Brasil é problema essencialmente político (reforçando o papel da ideologia) e secundariamente econômico”.

Ao defender o movimento emancipador popular do Brasil, o sociólogo apontou cinco características do movimento: é nacionalista; é de esquerda; transcende a realidade exclusiva de toda classe; é dirigido pelo povo, por intermédio de sua vanguarda; é democrático.

Ao tratar da Sociologia, Guerreiro Ramos alertou, que segundo seus verdadeiros fundadores, daí pode-se propor uma discussão acerca do engajamento durkheimiano, a Sociologia não é uma ciência de cátedra, e sim um conhecimento fundado na prática social. Guerreiro denunciou certo otimismo em suas prospecções baseadas na conjuntura da década de 1950. Narrou o processo de desenvolvimento político e econômico do país, da inclusão das massas e de uma prática democrática como lento e gradual, não pregava um “saltar etapas” e considerava que o principal passo já havia sido dado na direção de atingir uma condição de vida mais justa para o povo e de uma construção democrática mais sólida.

A partir do exposto, das considerações mais fundamentais encontradas nas obras de Alberto Guerreiro Ramos, é possível elucidar que através de alguns programas dos governos petistas, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente, mas em alguma medida, mantido pela ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, que algumas ações do poder executivo durante esses mandatos, são

semelhantes às prescrições de Guerreiro Ramos, todos pautados por ideologia nacional.

É possível dizer que há características assumidas pelos governos petistas durante os anos de 2003 a 2016, em que a nação foi ressaltada tanto nas atuações internas, quanto nas relações internacionais. O governo, ainda que feitas alianças com outros partidos e contato com a classe empresarial do país, ainda se intitulava de esquerda e marcava a tentativa de amenizar as desigualdades e garantir acessos às classes mais baixas, apontando para uma social democracia à brasileira. Além disso, a figura do ex-presidente Lula representava simbolicamente o povo no governo, ao final de seu mandato na presidência, Lula alcançou inéditos 80% de aprovação, mostrando que através da democracia até mesmo um pobre, nordestino, metalúrgico e sem estudos poderia chegar ao governo da nação. O que se pretende dizer é que em alguma medida o governo Lula (2003-2010) pode ter sido uma espécie de alavanca emancipadora da nação brasileira, internamente promovendo inclusão social e em uma escala transnacional promovendo uma maior autonomia do país nas relações internacionais, além disso, o país teve sua economia crescente, os acessos se expandindo e a pobreza diminuindo.

Uma síntese dos oito anos de governo Lula, por exemplo, pode ser expressa utilizando as mesmas três áreas de conhecimento abordadas por Guerreiro Ramos em suas obras. A economia, a educação e a política externa no governo de Lula foram caracterizadas com medidas pontuais e programas que visavam objetivos específicos muito próximos aos anseios do autor ex-professor do ISEB, além de convergirem para uma prática de inclusão do povo. Universalização de serviços e do acesso aos bens materiais, exaltação da ideia de nação próspera internamente, paralelo à mudança da condição brasileira como ator no cenário político e econômico internacional, são marcas recorrentes no período. Um breve panorama das ações governamentais pode ser ilustrado pelos programas sociais, na política econômica e na política externa.

Na área social houve programas cujos resultados foram significativos. Dentre os principais estão o Fome Zero, o Primeiro Emprego, o combate à Mortalidade Infantil, o Plano Nacional de Combate à Escravidão, além do principal ícone: o Programa Bolsa Família, que unificava e incorporava quatro programas existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás – discutido em

campanha à presidência de Luiz Ignácio Lula da Silva e criado em 2003, seu primeiro ano de governo. O Programa visava não só amenizar a pobreza, mas também promover um aquecimento da economia do país. Como é apresentado no “Catálogo de Indicadores de Monitoramento dos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”, em 2007, a respeito do Programa:

[...] promoção do alívio da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento de famílias, para que tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza [...] (BRASIL, 2007a, p.23)

O Bolsa Família, não só representa um exemplo de política social na construção de um tipo específico de Sistema de Proteção, como leva em consideração o pilar de gênero em sua concepção, ao dar posse do cartão de repasse de verba às mulheres e não aos homens, sob um viés de que a construção de um desenvolvimento econômico se daria através de uma emancipação da mulher na sociedade e de uma superação da lógica patriarcal.

Além do desenvolvimento interno da nação, os oito anos de Governo Lula podem ser considerados como anos de ampliação de uma política desenvolvimentista econômica, mas sem deixar de atentar-se para os problemas nacionais, ou seja, crescendo economicamente, mas também amenizando os problemas antigos da nação, como a fome, a pobreza e os altos índices de desigualdade, promovendo a inclusão social e uma busca de autonomia das decisões econômicas em escala transnacional.

Associando esses fatos com as prescrições de Guerreiro Ramos acerca das diferenças econômicas regionais, verifica-se que foi prática do governo a ampliação das indústrias⁶ no país, inclusive nas regiões menos desenvolvidas, como norte, nordeste e centro-oeste, uma vez que acarretaria em novos empregos, desenvolvimento, circulação de capital e atenuação da pobreza, e principalmente almejando um maior equilíbrio econômico entre as regiões da nação.

⁶ Como pode ser verificado no estudo “Política industrial do governo Lula”, de Wilson Cano e Ana Lucia Gonçalves da Silva, publicado em 2010.

Alberto Guerreiro Ramos propunha uma inclusão das massas, a fim de que toda a população pudesse ter acesso aos benefícios de uma política desenvolvimentista e isso pode ser, em alguma medida, evidenciado na política governamental de um metalúrgico nordestino que chegou à presidência com os objetivos de promover ampliar e permitir continuidade do crescimento da nação, mas acima de tudo, garantindo ao povo brasileiro um país de economia forte, com boas relações internacionais, em pleno desenvolvimento e rompendo com a intensa desigualdade, que no curso da história solapou seu povo, o deixando à margem do cenário político, social e econômico brasileiro.

Na educação houve modernização do Ministério da Educação, ampliação do acesso ao ensino superior e técnico. Foram criadas novas universidades e escolas técnicas pelo país, além da expansão das já existentes através do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e disponibilização de bolsas através do Programa Universidade Para Todos (ProUNI). Cabe comentar que Guerreiro Ramos expressa nos seus escritos acerca da educação uma crença iluminista bastante difundida na academia brasileira, essa, resumidamente, compreende a educação como instrumento de emancipação, de tomada de consciência e decisiva na construção de um sujeito histórico atuante.

Já na área econômica, além de inúmeras medidas que vão desde a desoneração de impostos a capitalização da Petrobras, políticas industriais um pouco mais efetivas, houve significativa melhoria na distribuição de renda, redução do percentual da população que vivia abaixo da linha da pobreza⁷ e elevado alargamento da classe média, fortalecimento do mercado interno valorizando a indústria nacional incentivando a competitividade com indústria estrangeira. Em suma, o governo Lula no campo econômico pode ser caracterizado por baixos índices de inflação, redução do desemprego, que levou a uma situação bem próxima de pleno emprego, constantes recordes de superávit da balança comercial e o maior crescimento real do salário mínimo e da capacidade de compra da moeda brasileira. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi de grande relevância não somente nas reformas de infraestrutura, mas também no aquecimento do mercado.

⁷ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza/>>
Acesso em junho de 2018.

Elevação recorde das reservas internacionais, pagamento da dívida, além de passar a condição de credor no cenário internacional, promoveu e intensificou a abertura de novas rotas comerciais com China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outras, além de liderar uma aproximação do MERCOSUL com a União Européia. A crise internacional de 2008, nas palavras do então presidente Lula ficou conhecida como “marolinha”, em que o sistema bancário brasileiro sequer “tremeu”, o país manteve uma média razoável de crescimento anual e elevação do PIB, além de se tornar um lugar seguro para investimentos como reconhecimento de uma economia sólida e estável, que permitia a previsibilidade almejada pelos investidores.

A política externa talvez ilustre a dimensão do nacionalismo característico dos dois mandatos de Lula, com mais ênfase durante o segundo e as novas alternativas que se abrem devido à nova situação econômica do país. Como diria Guerreiro Ramos, era preciso rearranjar as estruturas internas, se desvincular dos resquícios do atraso colonial para depois se afirmar como nação relevante perante o mundo. No primeiro mandato a ênfase das ações do executivo se voltaram, predominantemente, para questões internas e no segundo mandato uma maior atenção para com as relações internacionais. Há alguns episódios emblemáticos que enunciam uma mudança de postura do governo brasileiro perante questões mundiais. Algumas arenas como a ONU, os BRICS⁸, e a Organização Mundial do Comércio (OMC) refletem tal mudança, além de episódios diplomáticos envolvendo Honduras, Cuba, Irã, Turquia, Itália e EUA.

Ao recordar alguns destes episódios, é fácil lembrar que muitos opositores do governo com alguma influência na “grande mídia” e muitos intelectuais se utilizavam da constatação de determinada orientação ideológica à esquerda, histórica do presidente, para julgar pejorativamente tais ações, sem reconhecer o novo papel que o Brasil poderia ter no cenário internacional.

A diplomacia brasileira quase sempre foi reconhecida por sua neutralidade em questões polêmicas e por uma predisposição aos acordos pacíficos. Pode-se dizer que aquilo que Guerreiro denominou “luta contra imperialismo” não seja o termo mais adequado na atualidade, considerando o cenário mundial que tende à multipolaridade. A postura diplomática do governo brasileiro na Era Lula não

⁸ Termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

abandonou sua característica pacífica, porém se posicionava frequentemente de modo claro quanto àquilo que afetava diretamente seus interesses políticos e econômicos, além de em algumas oportunidades ocupar um papel na articulação de acordos no cenário mundial. Essa marcação de posição no cenário mundial explica, em alguma medida, a atenção que os organismos internacionais deram à organização da Secretaria de Políticas para as Mulheres, bem como às ações orientadas do governo, seja por políticas propriamente ditas, seja por alteração na legislação relativas às questões de gênero. Claramente o país manteve uma postura de abertura aos possíveis acordos e tratados com um grau de autonomia inexistente no passado. O Brasil afirmou sua liderança no Cone Sul, além de se acrescentar como ator relevante nos encontros promovidos pela ONU e demais organizações mundiais.

Os governos Dilma (2011-2016), seguiram expandindo muitas das políticas produzidas nos governos Lula, a exemplo do Plano Brasil Sem Miséria (que incluiu a criação do Programa Brasil Carinhoso), representando uma ampliação ao Bolsa Família, seguiu expandindo o Programa Minha Casa, Minha Vida, criou o Mais Médicos e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incluía o pilar de gênero na estruturação econômica, por exemplo, com a construções de creches para atender as mulheres com potencial de irem para o mercado de trabalho.

Tanto as ações do governo Lula, quanto do governo Dilma, em relação às ideias de Guerreiro Ramos, parecem apontar para uma social democracia efetiva guiada por elementos ideológicos nacionalistas. O autor do século passado trata mais sobre prescrições, medidas a serem adotadas a fim de atingir um objetivo específico: melhoria real das condições materiais de vida da população. Na atualidade, ao nos depararmos com as ações dos governos petistas dos anos 2003 a 2016, aquilo que se constata como resultado é a possibilidade de se pensar uma formação incipiente de um Sistema Brasileiro de Proteção Social, à custa do crescimento econômico e da vontade política expressa em programas sociais efetivos.

No horizonte das prospecções de Guerreiro e nos discursos e pronunciamentos da presidência, no período destacado, nota-se claramente um desejo de elevar a condição do Brasil como Estado-Nação, tanto internamente quanto em suas relações transnacionais. Para o povo de um modo geral, pode-se

considerar que as medidas de Lula e Dilma acarretaram na inclusão deste, como ator relevante no cenário político e econômico, contrariando uma prática de exclusão, alijamento e marginalidade característica de grande parte de seu processo histórico por parte das elites dirigentes. Os resultados econômicos combinados com ideologia nacionalista do governo colocaram o Brasil em posição mais privilegiada perante as negociações com outras nações.

Ao comparar os ideais de Alberto Guerreiro Ramos com as medidas dos governos do PT é possível perceber uma matriz ideológica nacionalista semelhante. Mais que isso, significa dizer que, em alguma medida, um projeto de nação concebido em 1950 foi colocado em prática (provavelmente não intencionalmente) por um governo democrático a partir do início do século XXI. Com efeito, na tentativa de identificar similaridades em ambas as ideologias, foi possível demonstrar a atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos, além de justificar o resgate de um autor marginalizado pela Sociologia e Ciência Política brasileira, uma espécie de “*outsider*” do Pensamento Social Brasileiro, cujo valor das ideias e ideais podem ser reconhecidos como pertinentes, considerando que um plano de governo foi aplicado e permitiu avanços consideráveis (ainda que não tenham permanecido às instabilidades governamentais posteriores) na vida cotidiana da população.

Guerreiro Ramos, de modo não tão sistemático quanto Luiz Jorge Werneck Vianna, mas anteriormente a ele, percebe uma característica brasileira muito relevante e explicativa de nossos processos sociais. Assim como a “Revolução Burguesa”, de Florestan Fernandes, “Os Donos do Poder”, de Raymundo Faoro, e a “Revolução Passiva” do próprio Werneck, implicam resumidamente, na identificação do Brasil como um país cujas transformações ocorrem gradativamente, sem rupturas drásticas em um largo período de tempo. Guerreiro Ramos não se mostra muito interessado em descrever detalhadamente tais características, em muitos momentos passa a impressão de aceitação destas sem muitos questionamentos, e desta maneira parte para o campo da ação, da práxis propriamente dita, assumindo seu ideal de Sociologia Militante e intervencionista, intimamente ligada à vivência do real e principalmente de sua transformação.

Com base naquilo que se denominou aqui nacionalismo *positivo* ou ideologia nacional, torna-se possível não somente a tentativa de tipificar o nacionalismo à brasileira, mas também de investigar aquilo que poderia se chamar de construção da

ideologia nacionalista brasileira ou, ainda, em outro viés, o processo de construção de uma democracia à brasileira.

Diante do exposto, vale ressaltar o quão progressista e nacionalista (pelo menos em alguma medida) o governo se apresentou, sendo esse o cenário de valorização das políticas de gênero, que garantiram o surgimento da SPM, bem como uma certa vontade política de se alterar o paradigma machista incrustado na sociedade e nas organizações governamentais.

1.2 Gênero: de que se fala?

“Temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Boaventura de Souza Santos

“Gênero” é um substantivo utilizado para agrupar por semelhança e, ao mesmo tempo, estabelecer as diferenças entre os grupos. No que concerne a este trabalho, o propósito é esclarecer sobre o conceito de gênero quando aplicado às diferenças entre masculino e feminino estabelecidas social e culturalmente. Estas diferenças passaram a ser reconhecidas como um problema social no decorrer do século XX, quando as mulheres reivindicaram direitos iguais aos dos homens. E o caso das sufragistas, que lutaram, no início do século, pelo direito ao voto. Na década de 1940, Simone de Beauvoir dá mais fôlego às discussões ao escrever “não se nasce mulher, torna-se mulher”, frase com a qual ela buscava descartar qualquer determinação “natural” da conduta feminina.

O uso do conceito de gênero nas Ciências Sociais e Humanas, neste sentido, pretende evidenciar que o sexo anatômico não é elemento definidor das condutas da espécie humana. “As culturas criam padrões que estão associados a corpos que se distinguem por seu aparato genital [...]”. Sendo assim, as condutas e comportamentos reconhecidos como femininos ou masculinos nada mais são do que aprendizados socioculturais de como devem ser as mulheres e os homens: “Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc.” (GDE, MEC, 2009, p. 40).

Além disso, na tentativa de elaborações teóricas para explicar as muitas desigualdades existentes entre homens e mulheres, a palavra *gênero* é usada referindo-se a uma relação um tanto quanto conflituosa e de múltiplas tensões entre os gêneros feminino e masculino, mas lembrando que tais desigualdades de gênero, portanto, são diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres, que se ancoram em aspectos biológicos distintos (corpos e sexualidade) afirmados, por exemplo, no fato de a maternidade ser uma experiência unicamente feminina. A partir daí muitos dos conflitos se apresentam em razão da divisão do trabalho e do

poder entre os sexos, que retirou das mulheres as oportunidades de um desenvolvimento pleno e sem restrições, bem como de uma emancipação sólida.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), gênero se refere a papéis, comportamentos, atividades e atributos socialmente construídos que determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. Os padrões de comportamento e conduta, criados culturalmente, provocam tratamentos diferenciados para homens e mulheres. Como salienta Grossi (1988), foi durante os movimentos sociais de 1968 - as revoltas estudantis em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, bem como a luta contra a ditadura militar no Brasil, momento de grande efervescência cultural e crítica ao redor do mundo, que as mulheres nas lutas identificaram que, apesar de serem todos movimentos libertários que lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, traziam em seu bojo a forte marcação das diferenças de gênero. Elas perceberam que, mesmo lutando em pé de igualdade com os homens, ocupavam papéis secundários, como os de secretariar, fazer faixas e panfletar. Raramente eram designadas como porta-vozes dos movimentos. E por volta de 1970, então, o conceito de gênero ganhou destaque, com forte influência dos movimentos e estudos feministas, com o objetivo de:

[...] distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (GDE, MEC, 2009, p. 43)

As desigualdades no tratamento de homens e mulheres geram hierarquias e assimetrias de gênero que são reforçadas nos pequenos gestos do cotidiano e nas crenças arraigadas em nossa cultura, em que masculino e feminino estão em contraposição. Assim, parece dado que o masculino seja dotado de maior agressividade e o feminino de maior suavidade e delicadeza. Qualquer situação que se mostre diferente desta crença pode vir a ser considerada anormal. E daí que surgem as noções hegemônicas de masculinidade e feminilidade. É importante destacar que todo e qualquer pensamento a respeito dos gêneros é relacional, ou seja, é impossível pensar o lugar do feminino sem que se considere o lugar do masculino. Os lugares de mulheres e homens na sociedade são inter-relacionados.

Ademais, gênero é uma representação que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino.

A existência de dois gêneros não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino, modelos que variam histórica e culturalmente, mas também têm diferentes matizes no interior de cada cultura. (GROSSI, 2004, p. 5)

No século XIX e começo do século XX viu-se surgir, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o movimento feminista com a bandeira da igualdade entre homens e mulheres. O objetivo, em um primeiro momento, era conquistar, para as mulheres, o direito ao voto e o exercício da cidadania. No início, o movimento conseguiu aprovar o voto de mulheres com mais de 30 anos e o direito à propriedade de uma ou mais casas. Nessa primeira fase, o movimento buscava dar as mulheres igualdade nos direitos contratuais e em relação à propriedade, como oposição ao casamento arranjado e a submissão das mulheres e de seus filhos aos seus maridos.

Fez parte desse movimento, também, a luta da mulher pelo direito ao próprio corpo, o que levava a luta por direito de defesa em relação ao sexo forçado e ao estupro pelo próprio marido. Nesse momento, a luta por igualdade se justificava especialmente na questão do voto, cujo objetivo era fazer valer a proporção de um indivíduo, independente do sexo, para um voto. Essa bandeira, que parecia absurdamente destrutiva para a ordem social na época, hoje parece óbvia e justa. Mas ainda há espaços para transformação na direção de uma ordem social mais justa. O movimento evoluiu e, na década de 1960, começava a luta pelo combate à discriminação e acesso ao mercado de trabalho. Sem a possibilidade de trabalhar, era impossível sair da guarda de maridos violentos e da opressão doméstica. A luta pela mudança da submissão feminina para uma participação mais igual no mercado de trabalho marcou a agenda política no tema por mais duas décadas. Começou-se, então, a se questionar a ideia de que as mulheres só poderiam ter como plano de vida e carreira o casamento e a criação de filhos.

O livro, *Mística Feminina*, de Betty Friedan (1971), criticava a ideia de que as mulheres poderiam encontrar satisfação apenas através da criação dos filhos e das

atividades do lar. Esse livro foi considerado um dos mais influentes do século XX, pela forma como revolucionou a relação entre os gêneros. Nesse livro, ela aponta a força da relação existente entre sexo feminino e a ideia de que as mulheres precisariam necessariamente construir sua identidade na relação com maridos e filhos. Isso negava às mulheres a possibilidade de construir uma identidade, a não ser com base em uma relação de dependência e subordinação. Depois desses esforços iniciais, inúmeros estudos sobre subjetividade, identidade, escolhas femininas são realizadas.

No caso da equidade de gêneros é necessário ressaltar que há uma diferença corporalmente marcada pelo processo de reprodução da vida e que é necessário construir as bases para a corresponsabilidade pelas futuras gerações, visto que a falta de equidade é uma realidade globalizada, marcar as diferenças é importante para buscar direitos iguais, mas respeitando as particularidades.

1.2.1 Gênero como categoria analítica

Como qualquer outra conceituação sociológica, a categoria gênero transmite uma carga de significados referentes aos valores de representações ligados a um contexto histórico, social e cultural, ou seja, nesse sentido, referir-se a feminino ou masculino pressupõe uma referência direta ao seu oposto e ao contexto. Conforme apresentou David Le Breton (2014), em seu artigo “Corpo, Gênero, Identidade”:

As noções de “homem” e “mulher” não são essências, elas se dissolvem sob as ficções mais ou menos compartilhadas que as colocam em cena no liame social. Essas expectativas coletivas próprias aos papéis de gênero são anteriores ao sexo e o condicionam. O indivíduo constrói a evidência de seus comportamentos como homem ou mulher, sem ter sempre a consciência disso, pois adquiriu o princípio desses comportamentos ao longo de sua infância, através da socialização, e sua confirmação depende do jogo comum à existência. [...] O sexo dito “biológico” não exerce nenhuma coerção sobre a identidade sexual, ou seja, sobre os comportamentos de gênero e a sexualidade. O gênero constrói a inteligibilidade do corpo e dos comportamentos no espaço público. O masculino e o feminino não existem senão através das repetições, como normas de comportamento e não como absolutos. O gênero não está aprisionado no sexo e, além disso, o sexo é mais complicado do que uma simples polaridade masculino-feminino. A noção de sexo é até mesmo deduzida a partir da noção de gênero. (LE BRETON, 2014, p.19)

A partir do exposto por Le Breton é importante verificar que, como categoria analítica, cheia de significados, passível de análise para explicar os mais variados comportamentos de homens e mulheres em sociedade, a palavra gênero, inclusive à maneira que foi sendo teorizada ao longo dos anos de estudos pelos diversos núcleos acadêmicos do mundo, foi se alterando quanto aos seus atributos. Hoje é possível afirmar que, conforme o autor em questão, “as concepções tradicionais de gênero estão voando aos cacos”, é um movimento de ressignificação e entendimento diante da complexidade que tal conceito apresenta, e também um movimento cultural, no sentido em que as manifestações comportamentais de gênero estão sofrendo alterações nas sociedades. E é aí que reside a maior dificuldade por parte das pessoas em aceitar a questão da identidade frente às fluidas compreensões de gênero. Nesse sentido, Le Breton completa:

Essa abertura incomoda aqueles cujo sentimento de identidade está profundamente enraizado numa visão antiga dos gêneros, libera outros, que têm dificuldade de se reconhecer na necessidade de encontrar seu lugar na dualidade, e praticamente não afeta a maioria de nossos contemporâneos, para os quais esses jogos de diferença têm a ver, principalmente com a liberação do indivíduo. O gênero torna-se resultado de uma decisão própria e de uma identidade de homem ou de mulher ou de outra coisa, independentemente de seu sexo “biológico” de origem; este é apenas um pré-texto. (LE BRETON, 2014, p.20)

Partindo, portanto, da noção de Le Breton, de que a identidade de gênero é algo maleável nessa percepção de identidade do próprio indivíduo, cabe a ressalva de que em diálogo com as interações sociais, tal percepção só é possível, ou somente é manifestada em ações/comportamentos, de forma generalizada em uma sociedade se essa última se apresenta mais progressista quanto a valores que pulverizam as noções de gênero. Sendo assim, “gênero é apenas um recurso, uma caixa de ferramentas à disposição dos indivíduos” (LE BRETON, 2014) que é expressa, por exemplo, nas manifestações machistas de homens e mulheres na sociedade, quando esses assumem papéis rígidos quanto à superioridade masculina e à submissão feminina.

Atrelada à concepção de gênero, Le Breton apresenta, ainda, uma visão de que o sexo em si também é uma construção social, remontando em sua argumentação as perspectivas anteriores ao século XVIII quando emergiu o modelo anatômico dos dois sexos (o autor apresenta que antes não havia demarcada nenhuma diferença de órgãos, senão sua inversão, como a mulher tendo do lado de dentro o que o homem carrega do lado de fora), e no século XIX quando o autor afirma que “a busca por diferenças “biológicas” tornou-se obsessiva”.

Trazendo tal discussão para a perspectiva, elaborada por Judith Butler, de que tais categorizações são construídas por grupos feministas e com propósito político, outras considerações se tornam relevantes para o momento, como por exemplo a citação a seguir:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2016, p.27)

Tal trecho que propõe uma desconstrução de tudo (sexo, gênero, identidade) traz à tona uma discussão teórica imputada por Butler em relação às formas de se debruçar para esse objeto: o gênero. Mais à frente, se relacionará essas abordagens teóricas com os feminismos, suas demandas e produções. Por ora, destaca-se um trecho que aponta a direção que Butler pretende seguir no contexto da categoria gênero em relação à sociedade como um todo e aos movimentos feministas.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2016, p.21)

Corroborando com o trecho de Bulter (2016), no caso brasileiro pode-se afirmar que, de fato, não só há a necessidade como também a extrema importância em tratar gênero, politicamente e governamentalmente, como tema transversal para a efetiva atuação das políticas de reparação quando às desigualdades entre os gêneros.

1.2.2 Políticas Públicas de Gênero: um breve histórico

Não é possível falar sobre política pública de gênero no Brasil antes da criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça. E pensando a partir do modelo analítico apresentado na introdução da presente tese, os grupos interessados começam a se apresentar aqui. A promoção de políticas que o conselho objetivava era calcada na tentativa de eliminação da discriminação contra a mulher, bem como garantir sua participação nas mais variadas atividades do país, como políticas, econômicas e culturais. O CNDM nasceu no contexto de mais de uma década de luta do movimento feminista brasileiro e também latino-americano, luta essa que se energizou com o espírito antiditatorial da época. Ou seja, existiam, então, anseios diretamente relacionados ao cenário político, que buscavam garantir a representação das mulheres na democracia diante da transição da ditadura.

No contexto de promulgação da Constituição de 1988, houve uma inclusão de quase todas as demandas feministas que estavam contidas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (segue apresentada no ANEXO I)⁹, tal momento de suma importância no debate entre Estado e sociedade, teve as mulheres também como protagonistas na interação entre esses atores, uma vez que demandas que incluíam direitos reprodutivos e sexuais, reconhecimento do corpo e da identidade de gênero, questões nunca antes vistas no âmbito da política nacional.

O CNDM ao longo de sua atuação foi conseguindo alguma autonomia financeira e administrativa, em diálogo direto com movimentos de mulheres, através de um conselho deliberativo, que garantia uma forma de fazer política diferenciada, em que a sociedade civil assumiu seu papel de personagem principal. O movimento feminista organizado se firmou como ator político nesse cenário.

⁹ Em 1987, Jacqueline Pitanguy, então Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), entregou a Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso Nacional, um documento histórico: A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, fruto de uma intensa campanha nacional “Constituição para Valer tem que ter Direitos da Mulher”, desenvolvida pelo CNDM, em articulação com movimentos feministas e associações diversas de todo o país. A Carta constitui um marco na trajetória das mulheres pela afirmação de seus direitos e um instrumento fundamental para construir estratégias de resistência e avanço nesse momento sombrio de encerramento do ciclo de afirmação de direitos em nosso país.

Conforme aponta o documento da CEPAL – Série “Mujer y Desarrollo” nº 45 (2003), não foram poucos os resultados significativos do CNDM, “além de traduzir as mudanças constitucionais em medidas legislativas, este inicia o que mais adiante se converteria em uma estratégia de transversalização da perspectiva de gênero”. Tudo isso significava, portanto, a inauguração de uma nova forma de fazer políticas públicas transversais no Brasil, onde os objetivos e as metas advinham da demanda social.

A missão do Conselho foi definida como a de promover no âmbito nacional políticas para assegurar às mulheres condições de liberdade, igualdade de direitos e a plena participação. O CNDM estava ali para formular diretrizes, assessorar o Poder Executivo, acompanhando o Estado no nível federal estadual e municipal. Sugerir projetos de lei, fiscalizar e exigir o cumprimento da lei, promover intercâmbio e convênios com órgãos nacionais e internacionais, receber denúncias de discriminação e encaminhá-las aos órgãos competentes, manter canais com o movimento de mulheres e desenvolver programas e projetos apoiando o movimento autônomo de mulheres. As mulheres que compunham o CNDM eram propostas pelo movimento segundo seus méritos e designadas pelo Presidente da República, incluída a Presidente do Conselho. A secretaria executiva, instalada no Ministério de Justiça, estaria a cargo da execução das políticas. (CEPAL, 2003, p.10)

Ao mesmo tempo em que se estava, não se estava no Estado, e começaram a surgir as discussões na sociedade sobre a cooptação de setores como os movimentos feministas em diálogo com o CNDM. Mais à frente, nesta tese, será abordada a questão da cooptação¹⁰ diante do cenário da Vozes da SPM e das Conferências Nacionais do PT, mas por ora, cabe ressaltar que o momento da criação do CNDM coincide com uma demanda por Estado grande que não se seguiu nos anos posteriores, de forma que cabe enfatizar também a vulnerabilidade do Conselho diante do declínio da vontade política de interlocução com os movimentos sociais por parte dos governos que assumiram nos anos seguintes à sua criação. O CNDM representava, à época, a primeira forma de institucionalização da demandas dos movimentos feministas e de mulheres no âmbito governamental. Abaixo segue a lista de organizações da sociedade civil que compunham o CNDM nos quadriênios

¹⁰ Desde já cabe ressaltar que há uma metodologia específica do RNGS (Research Network on Gender Politics and the State) para aferir a existência da cooptação desses grupos por parte do Estado.

2014 – 2017 e 2018 – 2021, revelando a pluralidade de demandas que passam pelo Conselho:

QUADRO 1 – Composição do CNDM 2014-2017

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BPW Brasil – Associação de Mulheres de Negócios de Profissionais do Brasil
Conselho Federal de Psicologia
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTI – Confederação Nacional das Trabalhadoras da Indústria
CTB - Central dos e das Trabalhadoras do Brasil
CUT - Central Única dos e das Trabalhadoras
FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras
Fórum de Mulheres do Mercosul
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Afetiva
Rede Feminista
Rede Mulher e Mídia
REF- Rede Economia e Feminismo
RNFS – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
UBM – União Brasileira de Mulheres
UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab)
UNE - União Nacional dos e das Estudantes

Fonte: <http://www.spm.gov.br>

QUADRO 2 – Composição do CNDM 2018-2021

Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência
Confederação das Mulheres do Brasil
UBM - União Brasileira de Mulheres
Articulação Brasileira de Lésbicas
BPW-BRASIL - Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
FMM Brasil - Fórum de Mulheres do Mercosul
Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
Organização Nacional de Cegos do Brasil
Parto do Princípio
AMSK/BRASIL - Associação Maylê Sara Kalí
ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean
ArtJovem LGBT - Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
União Nacional LGBT
Cruz Vermelha do Brasil
Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (LIBRA)
Aliança Nacional LGBTI
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares
Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD)
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito da Família

Fonte: <http://www.spm.gov.br>

No próximo quadro, segue um comparativo da mudança de composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em que se verifica a saída de movimentos feministas de forte atuação, como a Marcha Mundial das Mulheres, contudo, ainda se apresenta precoce uma interpretação da mudança desses atores à frente do conselho.

QUADRO 3 – Alteração da Composição do CNDM após impeachment da Presidenta Dilma Rousseff

DEIXARAM A COMPOSIÇÃO DO CNDM NO QUADRIÊNIO 2018-2021	PASSARAM A COMPOR O CNDM NO QUADRIÊNIO 2018-2021
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras	Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras	Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência
FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras	Confederação das Mulheres do Brasil
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas	União Nacional LGBT
MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia	Cruz Vermelha do Brasil
MMM - Marcha Mundial das Mulheres	LIBRA - Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil
Rede Feminista	Aliança Nacional LGBTI
Rede Mulher e Mídia	CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
REF- Rede Economia e Feminismo	Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD)
UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab)	OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
UNE - União Nacional dos e das Estudantes	IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito da Família

Fonte: <http://www.spm.gov.br>

Da sua criação até 2010, as funções e atribuições do CNDM foram significativamente alteradas e pode-se afirmar que ele correspondia ao gérmen do que seria futuramente a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ainda que o Conselho coexistisse com ela. O CNDM passou a integrar a estrutura da SPM, ampliando de maneira substantiva o processo de controle social das políticas para as mulheres a partir de uma composição de representantes da sociedade civil e do governo. Em suma, no que se refere às políticas públicas de gênero, diante da criação do CNDM e da forte relação entre Estado e sociedade nesse âmbito, pode-se dizer que grupos feministas autônomos passaram a ocupar espaços públicos/estatais tendo condições de não somente propor, mas também formular e implementar políticas com inspirações feministas a fim de desenvolverem estratégias para se alcançar, principalmente, a igualdade entre homens e mulheres.

1.2.3 De conceito a palavrão

Gênero: uma palavra cheia de significados, conceitualmente delimitada, discutida e defendida tanto na esfera acadêmica, com todas as elaborações teóricas analiticamente desenvolvidas para explicar as relações em pé de desigualdade entre homens e mulheres, quanto na esfera da militância que utiliza o termo para levantar suas bandeiras. Um conceito “inofensivo”, à primeira vista oposto a um palavrão, uma vez que, ainda que por um olhar enviesado de um dado movimento, reflete a manifestação científica sobre relações problemáticas na sociedade. Toda e qualquer argumentação acerca do conceito, emerge da necessidade de se quebrar certos paradigmas, alterar a lógica de subjugação da mulher na sociedade, busca alcançar a emancipação da mesma e, também, trazer a reflexão de novas percepções das identidades de gêneros.

Apesar de todos os esforços, acadêmicos e políticos (que serão elucidados no Capítulo 2) em elevar o conceito para uma discussão sadia e para a melhoria da sociedade, principalmente na elaboração de políticas públicas de gênero, alguns setores conservadores insistiram e ainda insistem em anular a importância do conceito, bem como imputar significados equivocados a ele, com uma finalidade: a não promoção de políticas de gênero no Brasil.

Refletindo acerca das políticas públicas de gênero de forma geral, salienta-se que elas perpassam não só o fim da violência contra a mulher, a emancipação econômica da mesma, alteração de comportamentos compartilhados que diminuem a importância da mulher na sociedade, luta contra a homofobia, bem como a promoção de políticas educacionais que transmitam valores contrários ao preconceito, ao machismo, etc.

Contudo, em face à elaboração dos Planos Nacionais, grupos conservadores passaram a não só tratar o termo gênero como um “palavrão”, como algo prejudicial à sociedade, aos jovens em idade escolar, mas também criaram um termo nunca tratado academicamente, nem mencionado nos planos: “ideologia de gênero”. A falácia passou a ser defendida não somente por setores conservadores da sociedade civil, mas também por grupos políticos no legislativo que passaram a atuar veementemente contra aquilo que, ironicamente, eles mesmos criaram. A proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2010, utilizava o termo gênero

para promover a sensibilização quanto à necessidade de igualdade/equidade de gênero e também não mais se referir às pessoas somente no masculino.

Conforme Toni Reis e Edla Eggert (2017),

Em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei, no qual retirou da redação do inciso III do artigo 2º a frase “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2013d). Também suprimiu, em todo o texto, a flexão de gênero, adotando a forma genérica masculina (BRASIL, 2013d). De volta na Câmara dos Deputados, aflorou-se de vez nas audiências e debates sobre o Projeto de Lei o fenômeno da “ideologia de gênero”, com calorosas manifestações pró e contra, até sua sanção presidencial em 25 de junho de 2014, com flexão de gênero, porém sem especificação de formas de discriminação (BRASIL, 2014). (REIS & EGGERT, 2017, p.15)

A citação reflete a pressão de setores conservadores da sociedade na política, interferindo no texto final do Plano Nacional da Educação (PNE), e na tentativa compreender o ocorrido, primeiramente, nota-se que paralelo à elaboração do PNE, havia uma condução particular do governo frente às demandas sociais, com viés transversal, nesse sentido, assim como à época, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) já elaborava e executava políticas de gênero, pelo caráter transversal das mesmas, saúde, economia e, como no caso apresentado, educação, estavam consonantes a uma agenda progressista em relação à compreensão do retrógrado comportamento machista compartilhado em sociedade.

Um dos autores que cunhou o termo “ideologia de gênero”, Jorge Scala, tratou de descrever aquilo que fora apropriado, como dito, por setores conservadores, que se colocaram contrários às alterações do PNE, com base no que o autor argentino considerou:

Seu fundamento [da ideologia de gênero] principal e falso é este: o sexo seria o aspecto biológico do ser humano, e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo. Ou seja, que cada um seria absolutamente livre, sem condicionamento algum, nem sequer o biológico, para determinar seu próprio gênero, dando-lhe o conteúdo que quiser e mudando de gênero quantas vezes quiser. Agora, se isso fosse verdade, não haveria diferenças entre homem e mulher — exceto as biológicas; qualquer tipo de união entre os sexos seria social e moralmente boas, e todas seriam matrimônio; cada tipo de matrimônio levaria a um novo tipo de família; o aborto seria um direito humano inalienável da mulher, já que somente ela é que fica grávida; etc. Tudo isso é tão absurdo, que só pode ser imposto com uma espécie de “lavagem cerebral” global [...] O gênero destrói a estrutura antropológica íntima do ser humano... (SCALA, 2012 apud REIS & EGGERT, 2017, p.15).

Apesar de haver, de fato, elaborações teóricas sobre questões de gênero, sexo e identidade, conforme já foi abordado nesta tese, que ampliam o debate acadêmico sobre os termos, vale destacar que nenhum dos documentos finais nem as Conferências Nacionais de Educação, nem da proposta do PNE continham o termo “ideologia de gênero” em seu texto, porém, a acusação em plenário era taxativa: a ideologia de gênero acabaria com a família tradicional e com a educação. Contudo, uma vez que tal falácia foi lançada ao senso comum, o que restou foi um pensamento retrógrado acerca do que significa gênero, do que significa política pública de gênero e, portanto, parte da sociedade na contramão do que era elaborado e executado pela SPM.

1.3 Teoria Sociológica, feminismos e as oposições ao movimento

Tendo as noções do neoinstitucionalismo como norteadoras, antes de elucidar a pluralidade dos movimentos feministas e as oposições existentes, cabe uma revisão bibliográfica analítica, pautada nos clássicos das Ciências Sociais e em dois autores da referida área para alguns apontamentos acerca da dicotomia agência X estrutura, uma vez que tal relação está também conectada às investigações dos movimentos sociais, crucial para a compreensão da articulação e diálogo existente dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com a dita sociedade civil.

A transição da sociedade tradicional para a moderna correspondeu a uma mudança radical na história da humanidade e o advento do capitalismo nesse momento contribuiu para a modificação das estruturas de forma bastante significativa. Esse cenário promoveu um novo objeto de estudo, e mais, uma nova ciência que pudesse dar conta de analisar as mudanças que ocorriam. A Sociologia surgiu nesse contexto e, primeiramente, sob uma ótica positivista: a chamada física social buscava organizar a sociedade, ordenando-a e a partir de leis para interpretar os fatos sociais. A relação entre ação e estrutura, indivíduo e sociedade passou a ser, e ainda é, alvo das análises das Ciências Sociais, além de ser, muitas vezes, um obstáculo para o pesquisador.

Émile Durkheim, o pai da Sociologia, foi quem contribuiu para tornar a disciplina uma Ciência emancipada e capaz de estabelecer estudos da sociedade moderna que estava emergindo. Durkheim pode ser associado à corrente funcionalista, que enfatiza a importância do consenso moral para a manutenção da ordem e da estabilidade na sociedade. Para o autor, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, ou seja, o indivíduo aceita e se adapta às normas, leis, costumes já criados. A determinação dos indivíduos para ele é social, somente assim o indivíduo pode ser encarado como um fato social.

Max Weber não foi muito pontual em seus estudos a respeito da relação ação e estrutura, mas compreendia a sociedade a partir do conjunto das ações individuais, sendo que a ação social só existe quando o indivíduo é capaz de estabelecer algum tipo de comunicação a partir dessa ação. Para essa compreensão, Weber estabeleceu quatro tipos de ação social: ação tradicional (por

costumes), ação afetiva (por sentimento, afeto), ação racional com relação a valores (se dá pela crença consciente em valores), ação racional com relação a fins (cálculo racional do indivíduo para uma determinada finalidade).

Outro grande autor das Ciências Sociais, Karl Marx, através do seu método materialista histórico, destinava ao ator o papel importante de ação histórica. O indivíduo é apresentado por ele como resultado do processo histórico e seria no contexto do capitalismo que os indivíduos passaram a reagir. Em resumo, o comunismo, que seria para ele a superação positiva da propriedade privada enquanto alienação do homem, seria um resgate do homem para si mesmo. Esse comunismo seria também, segundo o autor, o início da verdadeira história, que corresponderia à dissolução do antagonismo entre homem e a natureza, e entre homem e o homem, ou seja, seria solução para o conflito exposto por ele em muitas obras, entre a liberdade e a necessidade humana.

Como é possível perceber, o problema da relação indivíduo x sociedade esteve presente entre os principais autores das Ciências Sociais no século XIX e, em consequência, no século XX, como será apresentado aqui, nas perspectivas dos autores Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, que de certa forma buscaram interpretar o social através de uma oposição às abordagens que não davam autonomia ao sujeito nas suas ações. Para esses dois autores o ator age no mundo social e esse mundo social também age sobre ele.

Há três conceitos principais desenvolvidos nas obras de Pierre Bourdieu que explicam as interações entre as classes e a dominação, entre estrutura e ação, são eles: campo, *habitus* e capital, que por sua vez não podem ser explicados, nem compreendidos isoladamente.

Campo pode ser explicado como o espaço no qual os agentes ou os grupos são distribuídos em função de sua posição e diferenciados pelo capital econômico e capital cultural. Seria todo e qualquer espaço onde ocorrem “interações sociais”. Tais interações são guiadas por “regras”, como por exemplo, no campo econômico, onde as regras de conduta são pautadas em leis econômicas e determinam as possibilidades de ação do indivíduo na luta pelo bem escasso peculiar a cada campo, no caso econômico o lucro. Uma vez que a matriz intelectual de Pierre Bourdieu se encontra embasada nas obras de Max Weber, pode-se relacionar o conceito de campo com o conceito de esferas de sentido (econômica, religiosa,

política, jurídica, social e cultural – que possuem lógicas autônomas de funcionamento) weberiano. Na perspectiva da emergência das pautas feministas dentro do Estado, como construção de uma institucionalização das demandas feministas, no caso brasileiro por exemplo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é o campo bourdieusiano propício às interações entre Estado e Sociedade.

Pode-se dizer que o espaço social situa disputas tanto no aspecto “macro” como no aspecto “micro” (por exemplo, campo religioso em geral ou apenas um templo religioso), além disso, ao decompor sociologicamente todo e qualquer espaço, percebe-se a interferência de outros espaços sociais naquele em questão, ou seja, em uma sala de aula, que pode ser entendida como um espaço social onde há disputa por algo, nota-se a convergência de diversos outros espaços sociais como formação familiar, capital cultural, poder aquisitivo, formação religiosa.

Outro conceito encontrado nas obras de Bourdieu é o de *habitus*, que pode ser compreendido como o mais importante, uma vez que sua manifestação é um resultado do campo em que se está inserido e do acúmulo de capitais. Conjunto de disposições adquiridas pelo indivíduo. Estas determinam a “capacidade” de prover soluções em determinado espaço social de interações. As disposições interiorizadas no indivíduo se exteriorizam objetivamente através das ações em determinado espaço social e está diretamente associada ao êxito que pode ou não ocorrer naquela interação. O *habitus* “é uma interiorização da objetividade das regras do espaço social” (grifo meu). *Habitus* corresponde ao conjunto de mecanismos pelos quais os indivíduos adquirem / realizam a aprendizagem das relações sociais; opera como uma mediação entre o indivíduo e o coletivo, entre o agente e a estrutura. Mais uma vez, no que tange à proposta geral da presente tese, em relação a efetividade das políticas produzidas pela SPM, por exemplo, pode-se considerar que um *habitus* compartilhado pela sociedade em relação aos comportamentos machistas poderia estar sofrendo alteração em razão da influência da SPM e seus mecanismos que poderiam estar gerando tal aprendizagem alternativa quanto ao paradigma do sistema patriarcal.

Habitus também é determinado pela posição social do indivíduo e exprime os estilos de vida, os gostos, os julgamentos estéticos. Em “A Distinção”, Bourdieu faz uma exposição da questão do gosto, que ao contrário do que diz o senso comum, de

que gosto sobre algo não se discute, para o autor francês, mais do que isso, o gosto classifica e distingue, aproxima e afasta aqueles que experimentam os bens culturais.

Sendo assim, uma disputa dada em certo campo é orientada pelas “regras do jogo”, e os indivíduos adquirem tais regras de acordo com sua posição econômica e nível cultural. E o que Pierre Bourdieu pretende com essa teoria? Ou mais especificamente com esse conceito? Acredita-se que ele busca retirar dos “ombros” dos indivíduos as derrotas e as vitórias, colocando-os de fato no contexto social em que vivem, pois toda derrota e toda vitória possui um histórico, não apenas individual, mas todo o histórico da classe a que aquele indivíduo pertence, bem como as lutas feministas encontram ora sim, ora não, terreno propício para a implementação de suas demandas.

Outro conceito importante desenvolvido por Bourdieu é o de capital. Capitais simbólicos são propriedades, por exemplo, capital físico (bens materiais), econômico (salário), capital cultural (que são os saberes e os conhecimentos reconhecidos por diplomas ou títulos) ou capital social (que corresponde às relações sociais), que são percebidos pelos agentes sociais e lhe atribuem um valor. O capital social, que possui importância no aspecto individual, é uma resultante dos capitais econômico e cultural que são reproduzidos (principalmente pela instituição escolar) resultam na manutenção das condições sociais desiguais.

As condições materiais e objetivas dadas ao indivíduo formarão suas disposições, o conjunto destas compõem o *habitus*, este determinará as chances de vida do indivíduo dentro dos espaços sociais que ele por ventura possa atuar. Com efeito, se as condições materiais e objetivas são desiguais de indivíduo para indivíduo e de classe para classe, pode-se dizer que o *habitus* é um elemento distintivo e ilustra as desigualdades sociais, sendo ele resultante das condições materiais de vida e reprodutor dessas condições.

O capital econômico corresponde àquele mais observável, caracterizado pelo dinheiro e pelos bens materiais possuídos pelo indivíduo, determina em parte sua classe e pode ser adquirido, porém não é o único que define a posição de certa pessoa.

Capital cultural corresponde não só ao conhecimento legítimo, reconhecido e difundido na escola, mas também àquele que é herdado pela família. Na obra “A

Reprodução”, Bourdieu coloca a questão de que a escola seria, juntamente com outras instituições, a maior responsável pela reprodução da desigualdade, uma vez que o sistema escolar como um todo, baseado nas ações pedagógicas tendem a manter as diferenças já existentes entre seus alunos (que possuem capital econômico e capital cultural herdado pela família, distintos). Ao contrário do que se propõe a escola não diminui as distâncias entre os indivíduos, ela as mantém, reproduzindo de maneira “cruel” (já que não é percebida) a dominação vigente. Nesse sentido, o capital cultural acerca da cultura machista já citada aqui, tendia a ser encorpado através da postura progressista dos governos à época da criação e auge da SPM, tanto pela elaboração de políticas da Secretaria, quanto a partir das propostas de mudanças do currículo escolar, propondo uma nova percepção das questões de gênero.

Já o capital social, que possui uma importância no aspecto individual, é uma resultante dos capitais econômico e cultural. Ele corresponde à rede de relações sociais, que são mantidas por afinidades dos outros dois capitais, mais uma vez, as condições sociais desiguais e a dominação são mantidas. É inegável, mais uma vez nesse paralelo da teoria do autor em questão com a temática proposta, que o capital social dos grupos feministas foi determinante na inclusão de tais grupos no governo e das suas demandas na SPM.

Bourdieu destacou tais disposições, adquiridas pelos indivíduos e que fazem com que as ações sejam orientadas para tal e qual fim, sem que essas tenham por princípio a busca consciente de um objetivo. As disposições podem ser entendidas como o “sentido do jogo” que é incorporado pelo indivíduo e o faz agir inconscientemente. Esse “sentido do jogo” é regulado pelas disposições e pela *illusio*. As disposições são adquiridas pelo indivíduo e fazem com que todas suas ações sejam orientadas para tal ou qual fim sem que elas tenham por princípio a busca consciente desse objetivo. Não se pode, porém, falar em inconsciente, já que o que é levado em consideração na teoria bourdieusiana é a estrutura e não a agência, mas deve-se sim falar em ações pré-reflexivas, que correspondem às atitudes tendenciadas pela classe, pelos capitais, pelo *habitus* incorporado. Toda essa manifestação do *habitus* e dos capitais reproduzidos são “escondidos” por um véu encobre a dominação e não revela o verdadeiro “sentido do jogo”, a *illusio*,

portanto, serve para dizer que os indivíduos não estão lutando por tudo que na verdade gera a luta entre eles.

Não é difícil compreender que teoria de Pierre Bourdieu gera um grande mal-estar nas sociedades capitalistas, uma vez que ele “revela a verdade maior” sobre as outras verdades (essas duvidosamente entendidas como verdade, já que são encobertas pela *illusio*) vigentes que são propagadas e reproduzidas, legitimando a dominação.

Pode-se notar que Bourdieu (1996) propôs uma teoria social que superasse a dicotomia indivíduo/estrutura, mas é possível notar que o indivíduo ainda aparece um tanto quanto passivo ao campo social que ele atua. A autonomia da ação a partir dessa teoria é limitada/condicionada pelo *habitus*, sendo assim, uma análise possível acerca da existência da SPM durante os governos petistas, seria a de que ela era crucial na formatação de uma nova lógica de superação e empoderamento das mulheres, visto que a autonomia dos indivíduos e grupos feministas, por exemplo, à luz da teoria proposta, é limitada, sendo necessária uma institucionalização de suas demandas para a efetividade das ações.

Caminhando na direção do pensamento de Anthony Giddens (2003), segundo sua teoria da estruturação (e a dualidade da estrutura):

O dualismo ‘indivíduo’ e ‘sociedade’, em particular, é reconceituado como a dualidade agência e estrutura. Até o momento, concentrei-me principalmente no desenvolvimento de uma série de conceitos que servem para elucidar o que o ‘indivíduo’ é como agente reflexivo, ligando reflexividade com posicionamento e co-presença. Entretanto, a discussão da regionalização começa apontando o caminho no sentido de mostrar como esses interesses se entrecruzam com o estudo de sistemas sociais estendidos sobre vastos lapsos de tempo-espaco. (GIDDENS, 2003, p. 191)

O autor define estrutura como ao mesmo tempo condição e resultado da ação, ou meio e consequência da ação. Segundo ele a estrutura incorpora-se na ação e a ação incorpora-se na estrutura. Dessa forma, ação corresponderia à liberdade e a estrutura a uma forma de constrangimento. Essa concepção de Giddens pode ser vista como uma forma de síntese entre estruturalismo e funcionalismo, para conjugar estrutura e ação em uma única “coisa”. “Uma das principais proposições da teoria da estruturação é que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os

meios de reprodução do sistema (a dualidade de estrutura)”. (GIDDENS, 2003, p. 22)

Giddens desenvolve a teoria da estruturação justamente na tentativa de superar a dicotomia estrutura e sociedade. Além disso, acabar com as dicotomias entre as sociologias interpretativas (que enfatizam o sujeito e suas subjetividades) e as funcionalistas e estruturalistas (que enfatizam o objetivismo e o ponto de vista naturalístico).

Essa teoria da estruturação proposta pelo autor inglês revela que o que interessa mais são as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo, e não a experiência do sujeito, nem a existência de uma dada totalidade social. Nessa perspectiva, a SPM seria uma imposição de práticas sociais voltadas para a superação das desigualdades de gênero. Para Giddens as atividades sociais dos homens são recursivas, ou seja, são continuamente recriadas pelos atores sociais através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores.

A partir de sua Teoria da Estruturação, Giddens define que o objetivo central da Teoria Social é a conceituação das potencialidades constitutivas da vida social. Segundo o autor, estrutura seria um conjunto de regras (interpretativas e normativas) e de recursos (alocativos e de autoridade) que acionados no decurso da ação e por esses reproduzidos ou transformados, suportam a articulação institucional dos sistemas sociais.

[...] a estrutura refere-se, em análise social, as propriedades de estruturação que permitem a ‘delimitação’ de tempo-espaço em sistemas sociais, as propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma ‘sistêmica’. (GIDDENS, 2003, p. 20)

Diferente de Bourdieu, o sociólogo Giddens garante ao indivíduo, a partir de sua teoria, uma maior autonomia no processo de mudança social. Ou seja, ao estabelecer que a principal unidade de análise em sua teoria é a dualidade da estrutura, Giddens promove um maior equilíbrio entre a capacidade reflexiva do ator e o impacto da estrutura sobre ele. Ou seja, Giddens não nega o poder que a estrutura desempenha sobre o ator, uma vez que as estruturas sociais são dotadas de capacidade de interferir em algumas questões da vida do agente. Mas, direcionando sua análise para além dessas questões, Giddens também enxergava

um indivíduo com mais liberdade e atuante na construção da sua ação social. Entendendo tal perspectiva, na relação Estado e sociedade, os movimentos feministas e de mulheres passam a ser cruciais na atenção às demandas por eles requisitadas.

O ponto central da teoria da estruturação corresponde aos conceitos de estrutura, sistema e dualidade da estrutura definidos por Giddens. Estrutura para ele diz respeito às propriedades de estruturação que permitem a delimitação de tempo-espaço em sistemas sociais. Os sistemas sociais correspondem às atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. E a dualidade da estrutura compreende o entendimento de que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social (práticas sociais) são, como já foi exposto, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. Isso ocorre através da rotinização das práticas na vida social, onde a atividade cotidiana de atores sociais reproduz aspectos estruturais mais amplos. Na formulação da teoria da estruturação, Giddens discorre, portanto, acerca de dois elementos fundamentais, ação e estrutura (as correntes do estruturalismo e funcionalismo foram essenciais para o desenvolvimento dessa teoria).

Giddens demonstra que o ator realiza uma interpretação reflexiva de sua própria existência e de seus contextos de ação, além da capacidade de interagir com os outros e produzir efeitos no mundo social. Essa capacidade do ator se dá pela utilização de regras e recursos que são intersubjetivos, incorporados em sua interação/aprendizagem social.

Sugerirei que um sentido de confiança na continuidade do mundo objetivo e no tecido da atividade social depende de certas conexões especificáveis entre o agente individual e os contextos sociais através dos quais esse agente se movimenta no decorrer da vida cotidiana. (GIDDENS, 2003, p. 70)

Após expor as noções conceituais de Bourdieu e Giddens e os desenvolvimentos dos conceitos de sujeito e estrutura realizados por esses autores, pode-se afirmar que, em perspectiva comparada, os trabalhos desses contribuíram fortemente para as questões relativas à dicotomia indivíduo/sociedade, ação/estrutura.

Sob a ótica de Pierre Bourdieu acerca dessa dicotomia, a Sociologia apreendeu a noção de reprodução social, mas lembrando que esse autor, na tentativa de superação do pensamento dicotômico, garantiu maior ênfase à estrutura do que ao indivíduo. Mesmo que ele tenha definido sua perspectiva sociológica como relacional, tal relação está situada e condicionada por um determinado *campo*. Giddens garante um maior equilíbrio na abordagem conceitual de estrutura e ação, não mais em oposição. Por isso, Giddens define como objeto central de suas análises a vida social, ou seja, nem indivíduo, nem sociedade, mas sim nas atividades cotidianas rotinizadas. Entrelaçando as duas perspectivas, pode-se destacar a importância da luta e da articulação de movimentos sociais, como os feministas, diante de um *campo* propício, a SPM, e onde as relações sociais construídas com e dentro do Estado, do qual foram capazes de promover a implementação de políticas para as mulheres. Vale frisar que a SPM tanto pode ser considerada campo, bem como o governo, como poder ser considerada agente, grupo interessado na elaboração de políticas para as mulheres.

O problema que ambos autores não conseguiram escapar é o de explicar a equação da liberdade do ator e sua capacidade reflexiva, com todas as circunstâncias, normas, valores e instituições construídas social e historicamente existentes. Mas, ainda assim, é possível dizer que Giddens foi mais ao ponto da questão quando propõe a noção complementar da ação e estrutura. O indivíduo descrito por Giddens possui capacidade para transformar situações sociais, apesar da existência de constrangimentos sobre os atores. Já na proposta de Bourdieu, todas as experiências dos atores são estruturas em duas dimensões, a externa que se dá pelo campo e interna que se dá pelo *habitus*.

O debate acerca das dicotomias agência e estrutura, indivíduo e sociedade não está encerrado à luz das Ciências Sociais e cada vez mais o pesquisador tem se deparado com essa questão em suas pesquisas na contemporaneidade. Essas categorias isoladas não dão conta de explicar os problemas sociológicos, e assim, vem se tornando um consenso que as relações conceituais dialéticas são as que mais abrangem e “resolvem” as pesquisas sobre as diversas sociedades.

Diante do exposto, é possível elucidar também que em relação ao movimento feminista, a unicidade não é uma realidade. Ao contrário, os movimentos feministas, assim mesmo, no plural, devem ser encarados em suas singularidades tanto

internas ao movimento, quanto externas a ele, no sentido de que além da interação dos movimentos sociais com o Estado, a quem eles se dirigem para demandar seus interesses, há uma interação acirrada internamente, que afloram, muitas vezes, as dissidências nos movimentos organizados.

Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar – sugerem os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. [...] Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação. (BUTLER, 2016, p.23)

A filósofa Judith Butler, no fragmento acima, expõe de forma cirúrgica os dilemas da representação das mulheres, em geral, por parte dos grupos feministas que possuem incongruências e fragmentações internas. Tal constatação destaca ainda o sujeito que os próprios movimentos feministas, articulados à intelectualidade, tentam construir.

Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (BUTLER, 2016, p.24)

Muitas mulheres não ligadas a movimentos organizados não se consideram representadas pelos anseios de grupos feministas¹¹. E frente ao debate da libertação da necessidade de construir uma base única, como propõe Butler, o problema não são as mulheres em geral não se sentirem representadas por um feminismo único e homogêneo (que nem existe), mas não se sentirem representadas por nenhum grupo feminista. A dimensão da pluralidade deveria estar associada à ideia que a partir de tantas fragmentações, em algum lugar essas mulheres se encaixariam dentro dos múltiplos movimentos existentes. Porém, além

¹¹ Por exemplo, o movimento “Women Against Feminism”, que tomou conta das redes sociais em 2014, quando mulheres no Brasil e no mundo se colocavam avessas aos grupos feministas. <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/09/1520536-mulheres-usam-redes-sociais-para-contestar-bandeiras-do-feminismo.shtml>> Acesso em: junho de 2018.

de não se sentirem representadas, muitas se opõe ao movimento, podendo-se elucidar que há uma dificuldade por parte de alguns grupos feministas em acessar o “mundo” da mulher inserida no contexto machista. A unidade não é o caminho e a rejeição é um entrave.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, 2016, p.20)

Conforme Butler apresentou no último trecho citado, a crítica feminista deve operar não somente internamente, na busca de uma coerência em cada movimento com suas singularidades, mas também considerando que o sujeito do feminismo é uma complexa categoria imersa no contexto de produções e repressões compartilhadas socialmente, com base em comportamentos machistas, sob a intermediação de estruturas que também são alvo da luta feminista. As mulheres em geral, esse sujeito do feminismo, precisam ser alcançadas e reconhecidas em suas especificidades de mulheres que não se encontram descoladas das estruturas que as reprimem. Sem uma empatia por parte dos movimentos com essas mulheres, o distanciamento entre esses dois polos aumenta e gera dificuldades práticas nas ações políticas que são almejadas pelas feministas.

Em suma, a relação dicotômica entre agência e estrutura deve ser analítica tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista prático, para a elevação dos movimentos feministas, por exemplo, que buscam alcançar em termos de políticas específicas e efetivas a igualdade perseguida e necessária para a vida em sociedade.

1.3.1 Feminismo no Estado

No presente tópico realiza-se a descrição, diante do modelo analítico proposto, dos grupos interessados que alcançaram espaço no Estado e conquistaram a possibilidade de elaboração de políticas para as mulheres. Dessa forma, em relação à temática proposta, algumas considerações são possíveis. Tratar da inserção do feminismo no Estado pode referir-se desde ao mais simbólico dos eventos, no que tange à representatividade das mulheres em cargos de poder nos governos, bem como pode referir-se à criação de espaços institucionalizados destinados à reparação das desigualdades de gênero. Ainda segundo a discussão proposta por Butler, apresentada no tópico anterior, os debates necessários internamente aos movimentos podem sofrer uma transposição analítica para a dimensão imersa nos espaços de poder, em outras palavras, todos os questionamentos apontados têm validade também para a noção de representatividade política das mulheres e a visibilidade dos feitos políticos a partir dessa inserção de correntes feministas no Estado.

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma. (BUTLER, 2016, p.25)

A relação constitutiva entre atores e instituições (agência e estrutura), já mencionada anteriormente, deve ser uma parte fundamental da análise baseada no neoinstitucionalismo histórico, abordagem central na presente tese para a compreensão das instituições que carregam em si questões ligadas à luta feminista. Mas anterior à compreensão da lógica da inserção do feminismo no Estado e das instituições pautadas no feminismo, destaca-se a importância dos movimentos feministas que, ao longo dos anos, tornaram visíveis as estruturas patriarcais na sociedade, que geram uma condição de subordinação das mulheres, bem como proporcionaram espaços para que a voz política das mulheres alcançasse ações e políticas públicas em prol do total acesso aos seus direitos.

So while historical institutionalist approaches can be useful in explaining how particular institutions and regimes arose, how they are gendered and why it is often so difficult to change them, they also need to be able to explain how and why institutions can or cannot be renegotiated in different contexts, focusing both on the formal and informal variants and the ways in which institutions have gendered norms and logics (CHAPPELL, 2006 apud WAYLEN, 2009, p.7).

Além da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), objeto central desta tese em termos de análise de trajetória e importância institucional como espaço para articulação das demandas feministas no Estado, e que será descrita no próximo capítulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que deve ser destacado e apontado como desencadeador, a partir da conexão de movimentos feministas, de toda uma estrutura estatal de promoção de políticas de igualdade de gênero no país.

Foi a partir do CNDM, em 1985, que as vozes das mulheres foram sendo amplificadas nas esferas decisórias¹², afinal, foi o primeiro veículo institucional que consumou a representação das mulheres no Estado. Obviamente, a agenda política devidamente fundamentada nasceu também nos espaços acadêmicos, através de estudos feministas que dilataram o discurso militante, permitindo a possibilidade de imersão na esfera institucional do Estado. E atrelando tal cenário às multifacetadas demandas dos movimentos feministas expostas anteriormente, cabe ressaltar que o cerne do ideário feminista que esteve presente na formatação do CNDM desde sua criação foi a busca da alteração da condição de subjugação das mulheres na sociedade.

Além disso, compreendendo a necessidade de atentar-se recorrentemente, de forma analítica, para a relação agência X estrutura, cabe a ressalva para as figuras centrais nessa estruturação de reivindicações feministas, que são expressas nas figuras das presidentas do CNDM e das ministras da SPM.

¹² Cabe citar aqui que, anterior à ascensão do CNDM, os partidos políticos foram e continuaram sendo núcleos de organização e articulação de feministas.

Key women, particularly feminists, present not just within organized women's movements – that are usually crucial in articulating issues - but also within legislatures, political parties, governments and bureaucracies in the post transition period, are often central. And these key women often form a range of alliances – both insider and outsider ones - with other important actors. The headway that key women can make, whether from women's movements or other institutions depends on the openness of both the transitions and institutions. Pacted and relatively drawn out transitions with negotiation processes that are relatively open, transparent and accountable, although often more constrained, also appeared more likely to be accessible to women actors. (WAYLEN, 2009, p.10)

O conceito de mulheres-chave, apresentado na citação, é uma elaboração de Waylen (2009) que converge com a perspectiva de grupos interessados na presente tese, em que grupos de mulheres, feministas ou não, organizados ou não, atuam em diversas frentes na busca de espaço, reconhecimento das demandas e implementação de políticas.

Tais figuras, as presidentas do Conselho e as Ministras da Secretaria, desde a formação do CNDM, passando pela criação da SPM (que será apresentado no Capítulo 2), até o seu desmonte institucional (que será abordado no Capítulo 3), estiveram sempre, em alguma medida, à esquerda no espectro político-ideológico, até 2016, ainda que não fossem todas militantes feministas propriamente ditas, mas se apresentavam na vanguarda nessa busca pela igualdade e emancipação da mulher na sociedade brasileira. No ANEXO II segue a lista com os nomes das ex-presidentas do CNDM e uma breve descrição de cada uma.

No artigo de Ana Alice Alcântara Costa, intitulado “Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres”, a autora não somente destaca que “o feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas”, mas aponta que os feminismos no Brasil conseguiram articular novas alianças envolvendo propostas transformadoras para a sociedade como um todo. Dessa forma, é possível elucidar que o CNDM e, posteriormente, a SPM, representam não só espaços importantes de participação das mulheres, mas, principalmente, terreno produtivo para que as relações entre Estado e sociedade (movimentos feministas) fossem estreitadas, permitindo o debate e a definição de propostas, com encaminhamentos de projetos políticos por parte dos mais variados grupos feministas, fossem eles institucionalizados ou não.

Em pesquisa de doutorado, Pimenta (2010) apontou os avanços e retrocessos a partir da análise de trajetória do CNDM, em seu papel institucional de mediador do Estado com a sociedade, e, na citação à frente, é possível extrair a conclusão de que institucionalmente, para se manter forte, o Conselho necessita de atenção governamental e de implementação de políticas em consonâncias às diretrizes apontadas pelas conselheiras:

A análise da trajetória do Conselho nos permite afirmar a progressiva redução (especialmente nos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco) – e posterior recuperação (com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula), do papel institucional desempenhado pelo CNDM. As negociações políticas, as conjunturas dos períodos analisados e as relações de forças dentro dos governos revelaram crises, tensões e embates que o Conselho teve que enfrentar dentro de um Estado ainda patriarcal, sexista e fortemente influenciado por um fundamentalismo religioso. Nas diferentes gestões estudadas nesta tese, foi possível perceber as variações existentes no que se refere à capacidade de incidir sobre as políticas públicas, à forma de diálogo com o Estado, à dinâmica participativa e à relação com outros atores políticos. O protagonismo inicial do Conselho e sua destacada repercussão social se mantiveram por poucos anos. Apesar de introduzir temas e questões inovadoras - com propostas dirigidas não só ao Estado, mas à sociedade em geral, o CNDM não teve forças suficientes para se impor na lógica da ação do Estado em favor das mulheres, por ser dependente da vontade política do núcleo dirigente do governo. Dessa forma, seu caráter de representação e seu horizonte de atuação aumentavam ou diminuía dependendo da correlação de forças políticas presentes no cenário governamental. (PIMENTA, 2010, p.171-172)

A partir do exposto, é possível afirmar que o sucesso de tal mediação frente às intenções de promover avanços nas ações políticas voltadas para as questões das mulheres ficava submetida ao cenário político/governamental, ou seja, o órgão não se manteve atuante apesar de representar um canal de participação dos movimentos feministas no Estado. Os limitantes do Conselho, assim como será possível verificar em relação à SPM, derivam das instabilidades governamentais que atentam muito ou pouco para as reivindicações de mulheres organizadas ou não.

Capítulo 2

A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO FEDERAL E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

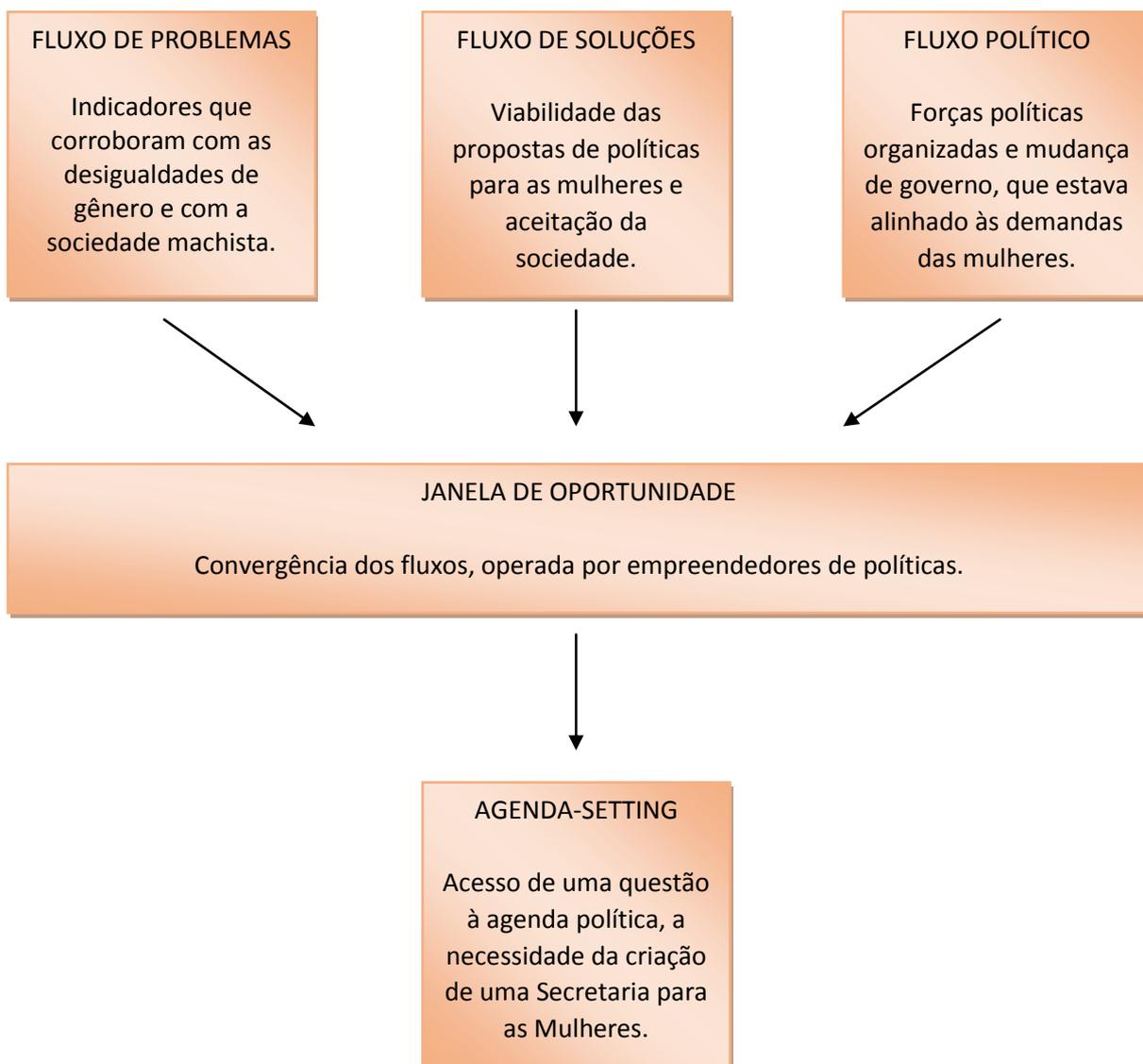
2.1 Formação da Agenda e o surgimento da SPM

Seguindo a lógica do modelo analítico apresentado na introdução desta tese, o presente tópico trata do *start* para a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), bem como o que se convencionou chamar de efeito encruzilhada, apresentando o momento em que o governo tinha opções de caminhos a seguir e decidiu abrir espaço para a agenda das mulheres, tendo como característica do referido “efeito encruzilhada” a dependência de trajetória, ou seja, a partir da noção do institucionalismo histórico, os caminhos seguidos pelas instituições, definem suas trajetórias. Para Peters, “escolhas feitas quando uma instituição está sendo formada, ou quando uma política está sendo iniciada, terão uma contínua influência amplamente determinante [...] no futuro” (PETERS, 1999, p.63 apud GAINS; JOHN; STOKER, 2005, p.25).

Observando a primeira fase do ciclo das políticas públicas como sendo a formação da agenda, entende-se que o poder público traça o que é ou não prioritário, sendo, portanto, essa fase, caracterizada pelo planejamento, ou seja, notar os problemas existentes que merecem a atenção governamental. Dessa forma, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse, em 2003, houve um movimento de reconhecimento e valorização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM). Esta última derivou da reativação do CNDM por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) assim que tomou posse, em 2005, porém, não havia estrutura administrativa, nem orçamento próprio para o conselho. De toda forma, em 2002, no último ano do governo de FHC foi criada a SEDIM, transformada por Lula, através da Medida Provisória Nº 103, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério, ou seja, mudando definitivamente o patamar das propostas e ações de políticas de gênero, afinal, uma pasta integrante da Presidência da República, com orçamento próprio, conseguiria produzir políticas

efetivas na temática proposta. Assim, o CNDM foi transferido para a SPM, tendo a partir de então, a ministra da secretaria também como presidenta do conselho.

Na perspectiva da dependência de trajetória, vale ressaltar que foi toda a luta das mulheres que culminou na criação do CNDM e também, posteriormente e principalmente, na SPM. A construção do cenário citado pode ser apresentado conforme o diagrama a seguir:



A SPM surgiu, conforme documento próprio da secretaria em sua implantação, para o enfrentamento das desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das portadoras de necessidades especiais é preciso ações transversais e conjuntas em todas as instâncias governamentais, bem como apresentava como

objetivo a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento de condições para a sua plena cidadania. Além disso, apresentava à época de sua formação, as seguintes competências discriminadas:

- assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional;
- elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo;
- promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias.

O CNDM, a partir da criação da SPM, foi desvinculado do Ministério da Justiça passou, portanto, a ter um caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, sem autonomia administrativa e financeira, tendo descritas suas atribuições, conforme Decreto Nº 4.773, de 07 de julho de 2003, conforme disposta abaixo:

I – participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às mulheres, inclusive na articulação da proposta orçamentária da União; II – propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito nacional; III – apoiar a Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres na articulação com outros órgãos da administração pública federal e os governos Estadual, Municipal e do Distrito Federal; IV – promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; V – participar da organização das conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres; VI – propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública; VII – articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no CNDM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher; VIII – articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.

A criação da SPM e a indicação de atores específicos da temática em questão para os cargos da nova estrutura institucional revelam a atenção por parte do governo federal nos debates acerca das demandas dos movimentos feministas, bem como evidencia uma proposta de gestão do governo Lula apoiada na perspectiva de políticas transversais e, principalmente, elevando a um outro nível as políticas públicas de gênero no país. A SPM surgiu imediatamente junto com o governo Lula, em 2003, no mesmo ano o governo aprovou a lei para a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; promoveu encontros nacionais dos Conselhos dos Direitos da Mulher e também encontros nacionais entre membros de delegacias especializadas no atendimento à Mulher; no ano seguinte, em 2004, o governo instituiu por Lei Nº 10.745 o “Ano da Mulher” no Brasil.

Todas essas medidas, que vieram quase que concomitantemente com a criação da Secretaria, representam um novo olhar e uma nova postura governamental frente às necessidades das mulheres quanto às desigualdades existentes entre os gêneros. A institucionalização das demandas feministas acarretou na formulação e efetivação de ações políticas que convergissem com as propostas de parte da sociedade civil, que passou a acessar o Estado, em constante diálogo e abertura para debates e propostas.

É importante considerar, que no segundo governo Dilma, em 2015, diante do cenário político conturbado e economia estagnada, além de pressões da oposição, a presidenta decidiu assumir uma postura de endurecimento quanto aos orçamentos para as diversas pastas ministeriais¹³, bem como teve que realizar uma reestruturação nos Ministérios. Uma das alterações ocorridas foi relativa justamente à pasta da SPM, que após seguidos cortes orçamentários ao longo do ano, naquele momento deixava de ter status de Ministério, passando a Secretaria a ser vinculada ao novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Na prática, houve, de fato, redução orçamentário, mas não houve perda de autonomia administrativa, uma vez que a pasta articulava justamente temas transversais e que já eram interligados em termos de políticas. E, ainda, tal acontecimento não foi impedimento, por exemplo, para a realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres no ano seguinte. A própria secretária da SPM, Eleonora Menicucci, em 2016, treze anos após a criação da Secretaria, em entrevista realizada e divulgada pelo Portal Brasil (ANEXO III), fez um balanço positivo da atuação da instituição e das Conferências, sem prejuízos acerca das reformas ministeriais ocorridas.

¹³ Antes da decisão em relação à SPM, as incertezas quanto ao destino da Secretaria, fizeram com que organismos da sociedade civil se mobilizassem para a permanência da instituição.

Disponível em:

<<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/organismos-de-governo-e-sociedade-civil-pedem-permanencia-da-spm/>> Acesso em junho de 2018.

2.1.1 As vozes da SPM

No presente tópico, é importante não somente destacar as vozes de representantes da sociedade civil, que passaram a integrar institucionalmente ou por meio dos canais de comunicação criados pela Secretaria, a composição de toda essa estrutura montada em prol da redução das desigualdades entre os gêneros, o enfrentamento das violências contra a mulher e a condição subalterna da mesma frente ao patriarcado, mas trazer à tona a discussão sobre cooptação. É possível que autores e membros da sociedade civil se coloquem contrários à incorporação de representantes da sociedade por parte do governo no sentido de não haver mais pontos de discordância e críticas do mesmo, podendo propiciar uma manutenção do poder, porém, mais à frente, no tópico que tratará das Conferências Nacionais será exposta uma reflexão acerca do caráter benéfico dessa composição dos movimentos e governo.

Explica Rebecca Abbers (2000) que boa parte da literatura de movimentos sociais foca na necessidade de preservar a autonomia e evitar a cooptação a qualquer custo, mesmo que isso signifique perder oportunidades de negociar com o Estado. Contudo, a ideia de autonomia precisa ser repensada no contexto da democratização, uma vez que, quando militantes assumem cargos no governo ou obtêm sucesso em influenciá-lo de fato, a distinção entre Estado e sociedade civil deixa de ser tão nítida. Assim, é possível que atores estatais contribuam para que grupos ou movimentos ganhem capacidades políticas. (RANGEL; AVELAR 2015, p.5)

Como é explicitado no trecho acima, preservar a autonomia e evitar a cooptação são questões que necessitam ser repensadas frente ao contexto de militância de sucesso, no que tange ao cenário de inserção no governo e articulação de agenda e políticas voltadas para as questões de gênero demandadas pelos referidos grupos feministas.

No mesmo ano de criação da SPM, o então presidente Lula designou, através de decreto, como representantes da sociedade civil e as mulheres de notório conhecimento das questões de gênero listados abaixo, para compor o CNDM (os quadros 1, 2 e 3, do tópico 1.2.2, permitiram uma visualização de todas as representantes e vale frisar que na atual composição do Conselho não há mais representantes com notório saber, indicando, talvez, uma dificuldade de acesso ao

governo por parte de figuras que representem as causas feministas, sem estarem necessariamente ligadas a algum movimento):

I - Representantes de entidades da sociedade civil:

- a) Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB: Schuma Schumacher, titular; e Analba Brazão Teixeira, suplente;
- b) Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR: Lúcia de Fátima Félix da Silva, titular; e Justina Inês Cima, suplente;
- c) Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras: Nilza Iraci Silva, titular; e Givania da Silva, suplente;
- d) Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica: Daisy Brasil Soares, titular; e Maria Diva de Pinho Oliveira, suplente;
- e) Central Única dos Trabalhadores - CUT: Maria Ednalva Bezerra de Lima, titular; e Carmem Helena Ferreira Foro, suplente;
- f) Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT: Maria Lúcia Alves Dias, titular; e Eliana Fernandes da Cruz Malfarage, suplente;
- g) Confederação das Mulheres do Brasil - CMB: Márcia de Campos Pereira, titular; e Edna Maria Costa, suplente;
- h) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG: Raimunda Celestina de Mascena, titular; e Simone Battestin, suplente;
- i) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE: Raquel Felau Guisoni, titular; e Luzia Aparecida de Oliveira, suplente;
- j) Conselho Nacional das Mulheres Indígenas - CONAMI: Dirce Cavalheiro Veron, titular; e Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho, suplente;
- l) Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW/BRASIL: Ana Luisa Fernandes Gonçalves, titular; e Iria Martins, suplente;
- m) Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD: Creuza Maria Oliveira, titular; e Maria Noeli dos Santos, suplente;
- n) Fórum de Mulheres do Mercosul: Maria Elvira Salles Ferreira, titular; e Dalva Maria Thomaz Rocha, suplente;
- o) Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas - MAMA: Maria da Conceição Maia de Oliveira, titular; e Maria das Graças Lopes de Castro, suplente;
- p) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Ana Maria de Silva Soares, titular; e Lia Zanotta Machado, suplente;

- q) Secretaria Nacional de Marcha Mundial das Mulheres: Nalu Faria Silva, titular; e Eleutéria Aurora da Silva, suplente;
- r) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Força Sindical: Neuza Barbosa Lima, titular; e Helena Ribeiro da Silva, suplente;
- s) União Brasileira de Mulheres - UBM: Eline Jonas, titular; e Mary Garcia Castro, suplente.

II- Representantes com notório conhecimento das questões de gênero:

- a) Rose Marie Muraro;
- b) Clara Scharf; e,
- c) Albertina de Oliveira Costa.

Conforme verificado acima, houve uma ampliação considerável da representatividade política das mulheres e na entrevista com a ex-Ministra da SPM, Nilcéia Freire (ANEXO IV) é possível constatar a importância das institucionalizações, tanto na observância da secretaria, quanto na incorporação das vozes dos movimentos e figuras da sociedade civil interessadas na produção de políticas para as mulheres. Todas as vozes citadas acima compunham o Conselho, participavam das deliberações nas Conferências Nacionais e, portanto, garantiam maior alinhamento das demandas das mulheres como um todo na atuação efetiva das políticas elaboradas e praticadas durante a vigência prática da SPM.

2.1.2 As políticas produzidas e incentivadas pela SPM

Durante a vigência institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), respaldada inclusive em termos orçamentários, foi possível não só a organização da secretaria em termos administrativos, como foi possível a criação de diversas políticas, em várias frentes de demandas e necessidades das mulheres em nossa sociedade. De acordo com as informações produzidas e divulgadas pelo site oficial da Secretaria até o ano de 2016, a mesma apresentava a seguinte estrutura divididas em departamentos:

- Departamento de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – DAE; Com essa finalidade, a SPM desenvolveu políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho e a ampliação dos seus direitos sociais. A dupla jornada de trabalho das mulheres é uma das principais responsáveis pelas condições desiguais entre mulheres e homens no mundo do trabalho. A lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas (PEC das Domésticas), as proposições sobre licenças maternidade e paternidade, a agenda do trabalho decente e a ampliação da oferta de vagas em creches são algumas das medidas que reforçam a autonomia econômica das mulheres e promovem a igualdade no mundo do trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho passou a ser foco da SPM em dupla perspectiva: garantia de emprego e autonomia das mulheres como forma de emancipação e rompimento com a lógica de submissão à qual muitas mulheres se encontram nesse contexto patriarcal e machista da sociedade em que se vive; e busca de igualdade no mercado de trabalho, para garantir paridade salarial entre mulheres e homens.

- Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – DEV; Lei Maria da Penha / Ligue 180 - Central de atendimento à mulher / Pacto Nacional / Programa Mulher, Viver sem Violência.

Frente ao contexto de violência contra à mulher, a SPM, com suas políticas, passou a gerar dados e estatísticas sobre a violência de gênero, através do Ligue 180, por exemplo, e também criou políticas articuladas à legislação que vinha se alterando, vide Lei Maria da Penha, de forma a atuar ostensivamente na proteção da mulher.

- Departamento de Ações Temáticas – DAT;

Os departamentos de ações temáticas expostos abaixo, além de refletirem as linhas de ação transversais das políticas desenhadas e implementadas pela SPM, de certa forma, sinalizam a necessidade de um atendimento global às mulheres, que mais à frente seria proposto pela Casa da Mulher Brasileira.

Poder e participação política

Principais Ações: a) apoiar a formação de lideranças mulheres; b) estabelecer parcerias em campanhas para ampliar a participação das mulheres no ambiente político partidário; c) apoiar a construção de plataformas para mulheres participarem das eleições; d) monitorar a aplicabilidade da legislação eleitoral referente às mulheres nas eleições; e) acompanhar a tramitação de projetos legislativos no Congresso Nacional, voltados à temática da mulher; f) capacitar mulheres na temática de democracia e gênero; g) disponibilizar dados, informações e estudos sobre o tema. Os parceiros das ações mencionadas, que revelam a necessidade de ação conjunta não só para a garantia da ação, mas para mudança do *status quo* com consequência quebra de paradigma do machismo, são: Estados, Municípios, Legislativo Federal, Bancada Feminina do Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral, Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais, Movimentos Sociais.

Educação, Cultura e Ciência

Talvez possa se dizer que esse foi o departamento que enfrentou maior resistência por parte de setores conservadores da sociedade e de grupos políticos no Congresso Nacional, uma vez que visava a articulada estratégia de rompimento com o paradigma machista, através incorporação das demandas das mulheres pela

educação, cultura e ciência. A SPM atuava com o propósito de desconstruir os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira, bem como de promover e dar visibilidade a ações culturais feitas por mulheres e inserir o debate de gênero no currículo escolar. Os parceiros dessas ações explicam a necessidade de todo o governo estar voltado para a mudança pretendida pela atuação da SPM: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Petróleo Brasileiro – Petrobras; Ministério da Educação; Programa Mulher e Ciência; Ministério da Cultura.

Saúde Integral da Mulher

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM foi elaborada em 2004, a partir de diagnóstico epidemiológico da situação da saúde da mulher no Brasil e do reconhecimento da importância de se contar com diretrizes que orientassem as políticas de Saúde da Mulher. A PNAISM teve como base o Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher - PAISM, elaborado, em 1983, no contexto da redemocratização do país e com a participação dos movimentos sociais e de mulheres, em especial o movimento feminista. A principal atuação da Coordenação Geral da Saúde tem por objetivo contribuir na implementação da PNAISM. Mesmo não sendo a executora da PNAISM, a SPM, enquanto órgão impulsionador de políticas para as mulheres e as ações transversais, realizou diversas ações que têm o objetivo de contribuir para a efetiva implementação da PNAISM. Enfoque na promoção da atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, com ênfase na redução da morte materna, incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras e previsto em lei para mulheres e adolescentes, tendo como estratégia a Rede Cegonha Promoção, conjuntamente com o PN-DST/AIDS/MS, da prevenção e do controle das doenças sexualmente transmissíveis, da infecção pelo HIV/aids e Hepatites Virais nas mulheres Redução da morbimortalidade por câncer na população feminina. Além de implementação da saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral à saúde da mulher; implementação da saúde da mulher idosa, no âmbito da atenção integral à saúde da mulher; e apoio na implementação das ações no campo da Saúde no Programa Mulher Viver sem Violência.

Diversidade das Mulheres

A noção de diversidade é verificada não só como ação direcionada da SPM, mas também no esforço do governo em amparar e resguardar o respeito à diversidade sob os mais variados aspectos. Eixos de atuação: promover e fortalecer a incorporação das especificidades dos diversos segmentos de mulheres nas políticas públicas; apoiar o protagonismo, a formação e o fortalecimento dos segmentos prioritários de mulheres no desenvolvimento de políticas públicas; Mulheres Negras; Mulheres com deficiência; Mulheres Indígenas; Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Transexuais; Mulheres Jovens; Mulheres Idosas.

Igualdade de Gênero no Campo, na Floresta e nas Águas

A compreensão de que a dificuldade de acesso aos serviços públicos é um problema crucial e comum às áreas de campo, floresta e águas e a escuta do Governo às reivindicações dos movimentos sociais levaram à identificação de três grupos fundamentais de problemas que devem ser enfrentados prioritariamente: (a) Enfrentamento à violência contra a mulher: combate aos altíssimos índices de violência contra as mulheres, estimulada pela impunidade dos agressores; (b) Desenvolvimento rural sustentável com igualdade de gênero: autonomia econômica, com acesso a financiamentos em geral; melhor divisão sexual do trabalho, sem imposição de sobrecarga de atividades à mulher; (c) Direito à terra: acesso à posse e ao título da terra por parte das mulheres.

- Departamento de Articulação.

Esse departamento se refere à SPM em si, enquanto instituição; às articulações nacionais e internacionais, necessárias às efetivas implementações das políticas; e, também, à transparência das atuações e materiais elaborados pela secretaria.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Publicações e Conferências

Organismos Governamentais, Distrito Federal, Estados e Municípios

A SPM buscava ampliar o alcance das políticas para as mulheres por meio do apoio às instâncias governamentais nos Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de fortalecer as secretarias, coordenadorias, superintendências, diretorias e gerências de políticas para as mulheres, identificadas como Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM. Ações: estímulo à criação e fortalecimento de organismos públicos de políticas para as mulheres nos estados, Distrito Federal e municípios. Iniciativas: 1. Apoio financeiro por meio de convênios 1.1. Estruturação e 1.2. Implementação; 2. Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; 2.1. Articulação.

Observatório Brasil de Igualdade de Gênero

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL - de criação de um Observatório de Gênero para América Latina e Caribe como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país.

Lançado em 8 de março de 2009, o Observatório constava como uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, mantendo diálogo com outros Observatórios do Brasil e da América Latina. Suas atividades tinham como referência três eixos centrais: Indicadores, Produção e Disseminação de Conteúdos e Diálogo Internacional.

Articulação Internacional

A Secretaria de Políticas para as Mulheres também atuava no plano internacional, em prol do reconhecimento e da promoção dos direitos da mulher. A atuação nesse campo inclui a participação ativa em diferentes foros de importantes organismos, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o grupo tripartite IBAS (Brasil, Índia e África do Sul).

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

O CNDM apresentava como uma de suas importantes atribuições apoiar a SPM em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil.

Ouvidoria da Mulher - SPM/PR

A Ouvidoria da Mulher tinha o objetivo de estabelecer canais de comunicação com a sociedade, orientando e informando na busca e defesa dos direitos das mulheres. De forma geral, as questões levantadas pelas mulheres dizem respeito à violação de direitos associada à questão de gênero. Elas incluem desde sugestões, solicitações, reclamações, e até denúncias de crimes e pedidos de apoio a mulheres em situação de violência. A Ouvidoria, dentre outras, tinha as seguintes atribuições: Prestar informações sobre ações, projetos e políticas da SPM/PR, bem como sobre legislação e direitos da mulher; Receber denúncias de violência doméstica ou de violação aos direitos da mulher, diligenciar junto aos setores competentes e orientar sobre a utilização dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Receber, encaminhar e responder a reclamações referentes à falta ou ao atendimento inadequado de um serviço da Rede de Atendimento; Receber e analisar solicitações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios referentes às ações da SPM/PR, encaminhar as manifestações aos setores administrativos competentes, e manter o interessado informado sobre as providências adotadas; Receber, encaminhar e responder manifestações sobre a temática de gênero, e/ou assuntos correlacionados ao tema, em discussão nacional.

É possível notar, no que tange ao formato da estrutura departamental da Secretaria, que havia uma consonância com outras políticas do governo, reforçando, mais uma vez, o caráter transversal das políticas de gênero, bem como a orientação social das políticas, com destaque para o pilar de gênero. Vozes da Secretaria subsidiaram o texto da Lei Maria da Penha; políticas do Governo Federal, como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, privilegiavam mulheres como beneficiárias, até mesmo a construção de creches que estavam situadas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) atentava para a situação vulnerável da mulher-mãe-

trabalhadora que necessita de um local para deixar os filhos durante o expediente. Conforme apontado no primeiro PNPM:

Neste sentido, mesmo as políticas mais amplas, como as macroeconômicas, têm incidência sobre a vida das mulheres e sobre a dinâmica das relações de gênero, e devem ser pensadas levando em consideração essas implicações, com objetivo de romper com os padrões de discriminação. As mulheres devem ser consideradas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos e o desenvolvimento econômico e social deve ser promovido de maneira sustentável, com respeito ao meio-ambiente e por meio do uso adequado dos recursos naturais do país. (BRASIL, 2004b, p.32)

Desde sua criação, a SPM produziu, além de políticas e das Conferências Nacionais, Planos Nacionais de Política para as Mulheres (PNPM), sendo a secretaria responsável pela coordenação da gestão e do monitoramento, bem como estabelecia planos de ação, parceiros e órgãos responsáveis, e objetivo/meta ou iniciativa, com o propósito de articular e implementar políticas ministeriais transversais com a perspectiva de gênero incluída em todas as políticas públicas. Outra proposta desde o primeiro PNPM era pactuá-lo com estados e municípios, sendo possível verificar a vigência de tal pacto na fundação de conselhos municipais e estaduais, que enviaram suas delegadas às conferências para diálogo com o governo. E, por fim, no PNPM, seguiu-se firmando o acordo:

Para tanto, faz-se necessária a criação de uma rede institucional entre Governo Federal, Estados e Municípios para a implementação da Política, com vistas a garantir o alcance de seus resultados e a superação da desigualdade de gênero no país. Além disso, apresentam-se como importantes instrumentos para a construção de relações democráticas com os movimentos feministas e de mulheres a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras. (BRASIL, 2004b, p.32)

2.1.3 O exemplo da Casa da Mulher Brasileira

Um dos exemplos mais robustos de política construída transversalmente, interdisciplinarmente e com o intuito de seguir no enfrentamento efetivo à violência contra a mulher é a Casa da Mulher Brasileira (CDMB). Compondo o programa “Mulher: viver sem violência” da SPM, o objetivo da CDMB era promover um espaço onde seriam concentrados no mesmo espaço físico os principais serviços especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência¹⁴.

O projeto inicial previa gastos de 256 milhões de reais, além da implantação das casas nos 26 Estados e Distrito Federal (DF), além da ampliação da central do Ligue 180. Os serviços que foram traçados para serem oferecidos à mulher, com a ideia de fluxo de atendimento são:

- I - Acolhimento e Triagem;
- II - Equipe Multidisciplinar = equipe dos Centros Especializados de Atendimento às mulheres em situação de violência;
- III - Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres;
- IV - Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres;
- V - Promotoria Especializada no Atendimento às Mulheres;
- VI - Defensoria Pública Especializada no Atendimento às Mulheres;
- VII - Serviço de Promoção de Autonomia Econômica das Mulheres;
- VIII - Espaço de cuidado das crianças – brinquedoteca;
- IX - Central de Transportes.
- X – Alojamento Provisório

O projeto previa, também, a ampliação dos centros já existentes, visando o seu fortalecimento. E atrelada à necessidade de construção de espaços físicos e organização de setores de atendimento à mulher, encarava-se como indispensáveis campanhas permanentes de conscientização. Refletindo acerca de toda a construção institucional da SPM, a CDMB pode ser encarada como o ápice da

¹⁴ Livro da CBM disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-casa-da-mulher-brasilia.pdf> Acesso em: junho 2018.

formulação e implementação de políticas articuladas e integradas que proporcionassem uma concreta ação política que não só protegesse a mulher, mas também se altera o ciclo de violências aos quais ela é submetida em uma sociedade machista.

Destaca-se as etapas da implementação do programa “Mulher: viver sem violência”, levando em consideração a atuação conjunta dos entes da federação:

1. Articulação Política:

- Pactuação através da assinatura de Termo de Adesão com: Estado, municípios de Capital e de fronteiras secas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

2. Infraestrutura:

- Terrenos da União;
- Governo Federal (SPM) licitação para a construção, equipamentos e automóveis para a Casa da Mulher Brasileira e Centros de Fronteira;
- Governo Federal (SPM) repasse de recurso para a manutenção dos dois primeiros anos de implementação da Casa da Mulher Brasileira e dos Centros de Fronteira;
- Governo Federal (SPM) licitação para a ampliação dos serviços de tele atendimento e do sistema da Central de Atendimento – Ligue 180;
- Governo Federal (MJ e MS) adequação de 85 Hospitais da rede hospitalar de referência e espaços físicos dos IML's;
- As Campanhas seriam editadas de forma permanente.

3. Grupo Executivo de Implementação do Programa:

- Protocolo de Gestão Integrada do Programa;
- Proposta de Fluxos;
- Planejamento e implementação das ações conjuntas;
- Sistema de Monitoramento da implementação do Programa.

Nos Estados a implementação do programa se daria da seguinte forma:

1. Articulação Política:

- Pactuação através da assinatura de Termo de Adesão com: Estado, municípios de Capital e de fronteiras secas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

2. Infraestrutura:

- Assegurar as equipes e profissionais para os diferentes serviços especializados – de acordo com as competências e instituições envolvidas no Programa;
- Inserção de ação no PPA e PLO'S estaduais e municipais para a manutenção após os dois primeiros anos de implementação da Casa da Mulher Brasileira e dos Centros de fronteiras secas.

3. Grupo Executivo de Implementação do Programa no Estado vinculado a Câmara Técnica do Pacto:

- Protocolo de Gestão Integrada do Programa e proposta de fluxos;
- Planejamento e implementação das ações conjuntas – coordenação e gestão.

Encarando toda essa articulação prevista no programa como uma proposta que surgiu do amadurecimento das instituições, dos movimentos e do governo, de fato, a CDMB consistiria em uma política do auge das atuações da SPM, porém, o plano em curso, lembrando da magnitude do mesmo (em termos de obras e articulações de setores para funcionarem em um mesmo espaço) coincidiu com uma crise política e econômica em curso no fim do primeiro Governo Dilma e início do segundo, sendo afetado diretamente pelos cortes orçamentários¹⁵ e, posteriormente,

¹⁵ O governo federal reduziu em 22% os gastos da SPM (Secretaria de Política de Mulheres) entre 2014 e 2015. De acordo com dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), entre janeiro e outubro de 2014, o governo executou (pagou) R\$ 119 milhões (valor corrigido pela inflação). No mesmo período deste ano, o gasto foi de R\$ 92 milhões. A redução afetou o orçamento destinado a ações como o atendimento a mulheres em situações de violência. A presidenta Dilma manteve até outubro de 2015 o status de ministério da SPM, quando foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em uma reforma ministerial realizada por pressões políticas. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/11/18/gastos-do-governo-com-politicas-para-mulheres-caem-22-em-2015.htm>> Acesso em junho de 2018.

pelo processo de impeachment que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff. A perspectiva da inauguração das demais casas que estavam para ser construídas, de acordo com o plano, bem como a efetiva atuação das que já tinham sido inauguradas até 2016, ficaram obscuras diante do cenário de instabilidade política, desde o afastamento da presidenta Dilma, desmonte da SPM até o impeachment propriamente dito.

2.2 As Conferências Nacionais

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM) representaram em termos de participação social um efetivo salto na relação de setores da sociedade nos debates relativos à questões de gênero no país. Dessa forma, o presente tópico inicia-se apresentando os membros da sociedade civil presentes nas quatro Conferências, no intuito de já destacar a pluralidade dos movimentos inseridos nesse contexto e a política participativa brasileira.

QUADRO 4 – Representantes da Sociedade Civil presentes nas quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)

<i>Representantes da Sociedade Civil</i>
Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR
Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras - ANMB
Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT
Confederação das Mulheres do Brasil – CMB
Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil – BPW/BRASIL
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD
Fórum de Mulheres do Mercosul - FMM
Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas – MAMA
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres - MMM
Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Força Sindical
União Brasileira de Mulheres – UBM
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Mulheres com “notório conhecimento das questões de gênero” Rose Marie Muraro / Clara Charf / Albertina de Oliveira Costa
Liga Brasileira de Lésbicas - LBL
Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN
Mulheres LGBT
Marcha das Margaridas
ONU Mulheres

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

As Conferências Nacionais foram de fato institucionalizadas com a Constituição de 1988, apesar de sua origem ser datada de 1941, quando no governo de Getúlio Vargas foram organizadas as Conferências Nacionais de Saúde e Educação. Mas foi a partir de 1988 que se difundiu a participação social na construção das políticas públicas, nesse momento, nas áreas de assistência social e saúde. As primeiras conferências não contavam com a participação da sociedade civil, mas diante da efervescência social no cenário da Constituinte, diversos setores da sociedade pressionaram para que houvesse espaço efetivo de participação na democracia nascente.

Conforme já foi abordado anteriormente, foi nesse mesmo contexto da Constituinte que nasceu o CNDM e nos anos que seguiram, só no ano de 1992 que ocorreu novamente uma Conferência Nacional de Saúde. E foi somente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva que as Conferências Nacionais ganharam força e a dimensão até hoje reconhecida. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), até o ano de 2011, de todas as 115 conferências que ocorreram no Brasil, 74 foram realizadas durante os governos de Lula, dentre elas, as duas primeiras CNPM.

E é diante desses dados que surgiram justificativas quanto ao feito das numerosas conferências com ampla participação da sociedade civil. O tema da cooptação apareceu algumas vezes quando teóricos analisavam os mandatos de Lula, porém, no que tange ao tema da institucionalização das demandas dos movimentos feministas, centrados na SPM, é possível abordar a superior importância de se ter conquistado espaços de participação e elaboração de políticas públicas de gênero, em detrimento de uma suposta cooptação.

Em consonância com a metodologia do Research Network on Gender Politics and the State – RNGS, Rangel e Avelar (2015), em pesquisa que tinha por objeto o conteúdo da legislação voltada para os direitos políticos da mulheres, apresentam um quadro que apresenta duas dimensões de respostas para se obter uma classificação com quatro categorias. O referido quadro é reproduzido abaixo no intuito de transpor a compreensão acerca do tema da cooptação em relação à participação de setores da sociedade nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Pensando na SPM, na sua formação, nas políticas elaboradas e nas Conferências, somente se a resposta fosse negativa às duas perguntas expostas no

quadro fariam admitir a cooptação. Contudo, o que se verifica é que sim, de fato, as políticas adotadas pela Secretaria coincidem com os objetivos dos movimentos feministas e de mulheres; e sim, também é verdade que as mulheres estão envolvidas no processo político, desde o surgimento da SPM, conforme já foi apresentado na tese.

QUADRO 5 – Impacto do movimento de mulheres/resposta estatal

		A política adotada e os objetivos do movimento coincidem?	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
As mulheres são envolvidas no processo político?	<i>Sim</i>	Resposta dupla	Cooptação
	<i>Não</i>	Preferência	Sem resposta

Fonte: RANGEL; AVELAR, 2015, p.7

Cabe lembrar também, ainda sobre as Conferências, que elas representaram processos que foram desenvolvidos ao longo do tempo, uma vez que foram precedidas por etapas municipais regionais ou estaduais, onde as discussões ocorriam de maneira exaustiva para que então, após a eleição de delegadas, as demandas poderiam ser levadas para a etapa nacional. Muito mais próximo de um projeto democrático participativo por parte dos governos do PT, do que de um processo de cooptação é o que se pode dizer sobre as conferências. Essa inclusão da sociedade civil na elaboração das políticas públicas com a temática de gênero perpassando as demais políticas elaboradas por outros ministérios, caracterizou não um programa de governo, mas um programa de Estado, obviamente, se forem confirmadas a efetividades dessas conferências, ou seja, verificando a competência das instituições envolvidas em intervir, definir ou monitorar as políticas.

2.2.1 As três primeiras Conferências

A primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) ocorreu no ano de 2004, convocada pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no momento em que foi instituído o Ano da Mulher no Brasil, com o intuito do governo reafirmar o compromisso, proferido em campanha eleitoral, com a construção da igualdade entre os gêneros no país. Foi na primeira CNPM, ainda, que foram estabelecidas, em conjunto com a sociedade civil, as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Em discurso, na abertura do evento, o então presidente Lula apresenta o quão simbólico era aquele momento de extrema participação política e institucionalização das demandas dos movimentos de mulheres e feministas¹⁶ dentro do Estado, como primeiro passo na promoção de políticas públicas de gênero articuladas e quebra de paradigma quanto à estrutura patriarcal a qual a sociedade brasileira estava submetida. A importância da apresentação do discurso descrito abaixo se dá pelo fato de que em termos das propostas de políticas, pode-se dizer que as mesmas foram implantadas, a questão de gênero foi de fato colocada no centro das políticas de uma maneira geral, não só as elaboradas e incentivadas pela SPM. É destacado em sua fala que a 1ª CNPM era a nona conferência que estava sendo realizada nos primeiros dezoito meses de governo, além de enfatizar a importância da relação entre Estado e Sociedade. Certas partes do discurso acabam reforçando algumas percepções machistas compartilhadas acerca do que é feminino e do que é masculino, contudo, no que se refere às ações políticas, há o cuidado em afirmar que as políticas precisam ser monitoradas verificadas em suas reais efetividades. Seguem alguns trechos mais emblemáticos do discurso (o discurso na íntegra está apresentado no ANEXO V):

¹⁶ Cabe apontar aqui que os movimentos feministas são centrais nas análises estabelecidas nesta tese, mas os movimentos de mulheres, em oposição ou não ao feminismo, também tem relevância em razão da participação possível desses grupos nos espaços de interlocução promovidos pelo governo, a exemplo das Conferências Nacionais.

Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República

[...] *Eu espero que eles comecem a aprender, senão a ser minoria, pelo menos a serem iguais, porque não estávamos habituados a sermos iguais e sim a sermos maioria absoluta em tudo que fazíamos. [...] Esta é a nona conferência de que eu participo nesses 18 meses. [...] Mas é a relação que o Estado estabelece com a sociedade e a relação que a sociedade estabelece com o Estado. [...] Vocês trazem até Brasília o que foi debatido em mais de duas mil plenárias municipais ou regionais, e também nas conferências realizadas em todas as 27 unidades da Federação. Trazem, acima de tudo, resultados de uma discussão da qual participaram mais de 120 mil mulheres em todo o território nacional. [...] Mesmo quando têm igual escolaridade, o salário médio das mulheres é bem inferior ao dos homens. E, se a mulher for negra, o salário é menor ainda. Infelizmente, também encontramos empregadores que, a esta altura da história, preferem funcionários do sexo masculino somente porque as mulheres podem ficar grávidas. [...] Pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou, em 2001, dados estarrecedores sobre este tema. Mostrou que uma em cada três brasileiras já havia sofrido, ao menos uma vez na vida, algum tipo de violência física. [...] desde que assumi a Presidência da República, tenho me empenhado, tomando medidas efetivas, para mudar essa situação, em parceria com os movimentos de mulheres. [...] Nossa primeira ação foi transformar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que era vinculada ao Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente subordinada à Presidência da República e com status de Ministério. No que se refere à questão da violência, criamos no ano passado o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. [...] Em relação à violência doméstica, criamos em março passado um grupo de trabalho interministerial, que está atuando intensamente, envolvendo as Secretarias de Políticas para Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos do governo federal. Sancionei também, no final de 2003, uma lei que obriga todas as unidades de serviços de saúde, públicas ou privadas, a notificarem os casos atendidos de violência contra a mulher. [...] já capacitamos 2 mil profissionais de 150 delegacias especializadas no atendimento à mulher. [...] Lançamos em maio o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. [...] Com o PRONAF-Mulher, as agricultoras familiares podem pegar financiamentos do governo federal para investir na produção e pagá-los em até 8 anos. Agora, não é só o marido que pode pegar o crédito. [...] O governo também inovou, em outubro de 2003, ao reconhecer direitos da mulher assentada em projetos de reforma agrária que antes vinham sendo ignorados. [...] O nosso país é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, [...] Mas foi só em 2003, durante nosso governo, que o Brasil enviou ao Comitê da Convenção o seu primeiro relatório de ações no sentido de cumprir a pauta da convenção. [...] 93% de todo o dinheiro do Bolsa Família é entregue diretamente para as mulheres. [...] Eu me lembro que em 1978, quando fizemos o primeiro congresso das metalúrgicas, eu disse que a conquista dos espaços políticos das mulheres e que a liberdade que tanto as mulheres buscavam, não seria obra de nenhum governo e muito menos dádiva, mas seria conquista da organização das próprias mulheres. [...] As mulheres não precisam nem gritar, as mulheres, diferentemente de nós, não precisam nem esbravejar, porque todos nós, por mais bravos que sejamos, sabemos que de vez em quando precisamos reconhecer que, na maioria das vezes, as nossas companheiras têm razão no relacionamento que têm conosco. (BRASIL, 2004, p.22-29)*

A segunda CNPM ocorreu em 2007 e representou um momento para a realização de um balanço e perspectivas em relação ao PNPM. Quanto à participação de delegadas houve um salto significativo, enquanto na 1ª CNPM foram quase 1800 presentes, na 2ª CNPM participaram 2800 delegadas. Além disso, era o primeiro ano do início da vigência da Lei Maria da Penha, sendo tal feito central nas discussões acerca do enfrentamento à violência contra a mulher. O evento contou com a presença simbólica da uma presidenta mulher, Michelle Bachelet, da República do Chile. Em discurso (que segue na íntegra no ANEXO VI), o presidente Lula, já no seu segundo mandato, reforçou a decisão do governo de aprofundamento das políticas para a promoção de igualdade de gênero e raça. Ele destacou a importância das conquistas alcançadas através do PNPM, elaborado também durante a 1ª CNPM, que reverberava até o momento e ressaltou o aspecto da transversalidade das políticas de gênero, com a necessária articulação entre os ministérios, bem como foi além da ideia de plano de governo, apontando como objetivo que as políticas transversais de gênero se tornassem uma ação do Estado Democrático Brasileiro. Deu ênfase, ainda, às ações e planos desenvolvidos até o momento para o enfrentamento das variadas formas de violência contra a mulher e apontou o cenário da América, que estava tendo como candidatas e até já eleito mulheres à presidência, manifestando também seu desejo que o mesmo ocorresse no Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente do Brasil

[...] Se na terceira Conferência houver um crescimento proporcional demonstrado na segunda com relação à primeira, Brasília vai ter que fazer um Centro de Convenções cada vez maior. [...] quero cumprimentar a nossa Ministra Dilma Rousseff [...] minha querida Maria da Penha, se você soubesse como eu usei o seu nome na campanha! E tenho usado muito ainda! Eu tenho falado para os homens: falou feio para mulher, Lei Maria da Penha para você! Não tem jeito, tem que tratar com carinho. [...] no início do nosso segundo mandato, tomamos a decisão de aprofundar as políticas que dizem respeito à promoção de igualdade de gênero e raça. [...] Aquela histórica I Conferência gerou bons frutos, o principal deles foi o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que propiciou inúmeras conquistas em diferentes dimensões da vida das mulheres: na saúde, na educação, no enfrentamento à violência. [...] é um plano de Governo para o qual todos os Ministérios precisam contribuir direta e indiretamente. Mas, ele tampouco é só um Plano de Governo, nosso objetivo é que ele se torne uma ação do Estado Democrático Brasileiro. [...] Muito do reconhecimento internacional ao Brasil se deve à Lei Maria da Penha que tive a honra de sancionar e aqui, agora, completa um ano de vida. [...] estamos lançando neste momento o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. [...] fortalecimento da Rede de Atendimento às Vítimas

Violência, com a criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas da Mulher e Casas Abrigo, além do reaparelhamento das unidades existentes [...] Quero ressaltar, que será dada uma atenção especial à definição de metas específicas para o desenvolvimento de políticas direcionadas às mulheres negras, em função da situação de dupla discriminação a que estão submetidas em virtude de sua maior vulnerabilidade social. [...] juntos, estado e sociedade civil estamos avançando na construção de um país mais justo e menos desigual. [...] nós estamos no caminho da construção do fortalecimento das instituições democráticas deste país. Não apenas no Brasil, é só olhar o que aconteceu em toda América Latina. Houve uma mudança substancial na qualidade das pessoas que estão sendo eleitas. Nem todos pensam da mesma forma, seja pela direita ou pela esquerda, de qualquer forma, houve um avanço ideológico extraordinário. Nós acabamos de ver a Michelle Bachelet falando em imaginar que no Chile que durante tanto tempo foi governado por Pinochet, uma mulher que foi vítima dele, virar Presidenta da República, isso é uma obra e uma conquista da democracia. [...] e eu espero que aqui no Brasil também. [...] ontem fui inaugurar umas escolas e eu tentava passar para as meninas a importância de elas terem uma profissão, E eu dizia para elas que se elas tiverem uma profissão e independência econômica, essa é a maior liberdade que elas podem conquistar no planeta. Porque se uma mulher não tiver uma profissão, fica dependente do marido [...] está cheio de gente de classe média, de mulheres com profissão definida, que muitas vezes são violentadas pelos maridos e que não o denunciam por vergonha [...] eu acho que mesmo para as companheiras de outros partidos políticos, o PT foi uma coisa importante[...] No mais, eu estou falando tudo isso para a Dilma e a turma de mulheres que trabalha com ela ficar mais tranquila na hora das reuniões. (BRASIL, 2007b p.14-19)

Um aspecto significativo, durante a conferência, quanto ao progressismo que havia no governo e nos representantes da sociedade civil naquele momento foram as duas moções de apoio à legalização do aborto, tema que esteve por anos distante do debate institucional, escolhido ficar de fora pelas mulheres que encabeçavam o CNDM à época das Constituinte, mesmo naquele cenário favorável de participação social e demandas atendidas. Segue abaixo a moção 9:

9. Moção de Apoio à Legalização do Aborto – 473 assinaturas

A Organização Mundial da Saúde considera o aborto inseguro uma questão de saúde pública, devido ao número expressivo de mulheres que recorrem a esta prática de forma clandestina, bem como pelas graves consequências para a saúde das mulheres. As mulheres que podem pagar correm menos riscos, mas as mulheres pobres necessitam utilizar meios inseguros que ameaçam a sua saúde e a sua vida. São as mulheres pobres, negras e jovens as mais atingidas. Em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres recomendou ao governo brasileiro “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”. Nesse sentido, considerando que o Brasil é uma República Laica, ou seja, não deve ter suas políticas orientadas por valores morais ou religiosos, e que o aborto é um grave problema de saúde pública, nós, mulheres lésbicas, bissexuais e demais mulheres delegadas presentes na 2ª CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reunidas em Brasília,

de 17 a 21 de agosto de 2007, exigimos que o Estado brasileiro garanta o direito ao abortamento legal e seguro como política pública, a ser implementada para todas as mulheres pelo SUS. (BRASIL, 2007b p.121)

E primeira moção apresentada leva em conta a consideração da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao aborto para solicitar alguma ação do Estado frente ao tema. E na moção 22, apresentada abaixo, leva em conta aspectos da legislação brasileira para solicitar a garantia de aborto seguro:

22. Moção de Apoio à legalização do aborto – 299 assinaturas

1. CONSIDERANDO as disposições da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, que recomendou ao governo brasileiro “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez’ e ao fato do governo ter incorporado a recomendação como uma das seis prioridades para a saúde da mulher”; 2. CONSIDERANDO que o direito à vida é um direito fundamental e que todos os anos, no Brasil, a morte materna vitima milhares de mulheres, muitas das quais por complicações decorrentes do aborto inseguro, constituindo-se num grave problema da saúde pública; 3. CONSIDERANDO a recomendação do Comitê CEDAW para que o Brasil reveja a legislação punitiva ao aborto; (parágrafo 30 documento CEDAW/C/BRA/CO/6); 4. CONSIDERANDO que a liberdade de pensamento e de crença são direitos fundamentais devendo ao Estado e a sociedade respeitá-los e garanti-los (incisos IV e VI, artigo 5º CRFB/88); 5. CONSIDERANDO que a saúde é um direito constitucional (artigo 6 e artigo 196 CRFB/88); 6. CONSIDERANDO que o planejamento familiar é um direito constitucional de todos e todas e dever do Estado (parágrafo 7º. Artigo 226 CRFB/88); RECOMENDAMOS a) CONSIDERANDO que o executivo brasileiro apresente Projeto de Lei ao legislativo com as deliberações da Comissão Tripartite, de 2005, que prevê a realização do aborto até 12 semanas por decisão das mulheres e até 20 semanas quando a gravidez decorre de violência sexual; b) CONSIDERANDO que o Estado brasileiro, democrático e laico, reconheça a todas as mulheres a liberdade de escolha nas questões referentes à saúde, ao planejamento familiar e ao aborto; e garanta o acesso igualitário aos serviços de saúde; c) CONSIDERANDO que os preceitos constitucionais e demais legislações sejam interpretados à luz de um Estado Laico e democrático fundado na liberdade de crença, de pensamento e na dignidade humana. SOLICITAMOS A APROVAÇÃO DESTA MOÇÃO. (BRASIL, 2007b p.126)

Mais à frente, quando a presidenta Dilma Rousseff já tinha se tornado a primeira mulher da República Brasileira, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as mulheres, em 2011, contando com a presença de 2125 delegadas de todo o Brasil e reafirmando o compromisso com a promoção de autonomia e igualdade das mulheres. Durante as etapas municipais e regionais, a construção da 3ª CNPM contou com a participação de mais de 200 mil mulheres envolvidas nesse objetivo de levar suas demandas ao Estado. Em discurso (que é apresentado na

íntegra no ANEXO VII), na abertura da conferência, a presidenta Dilma apontou a importância simbólica de sua presença no evento como chefe de Estado, reafirmou o compromisso em aprofundar as políticas de gênero e, em parte de sua fala, já apontou o que se chama aqui de instabilidade institucional da SPM, quando ela teve que justificar a não veracidade das notícias acerca da possibilidade de fechamento ou aglutinação da secretaria. No mais, destacou as políticas já implantadas e a necessidade da elaboração de mais propostas de ação no PNPM, construído pela sociedade civil em articulação com o governo.

Discurso da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff

[...] Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque essa conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres deste nosso país, que estão aí lutando não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher. [...] Eu tenho o compromisso inabalável - e reafirmo aqui - de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. [...] E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês vêem nos jornais ser anunciado que o Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. [...] Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras na sua cadeira de rodas. [...] Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulheres como um deles. [...] nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo. [...] as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. [...] Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso Presidente Lula, o Brasil vem fazendo um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; [...] Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o “Bolsa Família”, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, é recebido pelas mulheres. [...] A mesma coisa no “Minha Casa, Minha Vida” [...] a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do PRONAF Mulher. Milhares de mulheres na zona rural receberam seus documentos. Lançamos o “Rede Cegonha” com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto. [...] contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, termos contratado 6 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. [...] Uma sociedade de mulheres que podem sonhar e realizar qualquer sonho, inclusive aquele que eu, quando criança, nunca tive porque nunca me parecia, nem passava, eu acho, pela cabeça de ninguém: o sonho de ser Presidenta da República. Bom trabalho a todas. Muito obrigada. (BRASIL, 2011, p.9-13)

Salienta-se, também, interligando o discurso de Lula na 2ª CNPM com o simbolismo da primeira presidenta do Brasil na 3ª CNPM, que, como parte do projeto

não só de governo, mas sim de Estado, pretendido e explicitado na fala do ex-presidente, a própria eleição de Dilma, como sucessora do legado de Lula pode ser analisada como um feito de um governo que colocou a questão da mulher no centro das políticas e conquistou a simbologia de caráter quase que pedagógico, em termos de representação feminina no poder, uma vez que uma mulher alcançando por meio do voto o cargo mais alto da República, pode refletir uma quebra de paradigma, demonstrando os espaços que podem ser alcançados por todas as mulheres, principalmente, quando as desigualdades entre os gêneros começam a ser minimizadas por meio de políticas públicas voltadas à essa temática.

Debruçando-se no Texto Base, nos Anais e no PNPM, correspondente a cada Conferência, é possível dar ênfase a alguns resultados das discussões estabelecidas entre governos e setores da sociedade organizados em movimentos feministas e de mulheres, de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 6 – Principais resultados das Conferências

	Principais Resultados
1ª CNPM	Discussão sobre o enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra. Revisão da legislação como um dos objetivos da SPM.
2ª CNPM	Destaque para a criação da Lei Maria da Penha e da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
3ª CNPM	Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres são destacados como medidas de destaque mundial, com caráter de permanente fiscalização e aperfeiçoamento.

Fonte: Documentos mencionados (Texto Base, Anais e PNPM de cada Conferência). Elaboração Própria.

As três primeiras Conferências sinalizaram as principais e imediatas mudanças as quais legislação e sociedade precisavam passar para que os avanços nas questões de gênero fossem efetivos. As bases para a proposta mais robusta e

de mudança estrutural estavam nesses três momentos de balanço acerca das políticas para as mulheres.

2.2.2 A última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

*“Jamais aprisionarão nossos sonhos”
Lula*

Na condição de pesquisadora, com o objetivo de recolher dados para a presente tese de doutorado, estive em Brasília, em 2016, para participar da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, onde tive a oportunidade de participar ativamente na condição de relatora de Grupo de Trabalho (GT). Por essa razão, tinha o benefício de ter passagens e diárias de hotel custeadas pela organização do evento, contudo, em razão de eu ter programado minha viagem com antecedência, ter permanecido em Brasília por mais tempo do que os dias da conferência e por ter local para me hospedar, abri mão da verba destinada à hospedagem e somente recebi o reembolso relativo às passagens aéreas de ida e volta, no valor de R\$319,20. A alimentação (almoço) durante os dias da conferência era oferecida gratuitamente às participantes credenciadas na mesma.

No texto do “Regulamento Interno – Caderno de Propostas”, da 4ª CNPM, em 2016, no capítulo VIII são expostos os artigos referentes aos Grupos de Trabalho (segue no ANEXO VIII) e como relatora, portanto, estive presente nas discussões do Eixo I, denominado “Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em suas diversidade e especificidades: avanços e desafios”, onde foram definidos cinco desafios, após análise do texto, com supressão e/ou incorporação de palavras para alinhar o texto para posterior aprovação em plenária.

No texto base para a 4ª Conferência são destacados os seguintes aspectos na apresentação:

Temos orgulho e satisfação de apresentar o Texto Base da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) como contribuição para os debates das conferências estaduais e Nacional. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e os movimentos feministas e de mulheres têm buscado reverter as desigualdades e transformar as demandas e necessidades em políticas públicas e na ampliação dos direitos das mulheres. Um importante marco é a institucionalização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas em 2004, 2007, 2011 e, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, delas resultante.

O desafio desta 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorrerá em Brasília, em 2016 é debater amplamente “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”, com o objetivo de garantir o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres.

A 4ª CNPM cumpre o papel fundamental de aprofundar a democracia e assegurar a continuidade e consolidação das políticas exitosas que colocaram o Brasil em outro patamar de desenvolvimento econômico, político e humano. (BRASIL, 2015, p.5)

No texto são destacadas as parcerias com os demais Ministérios e também os outros Poderes, salientando a parceria no Parlamento com a Bancada Feminina, para aprovação de projetos dos interesses das mulheres e também para lutar pela ampliação da participação das mulheres nos espaços de representação. Há um reforço para a constatação da importância das conferências anteriores e, principalmente, para cada um dos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres desenvolvidos ao fim de cada conferência, sendo que o 3º PNPM (2013-2015), fruto da 3ª CNPM, foi assumido em parceria por todos os Ministérios membros do Comitê de Monitoramento do PNPM e acordado com a Casa Civil, por decreto. Na perspectiva institucional:

O grande avanço da gestão foi a sua articulação com o Plano Plurianual 2013-2015 e as Agendas Transversais. Dessa articulação elaborada em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão decorreu a construção da Agenda Transversal que reúne o conjunto de compromissos do governo para garantir direitos públicos aos diversos grupos sociais vulneráveis, visando à redução das desigualdades. Por meio das Agendas Transversais é possível fazer um balanço das políticas do governo federal para Mulheres, Juventude, Igualdade Racial, Populações LGBT e de Rua, Criança e Adolescente, Idosos, Deficientes e Povos Indígenas. (BRASIL, 2015, p.16)

Em relação ao impacto que as políticas de gênero da SPM geravam na vida das mulheres, o texto elenca: a criação da Lei 11.340 de 7/8/2006, nominada de Lei Maria da Penha; a PEC das Domésticas, que entrou em vigor em abril de 2013, e que em 1º de junho de 2015 virou Lei nº150, estabelecendo uma série de garantias aos empregados domésticos; a Portaria editada pelo Ministério da Saúde, nº 585 de 1º de abril de 2013, sobre a violência sexual, definindo regras para habilitar o funcionamento dos Serviços de Atendimento Integral às Pessoas em Situação de Violência, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); a sanção presidencial à Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal (Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015); a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em garantir o direitos às grávidas de

fetos sem cérebro em optar por interromper a gestação com assistência médica; e, ainda, o avanço construção de creches e enfrentamento massivo à violência contra a mulher.

Em consonância com as teorias de gênero e as concepções contemporâneas sobre as pluralidades de identidades e diversidade, discutidas no Capítulo 1 da presente tese, no Texto Base da 4ª CNPM é ressaltado como objetivo fundamental a necessidade em se: “desconstruir a visão de que há um ‘modelo de mulher’, na tentativa de superar os preconceitos e as desigualdades de gênero, bem como os rótulos que as mulheres carregam em razão de uma sociedade pautada no patriarcalismo”, de forma que o texto segue afirmando que “as mulheres são múltiplas e diversas e as discriminações são específicas para cada marcador social: classe, raça/cor, etnia, orientação sexual, geração, regionalidade, religiosidade, identidade de gênero, entre outras.” (BRASIL, 2015, p.18).

É de suma relevância apontar, também, que no Texto Base, foram apresentados como proposta de discussão os subsídios necessários para o avanço na direção da construção de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). Convergindo com a ideia apresentada no primeiro capítulo desta tese, das políticas de gênero em um cenário de construção de um Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS), pode-se traçar a hipótese de que durante os governos petistas (2003-2016) tal proteção social teve como pilar central as políticas de gênero, pela transversalidade da temática que abrangia os mais variados e importantes ministérios. Tal hipótese é referendada não só pelos discursos dos presidentes petistas, mas principalmente pelas políticas e leis implantadas nessa direção. É possível afirmar que o plano de governo petista compreendeu a necessidade de atentar-se para as questões de gênero e articulá-las às necessidades de desenvolvimento econômico, social e político da nação. Ainda, a proposta do Texto Base da última conferência, que aponta como objetivo o fortalecimento dos organismos governamentais de políticas para as mulheres, dos movimentos feministas e de mulheres, apontava a necessidade de criação de mecanismos institucionais nas três esferas da Federação para que as políticas em prol da igualdade de gênero se tornassem uma realidade em todo o Brasil, indo além de um plano de governo, mas um plano de Estado sólido e eficaz.

A 4ª CNPM representou, nesse sentido, de acordo com os documentos e as observações, um amadurecimento institucional da SPM em relação à sua relevância e decisiva atuação não só no âmbito da formulação, implementação e monitoramento das políticas, mas sobretudo, no aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade civil bem como na tentativa de tornar as políticas resistentes ao tempo e aos governos.

De acordo com o documento em questão, reforça-se, ainda, a necessidade de articulação entre estados e municípios nessa construção de um SNPM:

O sistema poderia propiciar uma maior responsabilização da atuação dos gestores públicos com a igualdade de gênero nas várias esferas de ações de governo, garantindo a transversalidade do tema. O atendimento aos direitos das mulheres e à perspectiva de gênero exige atuação e ação coordenadas por se tratar de tema que se realiza por meio de outras políticas públicas. Por intermédio do Sistema Nacional poderia ser possível melhor atender essa exigência.

Diferentes áreas das políticas públicas tem se organizado em sistemas. São exemplos importantes a considerar: o Sistema Único de Saúde, o SUS, que organizou e fez avançar os serviços de saúde a partir de alguns princípios como a universalização; e o sistema SUAS, Sistema Único de Assistência Social que implementou o direito de todas e todos a uma assistência digna. Não mais como caridade ou benemerência.

O levantamento de subsídios e recomendações para a criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) permitirá pensarmos de forma articulada e colaborativa às ações dos entes federados para a execução da política e prosseguir compatibilizando as ações propostas no PNPM com as previsões do Plano Plurianual (PPA). A experiência do Pacto de Enfrentamento à Violência acertado pela SPM com Estados e Municípios é uma experiência pioneira na direção dessa proposta.

Uma das propostas que poderá se concretizar com a criação do Sistema é a instituição de um fundo público que reunirá recursos de diversas fontes com o objetivo único de financiar todas as ações dirigidas às mulheres. Tendo como parâmetro o PNPM, o Sistema buscará a adesão de estados e municípios às políticas para as mulheres e deixará de financiar projetos pontuais passando a transferir recursos para sua execução global. Por exemplo, no caso da saúde a existência do Fundo Nacional da Saúde permite que o Ministério da Saúde transfira recursos próprios aos estados e municípios que aderiram ao SUS. É a chamada transferência fundo a fundo, que só é possível caso haja o fundo correspondente em cada ente federado.

Outra possível vantagem de criação do sistema é a possibilidade de fortalecer o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, por meio das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que seriam parte integrante do sistema. O sistema poderá favorecer a integração de todas as instâncias e mecanismos já existentes, para que façam parte de um todo funcionando de forma integrada. Da mesma forma poderão estar integrados ao sistema os organismos governamentais municipais e estaduais de políticas para as mulheres e os conselhos municipais e estaduais dos direitos da mulher. (BRASIL, 2015, p.26)

Ao fim do Texto Base, no apontamento dos “Desafios Gerais”, é estabelecido que na 4ª CNPM dever-se-ia estimular os movimentos de mulheres para a construção da igualdade, a partir de algumas sinalizações, mais uma vez explicitando de forma taxativa e documental o caráter essencial da participação social, como parte da cidadania, conquistando os espaços públicos com a finalidade de se garantir o acesso aos direitos e reivindicações elaboradas pelo grupo:

- Os movimentos sociais – sobretudo, de mulheres devem sinalizar os mecanismos de controle e aprimoramento na gestão, procurando vencer os paradigmas conservadores do patriarcado e do patrimonialismo; isso implica estimular a discussão com os diferentes segmentos de mulheres sobre:
 - Observar como está sendo vivenciado o uso do tempo das mulheres/feminino, dedicado aos afazeres domésticos, de modo geral, reforçando a permanência da tradicional divisão sexual do trabalho;
 - Controlar a gestão pública - funcionamento e avaliação, em relação ao excessivo burocratismo, prevista nos princípios constitucionais;
 - Como efetivar políticas de inclusão de mulheres que seja suficiente para a conquista de sua autonomia e cidadania?
 - Seria suficiente incluir as mulheres no mercado de trabalho, nas ações da política, na educação, por exemplo, sem se perguntar em que condições ocorrem esses processos de inclusão?
 - É necessário indagar se as demandas e propostas de inclusão das mulheres conseguem mudar ou transformar a lógica hegemônica de poder e de hierarquia que alimenta as desigualdades de gênero?
 - Incluir as mulheres nos espaços de poder, em que medida romperia ou manteria a maioria as mulheres em situação de desigualdades e/ ou de subordinação?
 - Como assegurar a ‘qualidade da inclusão’ das mulheres aos bens sociais, por exemplo?
 - Como assegurar que as inúmeras desigualdades de gênero, entre homens e mulheres (acesso aos programas de geração de renda, aos programas de inserção no mercado de trabalho, aos sistemas de tecnologias e informática, acesso às várias dimensões da cidadania), sejam priorizadas e /ou asseguradas? (BRASIL, 2015, p.28)

Com o olhar de pesquisadora, não pertencente a nenhum movimento social, foi possível visualizar, sem dados oficiais disponíveis, a pluralidade de mulheres que estavam presentes não só no GT no qual estive atuando, como em todo o evento. Participar da 4ª CNPM foi um processo profissional e pessoal importante quanto à constatação de que lá estavam unidas mulheres de esquerda e de direita, religiosas e ateias, pró e contrárias ao aborto, vinculadas a movimentos feministas e outras a movimentos de mulheres mais conservadores, jovens e idosas, ricas e pobres, brancas, negras e indígenas, com as quais eu conversava e podia confirmar durante as votações no GT que o objetivo da igualdade entre os gêneros na construção de políticas públicas superava qualquer distinção entre elas. Os modelos de

Conferências proporcionados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), exemplificados na observação da 4ª CNPM, garantiam a transparência e o diálogo da sociedade com o Estado, mas, em síntese, uma inserção dos mais variados segmentos de mulheres, representados de alguma forma, em algum artigo ou resolução, institucionalizados na figura da SPM com o ideal da superação do machismo e do patriarcado, tão deletérios para a sociedade como um todo.

A 4ª CNPM tinha, portanto, um potencial grandioso quanto às possibilidades de ampliação políticas para as mulheres, fortalecimento dos debates entre Estado e sociedade e construção de um SNPM, que seria um marco definitivo na manutenção dessas políticas diante de qualquer governo. Todavia, o cenário político enfraquecia o Governo Dilma, a SPM e, por consequência, a 4ª CNPM, que teve o seu último dia, 12/05/2016, coincidindo com o afastamento da Presidenta Dilma, após votação em Senado, que aprovou a abertura do seu processo de impeachment. Como o cenário vinha se desenrolando desde 02/12/2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de impeachment, durante a realização da Conferência, havia a expectativa do afastamento da presidenta por 180 dias até que ocorresse o julgamento. Tanto nos corredores, quanto nos GT's, Painéis e Plenárias era possível notar a sensação de trabalho perdido, uma vez que as deliberações na Conferência estariam sujeitas a um possível novo governo. A Plenária Final, no dia 12/05/2016 teve o seu curso alterado, primeiramente, pois muitas das mulheres credenciadas na Conferência foram ao Planalto assistir pessoalmente ao pronunciamento de Dilma, e em segundo lugar, pois a instabilidade instaurada na SPM reverberou no sentimento compartilhado pelas mulheres que votavam os itens do Relatório Final, produto da Conferência¹⁷. A última Plenária Final, que lotou o auditório principal do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, seguiu com gritos de ordem e manifestações: “Mulheres na rua, a luta continua!”; “Golpistas, fascistas, não passarão!”; “Dilma, guerreira, da pátria brasileira!”; “Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma!”. E, por fim, foi aprovada e divulgada no evento a significativa “Carta das Mulheres ao povo brasileiro” (ANEXO IX).

¹⁷ Produto esse que até hoje não se tem divulgado. Os Anais da 4ª CNPM nunca foram publicados, em consequência, não houve elaboração de um PNPM como resultante da conferência e as recomendações, portanto, não foram atendidas, em razão do fim institucional da SPM que será descrito no Capítulo 3 desta tese.

Até o presente momento não foi divulgado nenhum documento relativo aos encaminhamentos da 4ªCNPM, apesar de que, mesmo com a transição de governo forçada pelo impeachment, mesmo com a extinção imediata da Secretaria anunciada por Michel Temer, segundo Tatau Godinho¹⁸, à época secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da SPM, como membro da banca da presente tese, afirmou durante a defesa da mesma que “todo material da 4ª Conferência foi entregue ao novo governo”.



Foto de arquivo pessoal. Abertura da 4ª CNPM, no dia 10/05/2016.

¹⁸ Nome adotado pela Doutora Maria do Carmo Godinho Delgado membro da banca de defesa da presente tese.



Arquivo Pessoal. Presidenta Dilma Rousseff discursando na Abertura da 4ª CNPM, no dia 10/05/2016.



Foto de arquivo pessoal. Plenária Final da 4ª CNPM, no dia 12/05/2016.



Foto de arquivo pessoal. Ex-Ministra da SPM, Eleonora Menicucci, no dia do pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, após afastamento decretado em votação no Senado, em 12/05/2016.



Foto de arquivo pessoal Presidenta Dilma Rousseff, minutos antes de seu pronunciamento, após afastamento decretado em votação no Senado, em 12/05/2016.

Capítulo 3 deGENEROU

3.1 O fim da SPM

No mesmo 12 de maio de 2016, dia do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e último dia da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tão logo foi notificado pelo Senado Federal a assumir a Presidência da República, Michel Temer, do PMDB, vice na chapa petista, anunciou seus ministros e assinou uma Medida Provisória (MP), nº 726, onde informava a extinção do *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos*. Abaixo, os registros fotográficos do pronunciamento de Dilma Rousseff e de Michel Temer, no mesmo dia. Tão simbólico quanto uma mulher chefe de Estado optar por ser chamada de Presidenta durante seu mandato, ser a presidenta que mais teve a participação feminina no primeiro escalão do governo federal (passaram pela Esplanada 18 mulheres desde o início do seu governo, em 2011), são essas duas fotos de um dia emblemático em que se vê de forma explícita a presença e a falta de mulheres nos governos.

Ao final do governo Dilma, restavam apenas seis ministras e na lista de ministros empossados por Temer, no dia 12/05/2016, não havia mais nenhuma, algo que não acontecia há 37 anos, quebrando uma tendência que vinha ocorrendo desde o último presidente da Ditadura Militar, João Figueiredo, que nomeou uma ministra para a pasta da Educação. Segue abaixo a lista de ministros homens à época: Fazenda: Henrique Meirelles / Planejamento: Romero Jucá (PMDB) / Desenvolvimento, Indústria e Comércio: Marcos Pereira / Relações Exteriores (inclui Comércio Exterior): José Serra (PSDB) / Casa Civil: Eliseu Padilha (PMDB) / Secretaria de Governo: Geddel Vieira Lima (PMDB) / Secretaria de Segurança Institucional (inclui Abin): Sérgio Etchegoyen / Educação e Cultura: Mendonça Filho (DEM) / Saúde: Ricardo Barros (PP) / Justiça e Cidadania: Alexandre de Moraes / Agricultura: Blairo Maggi (PP) / Trabalho: Ronaldo Nogueira (PTB) / Desenvolvimento Social e Agrário: Osmar Terra (PMDB) / Meio ambiente: Sarney Filho (PV) / Cidades: Bruno Araújo (PSDB) / Ciência e Tecnologia e Comunicações: Gilberto Kassab (PSD) / Transportes: Maurício Quintella (PR) / Advocacia-Geral da

União (AGU): Fabio Medina / Fiscalização, Transparência e Controle (ex-CGU): Fabiano Augusto Martins Silveira / Defesa: Raul Jungmann (PPS) / Turismo: Henrique Alves (PMDB) / Esporte: Leonardo Picciani (PMDB) / Minas e Energia: entre PMDB e PSB / Integração Nacional: entre PMDB e PSB.



Foto: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo¹⁹ - 12.05.16

¹⁹ Fonte: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-05-14/jornais-the-guardian-e-the-new-york-times-criticam-impeachment-em-editoriais.html>> Acesso em: junho de 2018.



Foto: Adriano Machado (Reuters)²⁰, em 12/05/2016

Tal situação perpassa o tema da representatividade feminina na política de uma forma geral, uma vez que, sem o estímulo dos principais atores, ou seja, das lideranças governamentais, possivelmente a tendência é de se reduzir de forma substancial a entrada das mulheres na política.

De acordo com o artigo 29 da Medida Provisória assinada por Temer, o Ministério da Justiça e da Cidadania passou a ser composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude, além daquelas que contemplavam as atribuições do extinto Ministério da Justiça. O artigo determinava, ainda, que os Conselhos de Participação Social dos órgãos extintos passariam a fazer parte da composição do Ministério da Justiça e Cidadania, incluindo o Conselho dos Direitos da Mulher.

Os dias se seguiram com as exonerações dos cargos da Secretaria de Políticas para as Mulheres e muita instabilidade quanto ao novo cenário ministerial. Havia muitas incertezas quanto ao destino da SPM e ainda em Brasília, na condição de pesquisadora, eu continuava na busca de entrevistas e dados. O esvaziamento da SPM foi imediato, o que impossibilitou todo e qualquer contato direto meu para

²⁰ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504134539_191928.html> Acesso em: junho de 2018.

fins de pesquisa. A instabilidade política também era visível no Congresso Nacional, onde visitei os gabinetes das Deputadas Federais, mas não conseguia agenda para conversa e/ou entrevista. No gabinete da deputada Shéridan Oliveira, do PSDB, pelo estado de Roraima, fui recebida por suas secretárias, porém informada que a parlamentar estava frequentando pouco o gabinete, mas me adiantaram que ela não se interessaria em responder as questões formuladas para minha pesquisa. A deputada Mara Gabrielli, também do PSDB, pelo estado de São Paulo, não estava em seu gabinete, mas a secretaria recebeu por e-mail minhas perguntas e até hoje eu aguardo a resposta. No gabinete da deputada do PT, Maria do Rosário, pelo estado do Rio Grande do Sul, dada a impossibilidade de falar pessoalmente com a parlamentar, seus funcionários agendaram comigo um encontro e me apresentaram a condução política da deputada frente aos temas relacionados às mulheres e aos Direitos Humanos. Semelhante abertura tive no gabinete de Erika Kokay, deputada do PT, pelo Distrito Federal. As perguntas que conduziram uma entrevista semiestruturada às deputadas eram:

- 1- Qual o diálogo da senhora, e da bancada feminina como um todo, com movimentos de mulheres e/ou feministas?
- 2- As demandas desses movimentos chegam até a senhora? Se sim, como?
- 3- Qual era o nível de interlocução da bancada feminina com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)?
- 4- Como a senhora enxerga o fim da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)?

Diante das dificuldades de campo, a articulação empírica da relação das parlamentares com a SPM foi deixada de lado na pesquisa. Em suma, tais dificuldades desde o primeiro dia da 4ª CNPM foram enormes, o clima de tensão tanto entre os contrários ou favoráveis ao impeachment era facilmente notado no Congresso nos dias que se sucederam.

No dia 3 de junho de 2016 foi publicada no DOU a nomeação de Fátima Pelaes, ex-deputada federal do PMDB pelo Amapá, para chefiar a nova Secretaria de Políticas para as Mulheres, sem status de Ministério. A escolhida por Michel Temer era declaradamente evangélica, quando deputada foi presidente da Frente Parlamentar da

Família e Apoio à Vida, e apresentava posicionamentos mais conservadores, principalmente em relação aos de sua antecessora, Eleonora Menicucci, uma vez que se manifestou publicamente contrária à legalização do aborto mesmo em caso de estupro²¹, causando incômodo nos segmentos progressistas dos movimentos feministas que tinham livre acesso à secretaria.

Em agosto de 2017, a Comissão de Ética Pública da Presidência aprovou uma recomendação para que a secretária da SPM²², Fátima Pelaes, não usasse mais o gabinete para realizar cultos religiosos durante o expediente. O colegiado da comissão recebeu à época uma denúncia de que Pelaes constrangia seus funcionários que não participavam dos cultos.

No que tange às ações políticas, na semana subsequente ao afastamento da presidenta Dilma e à realização da 4ª CNPM, as exonerações na SPM entraram em curso e em visita à Casa da Mulher Brasileira (CMBB) de Brasília, pude constatar, dessa vez, ao entrevistar a gerente de serviços da Casa (ANEXO X), Melissa Lemos, a instabilidade quanto à continuidade das políticas já implementadas e o obscuro cenário para a formulação de novas políticas para as mulheres. Na entrevista, é possível notar a magnitude do projeto e também as incertezas que rondavam o projeto da Casa diante da situação política.

Além de instável politicamente, o contexto do afastamento da Presidenta Dilma, da MP que Temer assinou assim que assumiu, extinguindo o Ministério das Mulheres, tinha tons sarcásticos quando, um mês antes do afastamento, a Revista Veja publicou uma reportagem²³ sobre a quase primeira-dama, Marcela Temer, adjetivada como “bela, recatada e do lar”, e ainda caracterizou o então vice-presidente como “um homem de sorte” pela esposa que tem. A repercussão da reportagem, coroada com Temer assumindo a presidência no mês seguinte, foi um “soco no estômago” nos movimentos feministas que assistiam ao desmonte institucional daquilo que foi conquistado fruto de luta e debates, a SPM.

²¹ Entretanto, a nova secretária, em ocasião de uma sessão na Câmara na Comissão de Seguridade Social e Família, em 2010, ressaltou que apesar de sua percepção pessoal, a vítima de estupro deve ter total apoio do Estado, caso queira abortar, conforme é previsto na legislação.

²² Fonte:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-recomenda-a-secretaria-das-mulheres-que-nao-use-gabinete-para-cultos.ghtml>> Acesso em: junho de 2018.

²³ Fonte: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> Acesso em: junho de 2018.

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva neoinstitucionalista, cabe destacar, conforme a citação abaixo, a importância das instituições mediadoras, nesse caso a SPM, na relação entre agência e estrutura, podendo-se vislumbrar um cenário futuro difícil diante do enfraquecimento da Secretaria:

O institucionalismo, que passa por uma fase de renovação em todas as ciências sociais, distingue-se de outros paradigmas intelectuais, especialmente as ortodoxias do individualismo metodológico, ao apontar para a necessidade de se levar em conta, a fim de se compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações são precisamente as instituições. (THÉRET, 2001, p. 226)

Além disso, como citado por Peters apud Gains; John; Stoker (2005) no item 2.1 desta tese, as escolhas realizadas no momento da formação da instituição têm influência invariavelmente determinante no futuro, ou seja, a instabilidade institucional devido à ligação governamental da SPM, a fez ruir com a oposição derrubando o governo vigente.

Naquele momento, o esfacelamento institucional da SPM, conseqüente à extinção do Ministério das Mulheres, representava também a extinção de uma mediação entre Estado e sociedade diante das pautas de gênero. E frente às lutas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que tinham na SPM não só esse espaço para a interlocução, mas um órgão com objetivo de implementação das políticas necessárias à promoção de igualdade de gênero, cabe reforçar que “mais do que constrangimentos coletivos que pesam sobre os comportamentos, as instituições são encaradas como redes cognitivas capazes de estimular a ação individual; ou seja, estruturas de estímulo” (THÉRET, 2001, p. 228), ou seja, a perspectiva do que estava por vir era trágica quanto aos possíveis retrocessos em termos de políticas e em termos de comportamentos sociais.

3.1.1 O cenário político e o avanço do conservadorismo

Na compreensão lógica do modelo analítico apresentado nesta tese, foi o efeito encruzilhada, ou seja, através da escolha dos caminhos a conduzirem a formação institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) como intimamente condicionada à vontade política e governamental, que diante da conjuntura política de rompimento, através do impeachment, o resultado fosse o fim da SPM.

Diferentemente do que se assistiu durante os governos petistas, de 2003 a 2016, com Michel Temer na presidência, não foram somente as demandas das mulheres que foram caladas, suas medidas consideradas de viés conservador²⁴ foram se desenrolando até o atual momento, sem levar em conta os movimentos sociais e seus anseios. Ao contrário, as demandas que o governo passou a incorporar em suas medidas foram as do empresariado, demandas essas com avanços perceptíveis tanto no Executivo quanto no Congresso Nacional. As eleições de 2014 proporcionaram um aumento significativo no número de parlamentares que passaram a compor as bancadas “da bala” (segurança pública), ruralista e evangélica.

No mesmo momento em que assumiu, Temer recebeu de representantes do empresariado e também dos ruralistas (ambos apoiaram o impeachment de Dilma) uma pauta com suas reivindicações. Da mesma forma, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou ao governo um documento com uma série de propostas, e dentre elas, uma que foi atendida foi a terceirização da atividade-fim. Em março de 2017, inclusive, a CNI divulgou um relatório²⁵ onde explicitava que das 36 propostas enviadas, o governo já tinha concluído quatro, vinte ainda estavam em evolução e doze não tinham evoluído.

As pautas conservadoras que evoluíram no governo Temer foram, principalmente, a reforma trabalhista (com regulamentando a terceirização); o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal; um

²⁴ Entende-se aqui por conservador, baseando-se naquele considerado fundador do pensamento conservador moderno, Edmund Burke (1729-1797), e também aos demais autores que se referiam aos trabalhos de Burke, de uma forma simplória e genérica, como uma postura contrária aos movimentos sedentos por mudanças.

²⁵ Fonte: <<https://static.poder360.com.br/2017/03/balanco-CNI-23mar2017.pdf>> Acesso em: junho de 2018.

programa de refinanciamento dos débitos tributários das empresas; flexibilização de regras de licenciamento ambiental; renegociação de débitos dos produtores rurais; lei de regularização fundiária; e na questão indígena, o presidente, sem assinar nenhum decreto de homologação no processo de demarcação, foi considerado pela ONG ISA (Instituto Socioambiental), em setembro de 2017, como o pior desempenho do executivo para os indígenas desde a redemocratização.

Na tentativa de uma ação popular, com sinalização aos trabalhadores, Temer liberou, ao fim de 2016, o saque de contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o que poderia representar uma falsa e efêmera injeção de dinheiro na economia, por conseguinte circulação da moeda, mas sem relevância em termos de resolução da crise e benefícios efetivos ao trabalhador. O presidente viu, ao longo de seu governo até o momento, despencar sua popularidade à frente do executivo, onde segundo pesquisa do Ibope, divulgada em junho de 2018, 79% da população considera seu governo ruim ou péssimo.

Apesar da avaliação ruim crescente desde sua posse, os segmentos conservadores já citados continuaram tendo suas demandas atendidas, como exemplo, a bancada da bala, que vibrou com os decretos presidenciais que suavizaram as exigências contidas no Estatuto do desarmamento (como a ampliação da validade do registro da arma de fogo para cinco anos). Outro projeto da bancada que seguiu tentando avançar, diante do contexto favorável, era o da diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos.

No tocante às questões de gênero, o projeto “Escola Sem Partido”, por exemplo, continuou ganhando força no Congresso, alimentado por um governo de pautas conservadoras. Conforme afirmou o coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, Hidekazu Takayama, do PSC-PR, “queira ou não, temos 86% de cristãos neste país. O governo é laico, mas não o país”. Em comissão, o projeto “Escola Sem Partido” contava com quinze membros religiosos do total de vinte e três, e uma das bandeiras é a posição contrária ao que eles chamam de “ideologia de gênero” nas escolas, já exposto nesta tese.

Abaixo é apresentado o levantamento²⁶ realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, em 2017, com as propostas que avançaram no governo Temer, em cada área e com a descrição dos grupos que a defenderam:

EMPRESARIADO

- Reforma trabalhista

Endureceu regras para ações judiciais, flexibilizou exigências trabalhistas e instituiu a prevalência, sobre a lei, do que for negociado entre patrões e empregados.

- Planos de saúde

Governo criou grupo para discutir a criação de planos de saúde reduzidos. Já ganhou primeiro aval da ANS na última semana. No Congresso, comissão deve propor mudanças em prol das operadoras.

- Terceirização

Em março de 2017, o Congresso aprovou, com apoio de Temer, projeto que liberou a terceirização no país para qualquer ramo das empresas, incluindo o principal, da chamada atividade-fim.

- Guerra fiscal

Em agosto de 2017 foi sancionada lei que convalidou benefícios fiscais concedidos por Estados a empresas sem autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

- Pré-sal

Em novembro de 2016, Temer sancionou projeto aprovado no Congresso que tirou da Petrobras a obrigatoriedade de ser a operadora única do pré-sal, regra criada no governo Dilma Rousseff.

- Dívidas de empresas

Governo lançou neste ano programa de refinanciamento de débitos tributários de empresas. Apesar de a medida já estar em vigor, Congresso discute alteração das regras.

EMPRESARIADO E BANCADA RELIGIOSA

²⁶Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1921276-pautas-de-vies-conservador-avancam-na-gestao-de-michel-temer.shtml>> Acesso em: junho de 2018.

- Educação e diversidade

Por pressão da bancada evangélica, Ministério da Educação retirou da base nacional curricular todas as menções a "identidade de gênero" e "orientação sexual".

BANCADA RELIGIOSA

- Aborto

Projeto que inclui veto a aborto – incluindo os casos permitidos por lei – tem avançado em comissão na Câmara. Proposta é incluir, na Constituição, que o direito à vida ocorreria "desde a concepção".

- Escola sem partido

Proposta da bancada religiosa, que inclui nos princípios do ensino "respeito às convicções do aluno, seus pais e responsáveis". Prestes a ter parecer em comissão.

AMBIENTALISTAS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS

- Hidrelétricas

Em agosto de 2016, vitória de ambientalistas, porque o Ibama negou licença ambiental para hidrelétrica no rio Tapajós. Em novembro/2016, negada autorização para hidrelétrica em SP.

RURALISTAS

- Terras indígenas

Nenhuma terra indígena homologada por Temer em 16 meses, contra 21 no governo Dilma (2011-2016). O parecer da AGU confirmado por Temer instituiu "marco temporal", tese apoiada pelo agronegócio.

- Questão fundiária

Temer sancionou "lei da grilagem", com legalização de áreas invadidas por particulares "maiores que um módulo fiscal e até 2.500 hectares". Retira exigências ambientais para regularização fundiária.

- Meio ambiente

Caso Renca: liberação de áreas protegidas para exploração mineral a grandes empresas do setor. Enfraquecimento do licenciamento ambiental, com projeto avançado na Câmara, de Mauro Pereira (PMDB-RS).

- Agrotóxico

Casa Civil elaborou medida provisória para alterar legislação para uso de agrotóxicos, que modifica a forma de avaliação para aprovação de substâncias. Mudança foi elaborada com participação do agronegócio.

- Venda de terra a estrangeiros

Governo preparou, com bancada ruralista, projeto que autoriza compra de até 100 mil hectares ou mais, desde que o comprador abra seu capital. Senado poderá discutir assunto.

- Dívidas rurais

Em agosto de 2017, governo reduziu alíquota da contribuição do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e permitiu parcelamento de dívidas em até 180 vezes com redução de multas e juros.

- Amazônia

Em junho de 2017, Temer recuou de duas medidas que reduziam proteção de 587 mil hectares na Amazônia. Porém, em julho, reenviou ao Congresso proposta que enfraquece proteção da floresta Jamanxim.

- Quilombolas

Paralisação da demarcação de territórios. Valor gasto com indenização de imóveis caiu de R\$ 13,2 milhões (2014) para R\$ 3,5 milhões (2017). Para reconhecimento dos territórios, queda de R\$ 2,1 milhões.

BANCADA DA BALA

- Maioridade penal

Senado ensaia votar texto que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal, proposta já aprovada na Câmara; o projeto está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça e já foi incluído na pauta.

- Armas de fogo

Por meio de decretos, o Executivo flexibilizou pontos do Estatuto do Desarmamento, aumentando prazos de validade de licenças de porte. Projeto já aprovado em comissão na Câmara pretende esvaziar outros.

GRUPOS DE DEFESA LGBT E DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

- Direitos das mulheres

Como ocorre todo ano na semana do Dia Internacional da Mulher, Câmara aprovou projetos da bancada feminina, como o que proíbe revista íntima de mulheres em empresas e em órgãos públicos.

É importante destacar que diante dos grupos de interesse apresentados, que tiveram avanços coordenados pelo governo, a partir de suas propostas e demandas, quase que a totalidade possui caráter conservador. Em relação aos direitos das mulheres, conforme foi possível observar, o “avanço”, ainda que válido, está longe de ser substantivo frente às demandas dos movimentos de mulheres e feministas, além de ser dispare às políticas de gênero que tinham lugar nos governos anteriores.

3.2 O que restou da SPM?

“A democracia tem que ser feminista.”

Marielle Franco

De maio de 2016 até julho de 2018, a Secretaria de Políticas para as Mulheres não apresentou expressão política em termos de ações voltadas para promoção de igualdade entre homens e mulheres, empoderamento feminino, nem tem fortalecido as políticas que estavam em curso no governo anterior. Quando passou integrar o Ministério da Justiça e Cidadania, em 2016, a SPM passou a ter propostas relativas à violência contra a mulher orientadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública²⁷. Ou seja, em termos práticos, a violência contra a mulher passou a ser tratada de forma genérica como caso de segurança pública, deixando de lado o caráter singular e transversal das políticas para as mulheres, diante ao contexto de desigualdades e machismo.

O projeto da Casa da Mulher Brasileira (CMB) não evoluiu nos demais Estados e onde já havia sido inaugurado, Campo Grande e Brasília, teve dificuldades de continuar operando em razão dos cortes orçamentários e, portanto, não repasse de verba do Governo Federal. Em Campo Grande – MS, por exemplo, desde outubro de 2016 o governo federal não realizava os repasses de quatro milhões de reais²⁸, fazendo com que os atendimentos fossem reduzidos, até que a prefeitura, em novembro de 2017, assumiu²⁹ a gestão e coordenação da Casa. Em Brasília, a Casa que também vinha sofrendo reduções nos atendimentos, teve suas atividades paralisadas, em abril de 2018, após ser interditada³⁰ pela Defesa Civil do DF, devido à problemas nas estrutura física que poderiam, segundo o órgão, gerar desabamentos do prédio.

²⁷ Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/noticias/temer-e-moraes-apresentam-medidas-contra-violencia-de-genero-e-domestica>

Acesso em junho de 2018.

²⁸ Disponível em:

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/11/casa-da-mulher-brasileira-pode-ter-atendimento-comprometido-em-ms.html> Acesso em junho de 2018

²⁹ Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeitura-assume-gestao-da-casa-da-mulher-brasileira> Acesso em junho de 2018.

³⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/defesa-civil-interdita-sede-da-casa-da-mulher-brasileira-em-brasilia.ghtml> Acesso em junho de 2018

Sem orçamento compatível com as demandas e políticas implementadas, sem autonomia administrativa, sem apoio governamental e da própria gestão interna, a SPM não tem feitos ou ações que repercutissem ao longo dos dois anos que se seguiram desde o seu desmonte institucional. Contudo, em dezembro de 2017, o presidente Michel Temer assinou o decreto que instituiu o “Brasil Mulher”, que segundo site oficial do governo³¹ é “uma ampla rede de mobilização com objetivo de integrar atores da sociedade para a conquista de um país mais democrático, com oportunidades, direitos e garantias igualitárias.”

A proposta do governo ressalta a garantia constitucional de igualdade entre mulheres e homens e a importância das políticas para as mulheres nesse sentido, todavia, não há clareza de políticas propriamente ditas para tal realização, bem como não houve reforço das políticas que já existiam. Segundo a secretária da SPM à época, Fátima Pelaes, o programa converge com a necessidade de implementação da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da ONU. Dentre os “17 objetivos para transformar o mundo” das Nações Unidas³², o objetivo 5 refere-se a *alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*, apresentado nos seguintes pontos:

- 1- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- 2- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- 3- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- 4- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

³¹ Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/noticias/no-planalto-presidente-temer-assina-decreto-que-cria-brasil-mulher>>
Acesso em junho de 2018.

³² Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>> Acesso em junho de 2018.

- 5- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- 6- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
 - a) Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;
 - b) Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;
 - c) Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Entretanto, não houve e não há elaboração prática de políticas por parte do governo que seja consonante com os pontos da ONU apresentados acima. E, ainda, segundo texto do site oficial do governo, o programa tem como marco “implementar ações, concretizando um novo papel para o Estado, que reúne forças e se soma à sociedade na construção de uma sociedade mais justa, desenvolvida e igualitária”, não é possível caracterizar os canais de comunicação entre Estado e sociedade, nem ao menos é possível verificar de qual sociedade o governo fala, uma vez que não há articulação de movimentos sociais, por exemplo, nas discussões dessas propostas. O governo também apontou que “qualquer organização pública ou privada pode e deve fazer parte desse movimento”, mais uma vez sem estabelecer os mecanismos que poderiam propiciar essa interlocução. Como o governo mesmo divulgou³³, em julho de 2017, a SPM realizou a segunda oficina técnica para debater

³³ Disponível em:
<<http://www.spm.gov.br/noticias/spm-realiza-segunda-oficina-para-consolidar-rede-brasil-mulher>>
Acesso em junho de 2018.

a construção da Rede Brasil Mulher e contou com “80 representantes do governo federal, dos governos estaduais, organizações não-governamentais (que não foram citadas), iniciativa privada e organismos internacionais”, deixando clara a não participação da sociedade civil e de movimentos sociais, apesar da fala da secretária Fátima Pelaes que reforçou a importância da atuação conjunta e fortalecida de toda a sociedade. Diante dessa construção do governo que foi analisada, pode-se dizer que sociedade só aparece no governo de forma retórica em relação às possíveis políticas para as mulheres que serão desenvolvidas.

O Decreto Nº 9.233, de 6 de dezembro de 2017 (que segue no ANEXO XI) que instituiu a Rede Brasil Mulher, apresenta como objetivo “estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens”, podendo ser questionada por si só, afinal, tem como objetivo o que já era um objetivo da SPM, para ser realmente redundante. Além disso, pode-se questionar quando no decreto se afirma, em parágrafo único, ser uma articulação nacional incluindo organizações da sociedade civil, uma vez que não houve documentado nenhum diálogo com movimentos sociais, por exemplo. Uma vez definido por decreto que o Comitê Executivo é composto por membros de Secretarias e Ministérios do governo e o Comitê poderá convidar membros da sociedade civil para participar das reuniões (não se fala em possibilidade de voz e voto), acredita-se que diante do viés conservador do governo apontado anteriormente, os membros convidados da sociedade civis não tendem a ser plurais, muito menos integrantes de movimentos sociais progressistas.

Outro ponto importante do Decreto a ser analisado é o fato de o Comitê Executivo ter como competência estabelecer comitês regionais, sempre organizado somente pela via governamental, sem articulação e/ou participação efetiva plural da sociedade civil e, ainda, ter explicitado que as execuções das ações previstas estão sujeitas à disponibilidade orçamentária, o que parece um contrassenso, uma vez que, desde, 2016, os cortes de orçamento destinado à SPM foram substancialmente elevados.

No mês de abril de 2018, a SPM, ainda sem vinculação a nenhum ministério, apresentou durante a Cerimônia de Pactuação da Rede Brasil Mulher, o projeto de lei para a criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SINAPOM). O projeto apresentado pela Secretaria foi fruto do Texto Base para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e das discussões fomentadas durante a

Conferência, e que contempla a criação de um Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres.

Diferentemente do que propunha o Texto Base à época do governo Dilma, que apresentava como vantagem da criação do Sistema Nacional “a possibilidade de **fortalecer o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas**, por meio das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que seriam parte integrante do sistema” (BRASIL, 2015, p.27), no governo Temer, a SPM incluiu no projeto de lei “**incentivos fiscais para empresas** que contratem em seus quadros mulheres em situação de violência, egressas e mulheres com deficiência”³⁴ e nenhuma menção a movimentos sociais ou possíveis novas Conferências. A ainda secretária Fátima Pelaes, afirmava a expectativa de o Congresso Nacional aprovar a lei o mais rápido possível, o que não ocorreu até o presente momento, lembrando que 2018 é ano eleitoral e dificilmente tal pauta entrará no Congresso. Além de representar uma deturpação do que foi apresentado na 4ª CNPM e não levar em conta o diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, o SINAPOM proposto pela atual Secretaria apresenta-se como um projeto superficial quanto ao enfrentamento objetivo à violência contra a mulher e as desigualdades de gênero, bem como leva em consideração benefícios ao empresariado e não ao combate à raiz dos problemas que as mulheres enfrentam em nossa sociedade.

Em junho de 2018, mais um Decreto do presidente Temer alterou a estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que passou a vigorar em 5 de julho de 2018, fazendo a SPM ser vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH)³⁵, sob a direção da nova nomeada, a secretária Andreza Winckler Colatto³⁶, substituindo Pelaes (o Planalto tornou sem efeito uma portaria anterior em que havia nomeado Salma Valêncio (MDB) ao cargo de secretária da SPM). Cabe a ressalva

³⁴ Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/noticias/governo-federal-apresenta-projeto-de-lei-para-criacao-do-sistema-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>> Acesso em junho de 2018.

³⁵ A pasta dos Direitos Humanos ganhou status de Ministério no governo Temer, em fevereiro de 2017, contudo, na avaliação de especialistas, a forma como foi conduzida a reorganização ministerial, que inclusive ocorreu concomitante à extinção da SPM do Ministério da Justiça e Cidadania, sem explicitar a direção ao qual a SPM seguiria, demonstrando que não houve uma avaliação prévia do Palácio do Planalto que revelasse uma preocupação real por políticas efetivas de Direitos Humanos.

³⁶ Filha do Deputado Federal Valdir Colatto (MDB-SC), a advogada teve atuação no Fórum Mulheres Agro e Grupo Virada Feminina, articulações de mulheres notadamente mais à direita no espectro político-ideológico.

de que quando o Rede Brasil Mulher foi criado, a SPM constituía apenas um órgão que fazia parte da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência. Nessa recente transferência para o MDH, além da SPM, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher também passou a pertencer à nova pasta.

De fato, é possível elucubrar sobre a fragilização da autonomia administrativa da SPM, no sentido em que ela ficou refém da conjuntura política em razão, do que se chama no neoinstitucionalismo, de dependência de trajetória, sendo assim, seu fim está menos ligado à manutenção ou não do nome da secretaria em si, e muito mais à quase que total perda da autonomia administrativa/orçamentária.

Retomando a pergunta que conduziu a presente pesquisa, fica evidenciado, diante das descrições acima, do pouco que restou da SPM em termos práticos de políticas e ações voltadas às mulheres, que em um dado momento a incorporação das demandas do movimento feminista (primeiro na tímida expressão do CNDM e depois com a criação da SPM) foi sim efetiva em elaborações que visavam, ao menos, a minimização das desigualdades entre os gêneros e o combate à violência contra a mulher, contudo, a instituição esteve sujeita à instabilidade governamental, conduzindo-a ao esfacelamento. Instabilidade institucional que também foi marcada durante o segundo governo Dilma, conforme foi apresentado anteriormente, em que houve redução de orçamento em razão de pressões da oposição, que levaram a presidenta a escolhas como reestruturação ministerial e cortes robustos nas pastas, ainda que a autonomia administrativa e de implementação de políticas permanecessem garantidas.

Todavia, devido a não formalização, a tempo, de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, que garantisse rigidez à estrutura das políticas independentemente de governos (dentro daquilo que se pode compreender como uma incipiente construção de um Sistema Brasileiro de Proteção Social sob o pilar de gênero, como solução para os conflitos sociais também derivados do capitalismo), com a chegada de um presidente alheio às prioridades sociais, o desmonte institucional foi rápido, além de tão ou mais efetivo quanto àquelas políticas implementadas outrora.

3.2.1 Gênero, mulheres e política no Brasil de um governante sem votos

*“Em meio a tanta desigualdade, ao racismo, e ao sexismo, a chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino branco e heteronormativo.”
Marielle Franco*

O cenário político para as mulheres, seja ocupando cargos, seja participando politicamente através de movimentos sociais, por exemplo, sempre se revelou obscuro e repleto de meandros difíceis de serem explorados, sem uma visão conjuntural de todos os aspectos decisivos para a garantia de voz e ocupação dos espaços por parte das mulheres. A inexistência prática de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, com autonomia e recursos para implantação de políticas públicas reduziu a eficácia das conquistas, de 2016 até o presente momento. Inclusive, vale reforçar o descaso com os encaminhamentos da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), pois ainda existindo, mesmo que figurativamente, a Secretaria não consolidou os dados em Anais, nem transformou os resultados das discussões em um novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Anterior ao impeachment, a SPM representava um órgão do governo, como campo de discussão com movimentos sociais e voltados para o rompimento da lógica de desigualdade de gênero, se apresentava como mais uma força, mais uma possibilidade de se alcançar os objetivos pretendidos no tema em questão, inclusive nos debates teóricos sobre a fluidez do conceito gênero.

As articulações nos movimentos sociais, inclusive entre os movimentos feministas que se teve contato para a pesquisa em questão, seguiram pós-impeachment, mas agora sem espaço de interlocução com um governo, que, na prática, rejeita a ideia de romper com o machismo, com o patriarcalismo e com o conservadorismo. É um solo fértil para a organização social, para a luta, contudo, infértil para as batalhas diárias que têm sido perdidas para o pensamento rasteiro do senso comum (com o perdão da redundância), vide o fatídico dia 14/03/2018, que, apesar das poucas respostas oficiais acerca das investigações (até o momento da presente escrita), muito nos revela sobre o histórico brasileiro em relação às suas mulheres.

A vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), eleita em sua primeira disputa eleitoral, em 2016, com 46.502 votos, foi executada a tiros no carro em que estava com seu motorista (também morto) e sua assessora, após sair de um evento com mulheres militantes negras “Jovens negras movendo as estruturas”, no centro da capital fluminense. O que há de emblemático nesse fato: Marielle era mulher, negra, de periferia, homossexual e, apesar de todas as características associadas aos grupos tratados como minorias, ela tinha voz política. Apesar de todos os malfadados comentários do senso comum a respeito da suposta “mistura de assuntos” em relação à sua morte, basta um olhar atencioso para verificar que seu assassinato torna escancarada a inconformidade de alguns grupos sociais com poder em ver mulheres ocupando os espaços e apontando as mazelas e injustiças sociais dos grupos marginalizados historicamente em nossa sociedade.

Marielle lutava pelas mulheres, pelos negros, pelos favelados, era ativista dos Direitos Humanos, e duas semanas antes de sua morte havia assumido a relatoria da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio, que foi criada para acompanhar a intervenção federal na segurança pública da cidade, a qual ela publicamente se posicionava contra. No domingo que antecedeu sua morte, ela protestou em suas redes sociais contra uma operação da Polícia Militar da Favela de Acari (comunidade da Zona Norte da cidade), onde segundo familiares de um jovem, ele foi morto por PM's quando saía da Igreja. Ela se posicionou ainda em relação à truculência dos policiais no tratamento aos moradores das favelas.

Em um país que apresenta sua democracia abalada e em uma cidade sitiada pela questionada Intervenção Federal Militar, uma voz política foi calada. Um crime que se apresenta como execução, reflete o ódio pelas minorias, principalmente por àquelas que abrem a ferida das mazelas sociais. Não foi qualquer voz que calaram. Foi a voz das minorias que questionava o sistema vigente. Traços de preconceito racial e misoginia muito provavelmente endossam a execução de Marielle, uma vez que calar as mulheres não é um fato novo em nossa história. A mulher, a (o) negra (o), incomodam muito os que reproduzem as desigualdades e preconceitos. Dilma Rousseff não terminou seu mandato presidencial, pois foi calada por um processo de impeachment que a condenou por crimes que (comprovadamente) não cometeu. Marielle Franco não terminou seu mandato na câmara municipal, pois foi calada por

(o que por ora pode se chamar de) forças contrárias à sua atuação política de resistência e luta. Mulheres caladas quando conquistam espaços de visibilidade. Assim como o governo de Temer, em ações (em não ações) calou as vozes da e na Secretaria de Políticas para as Mulheres. Quanto tempo leva para mulheres conquistarem novamente seus espaços e serem caladas novamente nesse ciclo de machismo, racismo, desigualdade e misoginia? Como dizia Marielle, “acredito que ocupar a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam” e ainda “o lugar da união das mulheres é fundamental”. Esse lugar, no nível nacional, era a SPM.

Em termos de políticas sociais, ou seja, institucionalização de demandas, fruto de conquistas de espaços para participação social, como foi apontado aqui, na exemplificação da criação SPM, é importante frisar também o caráter de conquista de direitos e reivindicações por parte da sociedade, que na expressão máxima de sua cidadania, garantiu o acesso (frágil) às políticas de gênero, contudo, instáveis e suscetíveis ao desmonte diante de um governo de caráter conservador, que chegou ao poder sem votos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O tipo de feminismo que eu abraço não é um feminismo divisivo. É um feminismo que busca a integração.”
Angela Davis*

A exemplo dos grupos plurais de mulheres que participaram das conferências nacionais nesta tese citados, pode-se afirmar, mais uma vez, que múltiplos são os feminismos existentes, no sentido de que as principais demandas de cada grupo são variadas, complementares ou não, mas acima de tudo, há um elemento que unifica todos eles: a necessidade de superação de uma lógica de opressão e subjugação da mulher em sociedade. As possibilidades de atuações dos grupos feministas dentro do Estado, como foi visto, depende muito da ocupação dos espaços por parte da sociedade, dos canais de participação conquistados, da vontade política e de um plano governamental atento às questões relativas às mulheres. Dessa forma, desde a sua criação, a SPM representou um canal direto de comunicação de grupos de mulheres organizadas, feministas ou não, que conseguiam levar suas demandas ao governo, através dos espaços de diálogo criados e incentivados pelo governo e pela própria secretaria.

As questões relativas às discussões conceituais e políticas da palavra gênero nada mais representam, conforme abordado nessa tese, do que as escolhas políticas orientadas ora por progressismo, ora por conservadorismo, significando que a palavra gênero, que se transformou em palavrão por grupos contrários ao rompimento com o *status quo*, representa a vanguarda política, no que tange aos anseios de promoção de políticas ligadas não somente à emancipação da mulher na sociedade brasileira, bem como a superação do machismo, do preconceito, da violência contra a mulher e, ainda, a todas as questões que circundam os temas de identidade de gênero, de forma que, todas as mulheres, no sentido mais amplo que se pode compreender o que é mulher, fossem contempladas.

As escolhas políticas dos governos PT em relação às questões de gênero ficam claras e expressas na criação e valorização da SPM, uma vez que através de tal feito, a discussão que antes se delimitava aos meios acadêmicos e aos movimentos sociais, foi incorporada ao Estado para se converter em ações para o benefício da população como um todo. Uma possibilidade de quebra de paradigma

orientada pelo Estado para romper com a lógica conservadora em relação às questões de gênero, lógica essa alimentada pela cultura machista da sociedade brasileira (expressa nas estatísticas de violência contra a mulher, desigualdades salariais entre mulheres e homens, etc.). Dessa forma, como negar que a tríade Estado, gênero e feminismo não alcançou sucesso durante a vigência da SPM? E, ainda, como negar o sucesso também de todos os espaços de discussão, a exemplo das Conferências Nacionais, Regionais e Municipais promovidos pelo governo federal, em parceria com estados e municípios através da articulação da rede institucional à frente da secretaria?

A partir do que foi articulado na presente tese, a Conferências Nacionais (não somente a de Políticas para as Mulheres, mas também as de Saúde, Assistência Social, etc) dos governos petistas podem significar e representar o que existia de mais progressista e democrático em termos de articulação entre Estado e sociedade. Foram nas Conferências Nacionais que mulheres do Brasil inteiro, com demandas diversificadas e complexas, conseguiram encaminhar através de suas delegadas (que passaram por Conferências Municipais e Estaduais) propostas de políticas propriamente ditas para serem implementadas. Tal canal de diálogo não pode ser diminuído em sua extrema relevância, muito menos esquecido. As vozes das mulheres à época reverberavam no governo e a sociedade não deveria aceitar passivamente que alguma voz deixe de ecoar nos governos e nos planos de governo.

O esfacelamento da SPM se deu, além da dependência de trajetória no momento de sua criação, por uma escolha política orientada por valores em que a agenda das mulheres não tem espaço. Não há como dissociar o fim da SPM com o golpe institucional de 2016, que simbolicamente também representou muito ao tirar de cena uma presidenta eleita democraticamente que hoje, comprovadamente³⁷, não cometeu crimes que pudessem afastá-la do governo. O simbólico se

³⁷ Conforme conclusão do MPF (Ministério Público Federal), as ditas “pedaladas fiscais” que endossaram o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, na verdade, são manobras que não se enquadrariam no conceito legal de operação de crédito ou empréstimo, não sendo, portanto, necessário pedir autorização ao Congresso, não configurando, portanto, um crime comum. O julgamento da presidenta, que versava sobre uma possível improbidade administrativa, ressalta o caráter político do mesmo, uma vez que tal atividade foi e é frequentemente realizada por chefes do executivo em todas as instâncias no Brasil.

Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>> Acesso em junho de 2018.

transformou em real, quando a SPM ruiu. E ruiu tanto quanto qualquer discussão de gênero que pudesse existir dentro do governo que assumiu, fortemente reforçada por um Congresso Nacional de maioria conservadora. Degenerou conceito, teoria e secretaria. Degenerou sociedade. Muito já se perdeu e o tempo perdido em termos de ações políticas são cruéis com a população que perde possibilidades de avanços.

Nesse sentido, pode-se considerar que o objetivo central da tese, exposto na pergunta que visava ***entender como os grupos de interesses feministas e as escolhas governamentais culminaram na criação da SPM, nas efetivas políticas públicas e, ainda assim, a instituição ficou sujeita à instabilidade governamental, que levou ao seu esfacelamento***, foi alcançado através da construção textual, baseado na pesquisa realizada, do modelo analítico proposto. A tese destacou o cenário de criação da SPM desde o início do processo de “institucionalização” de demandas e articulação dos movimentos feministas, que coincide com formação do CNDM, em 1985. Contudo, revelou-se o aspecto da vontade política em inserir na agenda a pauta das mulheres através da criação de uma pasta com autonomia orçamentária e administrativa, bem como como políticas próprias e/ou incentivo de outras políticas, que tinham caráter transversal, trazendo a figura da mulher para o centro, contrariando a lógica patriarcal. E, ainda, uma vez estando sujeita à vontade política, no cenário de retirada do PT do governo, a secretaria perdeu espaço e autonomia, as vozes foram pulverizadas e os canais de participação ocultados.

A atual SPM nada mais representa do que um engodo para ludibriar fantoches que bateram palmas e panelas para o esfacelamento da democracia, por consequência da secretaria, e, também, das possibilidades reais de articulação entre setores da sociedade e governo. Resta uma tese, um registro e o não esquecimento. Resta torcer por um terreno fértil, para que se regenerem as discussões de gênero e as políticas para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas**. In: Boletim Informativo e Bibliográfico. Rio de Janeiro, n° 39, 1o. semestre, 1995: pp. 3-40.

ATAL, J. P. **New Century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America**. Juan Pablo Atal, Hugo Ñopo, Natalia Winder. Inter-American Development Bank, Felipe Herrera Library, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Volume II A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS**. / Júnia Valéria Quiroga da Cunha (Org.). ____ Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da Conferência** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a. 164 p. (Série Documentos) 1.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2007b. 130 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres** – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2011. 130 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Gênero e Diversidade na Escola Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnicos- Raciais** – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento** / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Texto Base**. 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres: 2015.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 12ª edição. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRIGGS, Asa. **The Welfare State in historical perspective**. In: *PIERSON, Cristopher. Welfare State: A Reader*. Cambridge: Polity Press. 2000, pp. 18-31.

CANO, W. SILVA, A. L. G. da. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.

CEPAL – SERIE “**Mujer y desarrollo**” nº 45. Santiago de Chile: Naciones Unidas. CEPAL, 2003.

CONDÉ, Eduardo A. S. **Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas.** In: *Responsabilização na Educação*. Revista PPGE. v.2, n.2, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres.** s/d
Disponível em:
<www.agende.org.br/docs/File/daos/pesquisas/feminismo/Empoderamento%20%20Ana%20Alice.pdf> Acesso em: Junho de 2018.

DAHL, Robert. **A Democracia e Seus Críticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____ **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DRAIBE, Sônia. **O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas.** Núcleo De Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 8: Unicamp, 1993.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy.** New York: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____ **Why we need a new Welfare State?** Oxford: Oxford University Press, 2002.

EWALD, François. **L'Etat-Providence.** Paris: Bernard Grasset, 1986.

FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A. **The Development of Welfare States in Europe and America.** New Brunswick, N.J., Transaction Books, 1981.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 1996.

GDE - **Gênero e Diversidade na Escola Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnicos- Raciais – SPM/PR, SEPIR/PR, MEC, 2009.**

GAINS, F.; JOHN, P. C.; STOKER, G. **Path dependency and the reform of english local government**. Public Administration, v.83, n.1, p.25-45, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODINHO, Tatau. **O PT e o feminismo**. In: *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho (organizadoras). — São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOHN, M. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução e orelha de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (8a. ed., 1987). 444p.

GRIN, Eduardo José. **Regime de Bem-estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata**. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez. 2013.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998.

_____. **Masculinidade: uma Revisão Teórica**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, 2004.

HTUN, Mala. **Puzzles of Women's Rights in Brazil**. In: *Social Resaearch*, vol. 69, nº3, Fall, 2002.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global Employment Trends for Women**. Geneva, 2012.

KERTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado de Bem-Estar na Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

LARA, Juliane Rocha. **Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso** – Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2013.

LASSWELL, Harold D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936.

LE BRETON, David. **Corpo, Gênero, Identidade**. Tradução: Gercélia B. de O. Mendes. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Lavras: UFLA, 2014.

LEWIS, Jane. **The Decline of the Male Breadwinner Model: Implications for Work and Care**. In: *Social Politics*, v. 8, n. 2, Oxford University Press, 2001.

_____. **Feminist Perspectives**. In: *The Student's Companion to Social Policy*. London: Blackwell, 1998, p.85-90.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil. Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe**. CEPAL e SPM: Brasília, 2005.

MONTAÑO, Sonia. PITANGUY, Jacqueline. LOBO, Thereza. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar: o caso do Brasil**. In: CEPAL – SERIE “Mujer y desarrollo” nº 45. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

NASCIMENTO, Danny Souza do. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Município de Manaus: Uma Análise das Políticas Públicas Voltadas para a Mulher a partir do SAPEM**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000.

OFFE, Claus. **Advanced Capitalism and the Welfare State**. Politics & Society, vol. 4, 1972.

ORLOFF, Ann Shola. PALIER, Bruno. **The Power of Gender Perspectives: Feminist Influence on Policy Paradigms, Social Science, and Social Politics**. Oxford University Press Pages, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas Feministas e os Feminismo da Política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**. Tese (Doutorado Acadêmico).

Universidade Federal de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2010.

PINZANI, Alessandro. RÊGO, Walquiria L. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Crise do Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957.

_____. **O problema nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960

RANGEL, Patrícia Duarte. AVELAR, Lucia Mercedes de. **Feminismo de Estado e Representação Política das Mulheres: Argentina, Brasil e Chile.** Salvador: XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, 2015.

REIS, Toni. EGGERT, Edla. **Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.** Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

RODRIGUES, Marta. M. Assumpção. **Políticas Sociais.** São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Salete Maria. **A Carta que elas escreveram.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers. The Political Origins of Social Policy in the United States.** Cambridge, MA: London, 1992.

TITMUSS, Richard M. **Social Policy.** New York: Pantheon, 1974.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

WAYLEN, Georgina. **What Can Historical Institutionalism Offer Feminist Institutionalists?** Manchester: University of Sheffield, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Vol. I

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report.** Ricardo Hausmann, Harvard University. Laura D. Tyson, University of California. Berkeley Saadia Zahidi, World Economic Forum. Geneva, Switzerland, 2012.

ANEXOS

ANEXO I

Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte (Fonte: Acervo CNDM/Arquivo Nacional apud SILVA, 2012)

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER. Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não-autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita o que mulheres já disseram no passado: " Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir as leis para as quais não tivemos voz nem representação"(Abigail Adams, 1776). Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos. Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as

aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eis o que nós, mulheres, reunidas em Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I - Princípios Gerais Para a efetivação dos princípios de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

1. Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;
2. Determine que a afronta ao princípio da igualdade constituirá crime inafiançável;
3. Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
4. Reconheça a titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos. Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio.

Esta carta, conforme relatório do CNDM, teve como responsáveis pela sua redação final as seguintes feministas brasileiras: Jacqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Linhares, Sílvia Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro.

II - Reivindicações Específicas Família. A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

1. A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder.
2. A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos.
3. A plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais
4. A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente.
5. Acesso da mulher rural à titularidade de terras em planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil.
6. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho.

7. A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista, usando por base o princípio constitucional de isonomia, deve garantir:

1. Salário igual para trabalho igual;
2. Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
3. Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, de forma plena, às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;
4. Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como: à garantia do direito à mulher gestante; extensão do direito à creche no local do trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;
5. Estabilidade para a mulher gestante;
6. Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;
7. Licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado;
8. Proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
9. Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
10. Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
11. Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres;
12. Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, com salário integral;
13. Direito de sindicalização para os funcionários públicos;
14. Salário-família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

1. O princípio 'a saúde é um direito de todos e dever do Estado' na especificidade 'mulher', deve garantir que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de coparticipação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

1.1 Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados; submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado.

1.2 O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos.

2. Garantia de assistência integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres. 3. Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais, que atentem contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população.

3.1 Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação, por empresas nacionais ou multinacionais.

4. Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

5. Será vedado ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedado ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6. Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo.

7. Será garantido à mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio.

8. O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos.

9. Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10. É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e ao momento específico de sua história de vida.

Educação e Cultura

1. A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária.

1.1 A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro.

1.2 O ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde a educação básica.

2. A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado responsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança.

2.1 É dever do Estado combater o analfabetismo.

3. Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção.

3.1 Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exercem o seu trabalho, visando a qualidade do ensino.

4. O Estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais.

5. Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional.

6. É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária.

6.1 O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial.

7. O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão; a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desde que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios.

8. Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

1. Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.

2. Consideração do crime sexual como "crime contra a pessoa" e não como "crime contra os costumes", independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.

3. Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, ou do local em que ocorra.

4. A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

5. Será eliminada da lei a expressão "mulher honesta".

6. Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.

7. Será punido o explorador ou a exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.

8. Será retirado da lei o crime de adultério.

9. Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.

10. A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá se realizar mediante laudo emitido por qualquer médico da rede pública ou privada.

11. A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.

12. Criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

Questões nacionais e internacionais

1. Garantia de integração, ao texto constitucional, dos Tratados e Convenções internacionais dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento.
2. Reforma agrária com a distribuição de terras aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários.
3. Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.
4. Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios.
5. Liberdade e autonomia sindicais.
6. Direito de greve extensivo a todas as categorias profissionais.
7. Política responsável de proteção ao meio ambiente.
8. Política de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional
9. Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vêm sendo submetidas.
10. Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva.
11. Acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo.
12. Paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra a corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil.
13. Política externa baseada no princípio de atuo-determinação dos povos e de não-ingerência, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional.
14. Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.

15. Política de não-relacionamento de qualquer espécie com países que praticam o preconceito racial.

ANEXO II
LISTA DAS EX-PRESIDENTAS DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
MULHER (CNDM)

No período de 1985 a maio de 2016

1º mandato (1985-1986) - Ruth Escobar – Atriz e Produtora Teatral – foi Deputada Estadual do Estado de São Paulo pelo PDT.

2º mandato (1986-1989) – Jacqueline Pitanguy de Romani – Socióloga, militante feminista e Presidenta da CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação e atual Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

3º mandato (1989-1992) – SYLVIA MARIA VON ATZINGEN VENTUROLI – advogada.

4º mandato (1993-1995) – HERILDA BALDUINO DE SOUSA – Advogada - Presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica.

5º mandato (1995-1999) – ROSISKA DARCY DE OLIVIERA – Advogada e Escritora e Membro da Academia Brasileira de Letras

6º mandato (1999-2002) – SOLANGE BENTES JUREMA – Procuradora Geral Aposentada do Estado de Alagoas Em abril de 2002 assumiu o cargo de Secretária Nacional dos Direitos da Mulher do Ministério da Justiça.

7º mandato (2003-2004) – Ex-Ministra da SEPM EMÍLIA TEREZINHA XAVIER FERNANDES – Foi vereadora por três mandatos em Santana do Livramento/RS e em 1994, primeira senadora eleita pelo Rio Grande do Sul. Em 2007 foi Deputada Federal pelo PT do estado do Rio Grande do Sul 2007. Atualmente é filiada ao PCdoB, integrante do Comitê Central do PCdoB no Estado do Rio Grande do Sul. E Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul do Brasil.

8º mandato (2004-2010) – Ex-Ministra da SPM NILCEA FREIRE – Médica. Foi Reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Coordenou 1ª e a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II).

9º mandato (2011-2012) – Ex-Ministra da SPM IRINY LOPES – Foi Deputada Federal pelo PT. Coordenou 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, responsável pelo fortalecimento e atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

10º mandato (2011-2016) – Ex-Ministra da SPM ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA. Socióloga. Foi Pró-Reitora da UNIFESP. Em processo de organização e coordenação da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

ANEXO III

Trechos da entrevista que a ex-ministra Eleonora Menicucci concedeu ao Portal Brasil, no dia 08/03/2016. Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

PORTAL BRASIL Em 13 anos da Secretaria de Política para as Mulheres quais medidas mais ajudaram a mudar a vida das mulheres?

ELEONORA MENICUCCI Desde que Lula e o governo de coalização ganharam as eleições e tomou o poder uma das pautas fundamentais foi avançar nas políticas para as mulheres. Posso enumerar todas essas políticas. Primeiro a construção dessa secretaria como equipamento público. Esta secretaria foi e é referência para o mundo e para o País. Vários Estados criaram secretarias similares em função da secretaria nacional, essa foi a maior conquista do movimento de mulheres e do movimento feminista.

PORTAL BRASIL Quais políticas foram Portal Brasil desenvolvidas?

ELEONORA MENICUCCI Desenvolvemos uma política consolidada de enfrentamento da violência das mulheres e temos marcos legais absolutamente eficazes e eficientes, que são a lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Lula, e a lei do feminicídio, sancionada pela presidenta Dilma. Hoje temos o programa “Mulher Viver sem Violência”, que integra todos os serviços necessários para acabar com a via-crúcis da mulher em busca de auxílio: delegacia especializada de mulheres, juizados especializados, ministérios públicos, defensorias, renda e apoio psicossocial, que são as Casas da Mulher Brasileira.

PORTAL BRASIL A Casa da Mulher está em atividade em quais cidades? Outras serão inauguradas?

ELEONORA MENICUCCI Temos duas em funcionamento (em Campo Grande e Brasília), inauguraremos a terceira em Curitiba em 29 deste mês e a quarta em São Luiz, até 14 de abril.

PORTAL BRASIL Quais outras ações fortaleceram a mulher?

ELEONORA MENICUCCI Temos uma rede consolidada de enfrentamento da violência que envolve casas abrigo. Essas casas abrigo têm todos os serviços necessários à mulher e universalizamos o acesso das mulheres em situação de violência aos serviços.

PORTAL BRASIL E as unidades móveis (Ônibus da Mulher) estão ajudando a conter a violência?

ELEONORA MENICUCCI Entregamos dois ônibus para cada Estado. Esses ônibus levam a todo o País o serviço de prevenção, promoção da mulher e ajudam no resgate a mulheres em situação de violência. Até esses ônibus entrarem em atividade não existia nenhuma denúncia no 180 sobre a violência das mulheres no campo e nas florestas. Temos também uma parceria com a Caixa Econômica para usar os barcos agências da Caixa para levarmos esses mesmos serviços (da Casa da Mulher e do Ônibus da Mulher) para as mulheres da população ribeirinha. No ano passado navegamos todo o arquipélago da ilha de Marajó.

PORTAL BRASIL Qual foi o efeito dessas ações?

ELEONORA MENICUCCI Mudamos a cultura da violência. Hoje não existe mais passividade em relação a essa cultura da violência.

PORTAL BRASIL Qual a importância do serviço 180?

ELEONORA MENICUCCI O 180 era Ligue 180 e transformamos em Disque 180. Isso porque antes as mulheres reclamavam da demora da solução dos seus problemas e com o Disque 180 houve uma mudança: a denúncia passou a ser automaticamente transformada em boletim de ocorrência e, portanto, num processo

linkado aos órgãos de segurança, ao Ministério Público e aos juizados especializados.

PORTAL BRASIL Há resultados disso?

ELEONORA MENICUCCI Houve um avanço enorme a ponto de no último relatório do 180, do ano de 2014, termos mais de 17% de denúncia de cárcere privado de mulheres para fins de exploração sexual. Essas denúncias foram feitas por vizinhos e por pessoas de rua que desconfiaram e fizeram a denúncia.

PORTAL BRASIL E na política, como aumentar a representatividade das mulheres?

ELEONORA MENICUCCI Na área da política é onde temos mais dificuldades porque há um vácuo muito grande da representação política das mulheres nos parlamentos. Não podemos conviver e aceitar passivamente com somente 9,8% de representação feminina no parlamento. Temos uma política com o fórum de partidos políticos de incentivar as candidaturas femininas, tanto no âmbito municipal e estadual como na esfera federal e a cargos executivos e legislativos.

PORTAL BRASIL Qual é a importância da 4ª Conferência Nacional das Mulheres?

ELEONORA MENICUCCI O slogan da quarta conferência é “Mais poder, mais direito e mais participação”. Consideramos que as mulheres avançaram, se desenvolveram, cresceram e tomaram seu protagonismo. Mas quanto mais as mulheres são protagonistas da sua história mais e maiores são os desafios.

PORTAL BRASIL Quais são esses desafios?

ELEONORA MENICUCCI Os desafios de hoje são garantir as conquistas no âmbito dos direitos e das políticas públicas para as mulheres. Não permitir retrocesso no âmbito do conservadorismo, do comportamento, das atitudes, da escolha de vida e avançar para podermos fazer isso com mais poder, mais direitos para as mulheres e mais participação política em todas as esferas.

PORTAL BRASIL A política atual é muito centrada na violência?

ELEONORA MENICUCCI Não é que a política prioritária seja a do enfrentamento da violência. É, sim, que um dos problemas mais lamentáveis que as mulheres sofrem é o da violência sexual, o estupro, o assédio sexual, o assédio moral no trabalho e a violência doméstica. Isso tem feito com que as mulheres denunciem mais. Elas estão acreditando mais nas políticas públicas e na sua eficiência.

PORTAL BRASIL A violência contra a mulher está aumentando?

ELEONORA MENICUCCI Eu acho que não. O que acho é que a violência está mais cruel, com requintes de crueldade, há os estupros coletivos, tem havido várias formas de violência físicas. Mas o que tem acontecido é que as estatísticas estão mais confiáveis e as mulheres estão mais confiantes e estão denunciando.

PORTAL BRASIL A lei do feminicídio completa um ano. A partir disso, o que esperar?

ELEONORA MENICUCCI Eu espero muitas condenações. As condenações que tivemos neste primeiro ano foram exemplares.

PORTAL BRASIL Qual é a mensagem neste Dia da Mulher?

ELEONORA MENICUCCI Eu tenho uma mensagem simples de uma mulher que é mãe e avó e que venceu na vida: minhas queridas mulheres brasileiras, não convivam nunca com nenhum tipo de violência que as agridam, que as subordinam e que tira o seu direito de decidir do rumo de suas vidas. Não convivam com a falta de respeito, denuncie. Denuncie tudo o que achar que é falta de respeito com a escolha da sua vida. Seja você a cada dia e a cada hora e em cada escolha que fizer e exija respeito. E também quero dizer que o governo brasileiro da presidenta Dilma, a primeira presidenta eleita e reeleita está do seu lado. Estamos todas juntas.

Uma só é muito pouco, juntas somos muitas e não admitiremos nenhum tipo de qualquer violência.

ANEXO IV

Entrevista na íntegra, com a ex-ministra da SPM, Nilcéa Freire, retirada da tese de doutorado de Fabrícia Faleiros Pimenta, intitulada “Políticas Feministas e os Feminismos na Política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)”.

- Nome completo da entrevistada: Nilcéa Freire
- Profissão: Professora Universitária / Ministra de Estado
- Local de realização da entrevista: Via N1 Leste S/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos 3 Poderes. Zona Cívico-Administrativa. Brasília, DF.
- Data e horário: 04 de Novembro de 2010, 17h

FABRÍCIA PIMENTA Eu queria, por favor, que a senhora descrevesse seu currículo de uma forma breve até chegar à Presidência do Conselho, ao posto de Ministra.

NILCÉA FREIRE Eu sou formada em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sou Mestra em Zoologia e sou professora da Faculdade de Medicina da minha universidade desde 1980, da UERJ. Na UERJ eu fui diretora. Além de professora, eu cumpri uma carreira acadêmica e depois uma parte do meu trabalho, na UERJ, eu entrei para área política de administração da universidade. Então, eu fui diretora de planejamento da universidade, depois eu fui vice-reitora e fui eleita reitora da universidade no ano de 2000. Então, eu cumpri o mandato de 2000 a 2003 e, em 2004, o Presidente me convidou para assumir a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA Como foi esse convite para Secretaria? Porque antes era a Emília Fernandes a Ministra. Como surgiu esse convite?

NILCÉA FREIRE O Presidente Lula, ele fez sua primeira reforma ministerial e foi justamente no começo de 2004. E ele resolveu mudar também a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pelas razões que são razões que não cabe aqui eu discorrer sobre elas. Ele pediu sugestões de nomes a pessoas e meu nome acabou

sendo apontado a ele e eu fui convidada. Foi uma coisa mais ou menos inesperada para mim porque tinha acabado o meu mandato na reitoria da universidade e não esperava receber um convite dessa natureza.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo por ser ligado à política para as mulheres, ou não?

NILCÉA FREIRE Primeiro por ser evidentemente uma honra para qualquer pessoa ocupar um cargo de Ministro no governo, que tinha um ano de assunção o governo do Presidente Lula. Nunca imaginei isso, nem trabalhei para isso. E, depois, evidentemente, a minha militância, ela sempre foi uma militância acadêmica e a minha vida profissional toda ligada à educação e à saúde. Eu nunca militei num movimento de mulheres, num movimento feminista. Minha participação política sempre foi de outra natureza, portanto me surpreendeu o convite em função disso.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora sofreu muita resistência no começo, quando assumiu?

NILCÉA FREIRE Veja bem, não tive tempo para sentir isso porque quando o Presidente Lula me convidou, eu recebi esse convite num dia, no dia seguinte eu tomei posse. Isso foi numa sexta-feira, na quarta-feira eu estava recebendo a Secretaria da ex-Ministra Emilia Fernandes e tinha que tocar o barco. Tinha uma Conferência convocada, um Conselho que tinha convocado essa Conferência em conjunto. Então, eu não tinha muito tempo para pensar nessas resistências não. Eu sempre tive muita clareza que o Presidente queria de mim e o que ele esperava que eu fizesse, era que eu fizesse uma boa gestão. Então, eu vim aqui para fazer a gestão da Secretaria. Eu nunca me coloquei no papel de uma teórica feminista, nunca me coloquei no papel de uma feminista histórica, mas me coloquei no papel de uma mulher com sensibilidade suficiente e com experiência de gestão capaz de fazer com que as vozes das mulheres pudessem ser ouvidas e incorporadas e sua agenda incorporada na agenda nacional. E foi isso que a gente trabalhou para fazer. Então, eu cheguei e aqui tinha uma Conferência convocada. Tinha que acontecer em junho em primeiro lugar, A gente adiou para julho e aí foi, de lá para cá, foram 24 horas, praticamente, de trabalho por dia. Quer dizer, nós transformamos, eu tenho

muito orgulho de dizer isso, sem nenhuma modéstia, porque não é um trabalho de uma pessoa, é um trabalho coletivo, nós conseguimos transformar uma ideia num Ministério. Acho que isso é um avanço importantíssimo e durante todo esse período o trabalho conjunto com o Conselho foi muito importante.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era a situação do Conselho quando a senhora assumiu?

NILCÉA FREIRE Veja bem, para contar a história do Conselho nesse período é preciso entender o processo como um todo. Na verdade, quando eu assumi a Secretaria, eu entendo que eu completei, até o ano de 2006, a transição do Conselho porque a Secretaria de Política para as Mulheres ela, na verdade, não é sucessora do antigo Conselho de Direitos da Mulher. Ela é uma outra coisa, ela vem preencher uma demanda que o movimento feminista brasileiro sempre fez do Estado, que foi ganhar uma institucionalidade que permitisse transformar a pauta feminista numa agenda política, numa agenda de política pública e só uma institucionalidade com reais funções executivas poderia cumprir esse papel. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher, ele vivia uma ambiguidade que, dependendo do período que você olhe, ela está mais presente ou menos presente, algumas dimensões que existiam dentro do Conselho. Porque o Conselho carregava consigo uma função de representação da sociedade, uma função, portanto, de demandante, uma função reivindicatória frente o governo, ao mesmo tempo que era o órgão instituído no governo e nomeado integralmente pelo governo.

FABRÍCIA PIMENTA Sem caráter executor, mas assumindo essa função?

NILCÉA FREIRE É. Então, ele tinha uma ambiguidade política muito forte. Portanto, o seu caráter de representação, o seu caráter reivindicatório, ele aumentava ou diminuía dependendo da correlação de forças políticas que existiam dentro do próprio Conselho. Acho que houve gestões que foram eminentemente reivindicatórias e políticas e representativas da sociedade, como foi a gestão da Jacqueline, que promoveu toda a movimentação das mulheres na Constituinte e esse é um marco histórico importantíssimo no Brasil. Então, nós herdamos o Conselho ainda com essa ambiguidade. Foi preciso um tempo de convívio entre

essa nova institucionalidade chamada Secretaria e o Conselho, que trazia dentro dele toda a sua história, mas que era um outro Conselho. Como é que se fazia, então, essa relação entre esses dois entes? Como é que se estabeleceria esse vínculo que, ao mesmo tempo, era um vínculo que se quisesse fazer sem fazer uma subordinação. Então, a primeira conformação do Conselho, que foi a primeira de 2003 até 2006, ela foi, eu diria, uma etapa de transição, onde ainda nós tínhamos um Conselho que, cujos integrantes, eram as integrantes apontadas integralmente pelo governo federal. A mudança do regimento e a mudança do estatuto legal do Conselho, que é o Conselho atual, redefiniu isso, porque a gente passa a ter as entidades que compõem o Conselho. Elas deixam de ser, de ter assento cativo, e elas passam a ser eleitas para compor o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora falou na mudança marco legal, a mudança no regimento e houve também a mudança do caráter de deliberativo para consultivo do Conselho.

NILCÉA FREIRE Exatamente. É. Quando o Conselho ele passa a ser vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres é isso que eu digo, quer dizer, são duas institucionalidades que se estabelecem a partir de uma institucionalidade, que era o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Teve a Secretaria de Estado de Direitos das Mulheres, que teve uma vigência de dois meses, foi um passo importante; mas ela não chegou a se constituir enquanto uma institucionalidade que pôde fazer alguma coisa. Então, quando o Conselho, quando você cria uma institucionalidade com real papel executivo, o Conselho passa a ter um papel consultivo e que traduzia essa ambiguidade. Eu, desde o início da minha gestão, a primeira reunião que eu fiz, eu propus que o Conselho deliberasse, porque cada decisão que o Conselho toma, até para se aconselhar o governo, há uma deliberação. Então, essa questão da natureza consultivo ou deliberativo era parte dessa ambiguidade. Quer dizer, nós restauramos o caráter deliberativo do Conselho na reforma que nós fizemos no Conselho posteriormente. Porque? Porque o Conselho é deliberativo no seu âmbito e o âmbito dele é o controle social.

FABRÍCIA PIMENTA Por ele estar completamente vinculado à Secretaria, entenda como uma provocação o que eu vou falar agora, ele não seria um órgão apenas de assessoramento da Secretaria? Ele continua tendo esse poder de influenciar, ou de controle social, em relação às políticas promovidas pelo governo ou ele passa a ser um apenas um órgão de assessoramento?

NILCÉA FREIRE Não, porque o Conselho ele tem a maioria da sociedade civil. A composição do Conselho, aliás, eu acho que talvez seja o único Conselho, que ele não tem nem caráter paritário, ele é majoritariamente composto pela sociedade civil, então, se tiver uma deliberação majoritária do Conselho numa direção diferente do governo, ela vai ser cumprida pelo Conselho. Então, ele não é um órgão simplesmente de assessoramento.

FABRÍCIA PIMENTA Existe essa preocupação em aceitar as deliberações do Conselho?

NILCÉA FREIRE Veja bem, nós sempre trabalhamos, e eu espero que assim continue, de maneira muito harmônica com o Conselho. Sempre foi uma relação muito respeitosa, nós nunca tentamos impor ao Conselho, mas sempre trabalhamos em parceria com o Conselho. Fizemos as duas Conferências Nacionais, o Conselho participa de todas as instâncias de deliberação. Por exemplo, o comitê de monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem representação do Conselho. Então, o Conselho ele é nossa interface com a sociedade civil. Sempre, todas comissões que nós formamos, nós sempre colocamos a representação do Conselho, porque o Conselho faz essa interface. Então, mas eu confesso que me preocupa isso, quer dizer, nós vivemos uma conjuntura política muito favorável nesse período, onde realmente a convivência entre Secretaria e Conselho foi super harmônica. Podíamos ter tido dificuldades. Eu, particularmente, quando nós fizemos a reforma, a reformulação do Conselho, de 2006 para 2007, eu particularmente propus que a Presidência do Conselho não fosse mais ocupada pela Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, que a Presidência pudesse ser eleita para que o Conselho pudesse ter mais autonomia e o Conselho majoritariamente entendeu que não. Foi, inclusive, com o apoio e com voto da

sociedade civil que essa proposta que eu fiz foi derrubada. O que se colocou na balança? Que era mais importante para o Conselho ter o peso da Secretaria, o apoio político da Secretaria nesse momento do que uma suposta autonomia.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo porque essa autonomia, ela sempre foi relativa. E sem recurso financeiro, sem recurso tecnológico e sem recurso humano...

NILCÉA FREIRE Agora é muito importante que a gente veja porque isso não é uma questão só desse Conselho. Nós temos vários Conselhos no âmbito nacional, temos Conselhos no âmbito estadual e municipal. Conselhos de direitos de uma maneira geral. À medida que o Estado, através dos governos, assume determinadas agendas enquanto políticas públicas, os Conselhos, eles passam a ter como papel mais relevante o controle social. E tende a cessar essa ambiguidade entre serem órgãos subsidiários do governo com algum poder executivo e serem controle social. Esta estrutura ainda persiste nos Estados. Por exemplo, o Estado de São Paulo não tem nenhum organismo executivo para cuidar das políticas para as mulheres. Tem lá o Conselho da Condição Feminina exatamente tendo a mesma ambiguidade política que existia no Conselho Nacional. Então, esse passo é muito importante, a estruturação e por isso que eu digo que não é uma questão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A estruturação no Brasil, de um controle social forte, é extremamente importante para o próprio projeto político e democrático de transformação social do país. A democracia, o equilíbrio entre a democracia representativa e a democracia participativa, ou democracia direta como querem alguns, se dá através da estruturação da sociedade civil, através de Conselhos, através de organismos de participação. Portanto, eu acho que o que aconteceu durante esses 8 anos do governo Lula, que foram as Conferências, a incorporação das pautas precisa avançar no sentido também de melhor estruturação dos organismos de controle social.

FABRÍCIA PIMENTA Como é o cotidiano do vivenciado no Conselho? Qual é o grau de frequência que vocês se reúnem? A senhora participa de todas as reuniões?

NILCÉA FREIRE Participo praticamente de todas as reuniões. O Conselho costuma ter uma reunião a cada dois meses. Essa é a frequência de reuniões, ou quando há necessidade, se faz uma reunião extraordinária. O Conselho, a partir dessa reformulação que foi feita, passou ter câmaras técnicas permanentes, porque é necessário que as pautas tenham continuidade para além das reuniões ordinárias. Nós temos uma secretaria executiva e, pouco a pouco, nós fomos, também com o próprio reforço da musculatura da Secretaria, nós também pudemos reforçar a musculatura do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também dar mais estrutura para ele.

FABRÍCIA PIMENTA Como é o relacionamento com os Conselhos estaduais e municipais?

NILCÉA FREIRE É muito heterogêneo. Eu diria, de uma maneira geral, o relacionamento é muito bom, mas ele não se dá prioritariamente através do Conselho. Se dá através da Secretaria. Por isso que eu te digo, quer dizer, essa passagem de um órgão executivo para um organismo de controle social, ela foi feita de alguma maneira. Mas, em alguns aspectos ainda não. Por quê? Porque o Conselho, ele não ficou sendo a referência. A referência acaba sendo a Secretaria para os outros Conselhos, acaba sendo a Secretaria. Nós, no ano passado, fizemos uma reunião de todos os Conselhos. Pouco a pouco isso vai sendo trabalhado. Mas é muito heterogênea a situação dos Conselhos. Existem Conselhos com função executiva, existem Conselhos que são nomeados integralmente no poder executivo. Então a sua, inclusive incidência política, é muito heterogênea no âmbito dos Estados.

FABRÍCIA PIMENTA Quando a gente fala do Conselho você percebe uma certa, não vou dizer resistência, mas um certo desconhecimento das pessoas em relação ao Conselho, à essa invisibilidade política do Conselho, principalmente após a criação da Secretaria. Ao que a senhora acha que atribui isso, essa invisibilidade?

NILCÉA FREIRE Veja bem, quando se cria, aí não é nem só no âmbito federal, os organismos a nível do executivo, que têm poder para a execução de políticas

públicas, não só de formulação, não só de aconselhamento, mas de execução de políticas públicas, os Conselhos, eles têm que se adaptar e assumir, de fato, um papel de controle social e ganhar visibilidade a partir dessa prática de controle social. Isso ainda é muito novo do ponto de vista do tempo político, do tempo histórico, ainda é muito novo. Acho que esse exercício ainda precisa se completar. Eu não vejo uma invisibilidade do Conselho. Na verdade, o que eu vejo é uma mudança no seu caráter e, evidentemente, a assunção, por parte do governo, de uma pauta que era reivindicatória e passa a ser uma agenda pública, de política pública.

FABRÍCIA PIMENTA Os movimentos feministas não são homogêneos e não existe uma agenda feminista. Houve uma pluralização muito grande dos movimentos feministas, especialmente depois da década de 90, com a criação de diversas ONG's. Não tem como afirmar uma pauta feminista, uma agenda feminista homogênea, comum. Você tem algumas demandas, como por exemplo, o enfrentamento da violência, que acredito que seja uma pauta comum, de todos. Mas você não pode afirmar que exista uma coesão dos movimentos feministas. Isso pode ser um entrave?

NILCÉA FREIRE Não. É o contrário. Eu acho que o movimento feminista, a luta feminista, ela foi profundamente vitoriosa. Porque que ela foi vitoriosa? O movimento feminista, a luta feminista se alicerça em cima de um ideário, que um ideário libertário e, o que estava restrito a um movimento exclusivo, um movimento com determinadas características, conseguiu se capilarizar na sociedade. Então, hoje, eu tenho o movimento das trabalhadoras rurais que incorpora o ideário feminista na sua luta. Ele não é um movimento que surge ou que se estrutura a partir da luta feminista, da luta libertária feminista, mas ele incorpora o ideário feminista. Você tem hoje diferentes movimentos no âmbito sindical com o ideário feminista incorporado. Você tem o movimento da economia solidária. Então, essa é uma grande vitória e isso significa, também, a diversificação da pauta e da agenda, porque o mundo se tornou muito mais complexo, não é? A segunda, a terceira, a quarta, a quinta, a décima onda feminista (risos), quando surgir, não poderá ser a mesma. Eu, hoje, acho que nós temos desafios a cumprir a partir de um ideário feminista que não são

os mesmos desafios que nós tínhamos na década de 70 evidentemente. É preciso que a gente se situe no tempo. É muito importante você ver, por exemplo, o deslocamento, isso talvez seja uma das coisas mais interessantes para serem estudadas pelas acadêmicas feministas, o deslocamento de um movimento, do ideário de um movimento que era basicamente de mulheres instruídas, de classe média urbana, para dentro de movimentos populares, movimentos sindicais, que têm outra natureza; mas que, ao incorporar esse ideário, também se transformam. Então, é fascinante observar isso. E eu acho que a gente vai precisar discutir isso na próxima Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo. Eu acho que o centro da discussão é o desenvolvimento e como é que nós podemos incidir sobre o processo de desenvolvimento na perspectiva de igualdade? Como é que a gente pensa num desenvolvimento sustentável e sustentado com igualdade entre os gêneros? Eu acho que esse é um enorme desafio, como também é um desafio para nós, nesse deslocamento, perceber que a desigualdade existe entre as mulheres. Quando nós falamos das mulheres brasileiras, por exemplo, nós estamos falando de muitas mulheres diferentes e desiguais entre si e que, portanto, a pauta feminista tradicional, se ela não for aliada e combinada à outras pautas, ela não dá conta de possibilitar que todas essas mulheres participem das conquistas e dos avanços.

FABRÍCIA PIMENTA Qual o papel que a senhora acredita que o Conselho tenha desenvolvido, tenha desempenhado ao longo de sua existência?

NILCÉA FREIRE Eu acho que o Conselho desempenhou, nos diferentes momentos, um papel importantíssimo. A própria criação do Conselho é um marco e marca justamente essa demanda por institucionalização, por institucionalidade que o movimento feminista sempre fez no Brasil. A Billa Sorge, ela fala de uma maneira muito interessante sobre isso, a diferença entre o movimento feminista brasileiro e o movimento feminista norte-americano, até mesmo o europeu. Ela coloca o movimento feminista brasileiro como movimento feminista republicano, que sempre demandou do Estado providências e institucionalidade, que sempre trabalhou para além dos direitos básicos individuais. Mas, até por que o desenvolvimento feminista no Brasil ele cresce também durante o processo de redemocratização do país, a luta

geral da sociedade, ela também foi absorvida pela luta das feministas. Então, há uma influência recíproca desses dois movimentos, dessas lutas.

FABRÍCIA PIMENTA Qual sua maior vitória em relação ao Conselho?

NILCÉA FREIRE Eu acho que foi, não só a minha, nesse período, que foi a própria realização das Conferências, que foram momentos extremamente importantes do ponto de vista de criar coesão entre as mulheres brasileiras. Uma enorme diversidade, a marca das duas Conferências, se a gente pode dizer que elas tiveram uma marca, muito forte, foi de sairmos das Conferências coesas e com uma pauta que nos permitiu ter o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA E a maior dificuldade?

NILCÉA FREIRE Eu acho que a grande dificuldade que ainda persiste é a discriminação, o preconceito e uma onda fundamentalista, que não é privilégio do Brasil, que cresceu no mundo. O governo Bush foi uma expressão importante disso e que tornou nossa vida, no âmbito das estruturas congressuais, muito difícil. Nós acabamos de ver agora, no processo eleitoral brasileiro, a tentativa de misturar religião com política. A questão dos temas como o aborto, como a questão das uniões homoafetivas, como tudo isso, como essa agenda mais progressista, ela acabou entrando na pauta de uma maneira enviesada e perversa. Então, essa talvez tenha sido a nossa maior dificuldade que foi um crescimento dessa onda fundamentalista que chegou a contabilizar no Congresso Nacional uma bancada de 199deputados.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acha que as chamadas questões de gênero elas tem um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

NILCÉA FREIRE Eu acho que cada vez ganham mais espaço. Eu acho que o governo Lula, sem dúvida, é um exemplo para ser seguido por muitos governos na América Latina e no mundo. A criação da Secretaria e o espaço que nós tivemos dentro do governo foi extremamente importante para isso. É muito interessante

observar o próprio discurso das autoridades masculinas nesse país, de 2003 e hoje, o quanto incorporaram essa temática da igualdade de gênero. E, agora, a eleição da primeira presidenta, eu acho que nós vamos ter um avanço muito significativo, porque essa pauta está colocada forçosamente.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir em uma palavra o Conselho, a senhora definiria como democracia, participação política ou controle social efetivo?

NILCÉA FREIRE Controle social, do ponto de vista que eu acho que tem que ser e de como ele está se estruturando.

FABRÍCIA PIMENTA Obrigada pela entrevista.

NILCÉA FREIRE De nada, querida.

ANEXO V

Discurso do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República, na Abertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004.

“Minha querida companheira Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, minha querida companheira Marisa, senhores embaixadores estrangeiros presentes neste ato, meus companheiros ministros e ministras, quero dizer para vocês que não tiveram a oportunidade de ver o espetáculo que eu vi, que nós vimos daqui da frente, os ministros sentadinhos aí, pela primeira vez se sentindo minoria absoluta num plenário, batendo palmas envergonhados, querendo dançar, mas com vergonha de dançar. **Eu espero que eles comecem a aprender, senão a ser minoria, pelo menos a serem iguais, porque não estávamos habituados a sermos iguais e sim a sermos maioria absoluta em tudo que fazíamos.** Minha querida Zezé Mota, minhas queridas companheiras Benedita da Silva e Emília Fernandes, minha querida companheira Clara Charf, em nome de quem eu quero homenagear as mulheres aqui presentes e todas as homenageadas. Eu acho que a Clara Charf tem uma especial participação na luta das mulheres em nosso país. Quero cumprimentar a nossa querida Serys, senadora, presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher, no Senado Federal. Quero cumprimentar a companheira Jandira Feghali, presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher, na Câmara dos Deputados. Quero cumprimentar os deputados federais, deputados estaduais, prefeitos. Quero cumprimentar a senhora Nilza Iraci, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, sobretudo, quero cumprimentar as delegadas que vieram para este Encontro. **Esta é a nona conferência de que eu participo nesses 18 meses.** Algumas, como esta, significam a primeira conferência nacional. E não fazemos isso apenas porque gostamos de participar de conferência, fazemos isso porque – eu dizia em toda a minha vida sindical e minha vida política – a maior obra que um governante pode deixar para o seu povo não é a quantidade de asfalto que ele fez ou a quantidade de salas de aula. **Mas é a relação que o Estado estabelece com a sociedade e a relação que a sociedade estabelece com o Estado.** Por isso, essas conferências são extremamente necessárias, porque o que for decidido por vocês e o que for transformado em projetos, em leis, decretos ou medidas provisórias, amanhã ninguém poderá dizer que é uma obra desse ou

daquele cidadão ou dessa ou daquela cidadã, mas terá que dizer que é o resultado de uma conferência que trouxe a experiência de centenas de conferências que vocês fizeram nas cidades, dezenas nos estados e que, portanto, vai balizar o comportamento de todo o conjunto do governo, através da nossa ministra Nilcéa, para que a gente possa aperfeiçoar as políticas de gênero no nosso país. Portanto, abrir esta Conferência Nacional é uma experiência que me orgulha e me alegra, porque renova o compromisso que assumi, desde meus tempos de líder sindical, com a luta das mulheres. Eu me lembro como se fosse hoje, o primeiro Congresso das Mulheres Metalúrgicas que realizamos em janeiro de 1978, em São Bernardo do Campo. Aqui neste evento podemos contar mais de duas mil mulheres que fazem parte dos movimentos sociais, das entidades sindicais, das organizações não-governamentais ou dos diferentes órgãos do governo em que trabalham um espaço para a conquista de seus direitos. **Vocês trazem até Brasília o que foi debatido em mais de duas mil plenárias municipais ou regionais, e também nas conferências realizadas em todas as 27 unidades da Federação. Trazem, acima de tudo, resultados de uma discussão da qual participaram mais de 120 mil mulheres em todo o território nacional.** É por essa intensa mobilização, por essa vontade de contribuir com a elaboração de uma política pública para a questão de gênero, que vejo em vocês uma capacidade extraordinária para reverter a dívida histórica que o Brasil tem com a mulher brasileira. Várias gerações de brasileiras e brasileiros foram educados segundo uma cartilha que relegava a papel secundário, ou a nenhum papel, as mulheres do nosso país. Felizmente essa mentalidade já mudou e mudou muito. E mudou principalmente graças à mobilização das próprias mulheres que em diferentes espaços da sociedade, lutaram, ao longo da história, para conquistar direitos e ampliar a consciência política da nossa população. Na luta contra a escravidão, por exemplo, nós tivemos destacadas abolicionistas como Chiquinha Gonzaga. No início do século XX, uma greve de costureiras deflagrou uma série de movimentos em favor da jornada de 8 horas de trabalho no nosso país. Em 1917, as mulheres conquistaram o direito de ingressar no serviço público. Em 1919, a Conferência do Conselho Feminino da OIT aprovou o salário igual para trabalho igual, destacando-se a participação de duas brasileiras no evento: Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira. Em 1933, Carlota Pereira Queiroz tornou-se a primeira deputada brasileira. Um ano mais tarde, a Assembleia Constituinte assegurou o

princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino, a regulamentação do trabalho da mulher e a equiparação salarial com os homens. Isso para não falar da luta contra a ditadura, principalmente o forte movimento pela Anistia, que contou com intensa participação e liderança de valorosas mulheres brasileiras. Sei que praticamente todas vocês aqui presentes desempenharam, e desempenham, papéis importantíssimos nessas batalhas, fazendo a sociedade e o Estado reconhecerem suas conquistas. Minhas amigas, minhas queridas companheiras de luta. É preciso ter sempre em mente qual é a situação da mulher brasileira hoje. Importantes espaços nas empresas privadas e na vida pública já deixaram de ser exclusividade masculina. Ao contrário de antes, por exemplo, as mulheres passam mais anos estudando do que os homens. Há, contudo, graves problemas que continuam atingindo negativamente as brasileiras do Oiapoque ao Chuí. **Mesmo quando têm igual escolaridade, o salário médio das mulheres é bem inferior ao dos homens. E, se a mulher for negra, o salário é menor ainda. Infelizmente, também encontramos empregadores que, a esta altura da história, preferem funcionários do sexo masculino somente porque as mulheres podem ficar grávidas.** Temos hoje, de acordo com dados do IBGE, 15 milhões de lares chefiados por mulheres. Em apenas 1 milhão e meio desses lares, ou seja, um em cada dez, as mulheres contam com a ajuda de um companheiro para o sustento da família. Nos demais casos, elas dependem apenas da própria fibra para realizar o verdadeiro milagre que é encontrar um modo de sobrevivência digno para si e sua família. Ao mesmo tempo, as mulheres continuam sendo vítimas constantes da violência. **Pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou, em 2001, dados estonteantes sobre este tema. Mostrou que uma em cada três brasileiras já havia sofrido, ao menos uma vez na vida, algum tipo de violência física.** E que na grande maioria dos casos, o agressor estava dentro de sua própria casa. Eram maridos, ex-maridos, namorados ou ex-namorados, entre outros. **Minhas amigas, desde que assumi a Presidência da República, tenho me empenhado, tomando medidas efetivas, para mudar essa situação, em parceria com os movimentos de mulheres.** Nestes 18 meses, conseguimos alguns avanços significativos, entre os quais vou destacar os seguintes. Nossa primeira ação foi **transformar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que era vinculada ao Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente**

subordinada à Presidência da República e com status de Ministério. No que se refere à questão da violência, criamos no ano passado o **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher.** Por meio dele, buscamos não apenas punir o agressor, mas, principalmente, criar mecanismos de conscientização que previnam e evitem a agressão. **Em relação à violência doméstica, criamos em março passado um grupo de trabalho interministerial, que está atuando intensamente, envolvendo as Secretarias de Políticas para Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos do governo federal.** Sancionei também, no final de 2003, uma **lei que obriga todas as unidades de serviços de saúde, públicas ou privadas, a notificarem os casos atendidos de violência contra a mulher.** Na verdade, eu hoje de manhã tive a preocupação de ligar para o meu ministro Humberto Costa, e essa lei já foi regulamentada, não foi publicada porque teve alguns erros. Disse-me o ministro Humberto Costa, que ela está na Casa Civil para fazer os acertos e ser publicada, mas que todos os formulários já estão prontos para que, na área da saúde, esse problema seja efetivamente solucionado. Em parceria com 5 estados brasileiros, já **capacitamos 2 mil profissionais de 150 delegacias especializadas no atendimento à mulher.** Ao mesmo tempo, estamos olhando com especial atenção para as mulheres que vivem e trabalham no campo. Lançamos em maio o **Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.** Com ele, as assentadas da reforma agrária e as agricultoras familiares estão conquistando o direito de ter seus documentos básicos, como certidão de nascimento, CPF, carteiras de identidade e de trabalho. Esse tipo de ação é extremamente importante. Ter os próprios documentos é uma das conquistas básicas da cidadania. Sem eles, as pessoas não conseguem existir oficialmente, tornam-se praticamente invisíveis para o Estado brasileiro. No caso específico das mulheres do campo, a documentação permitirá também o acesso aos benefícios sociais do governo, principalmente políticas sociais como o Bolsa Família. **Com o PRONAF-Mulher, as agricultoras familiares podem pegar financiamentos do governo federal para investir na produção e pagá-los em até 8 anos. Agora, não é só o marido que pode pegar o crédito.** Mesmo que ele já tenha um financiamento, a mulher pode obter outro para fazer o seu próprio investimento na produção.

É importante Nilcéa, e é importante vocês ficarem atentas, porque nós criamos isso no ano passado e, possivelmente, não teremos feito a comunicação adequada. E nós não tivemos a procura, no Banco do Brasil, no BNB e no Basa, que nós imaginávamos que fôssemos ter. E, possivelmente, o erro esteja em nós mesmos, talvez esteja no próprio movimento sindical rural, porque a gente não orientou corretamente a família de como proceder para que tanto o homem quanto a mulher, ou o filho de 18 anos, pudessem ter acesso ao financiamento do Pronaf. Vocês sabem que na safra 2003/2004, nós liberamos 83% do dinheiro que nós colocamos à disposição. Foi a primeira vez que o PRONAF virou nacional, sobretudo na região Norte e Nordeste, onde praticamente as pessoas não tinham acesso ao dinheiro, porque muitas vezes os gerentes dos bancos não estavam preparados para atender o trabalhador mais humilde. E nós, este ano, colocamos 7 bilhões à disposição e nós queremos que os 7 sejam contratados, e eu disse, num encontro com os dirigentes sindicais, que não faltará dinheiro para financiar a agricultura familiar, que é responsável por grande parte da produção dos alimentos que nós comemos neste país. O governo também inovou, em outubro de 2003, ao **reconhecer direitos da mulher assentada em projetos de reforma agrária que antes vinham sendo ignorados**. Criamos, por exemplo, a titularidade conjunta da terra. Quando uma família é, hoje, beneficiada com um lote em assentamento rural, a escritura sai em nome do marido e da mulher, e não apenas em nome do marido, como era antes. O compromisso do Brasil em relação às questões de gênero também está presente na nossa política externa. **O nosso país é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**, aprovada pela ONU. Ela é uma verdadeira Carta Magna dos Direitos das Mulheres. **Mas foi só em 2003**, durante nosso governo, **que o Brasil enviou ao Comitê da Convenção o seu primeiro relatório de ações no sentido de cumprir a pauta da convenção**. Com isso, demonstramos a todo o mundo que o tema é parte central da agenda do nosso governo. Minhas queridas companheiras, minhas queridas amigas, O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que todas vocês estão ajudando a construir aqui neste momento, vai significar um grande salto de qualidade nessa caminhada. Esse plano estabelecerá um conjunto de ações permanentes, tornando ainda mais eficaz a política de gênero em todos os ministérios e outros órgãos do governo federal.

Quero dar os meus parabéns à companheira ministra Nilcéa Freire pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e a todas vocês que construíram esse belo momento. E quero também dar um destaque especial a uma decisão que, certamente, tem o dedo das mulheres brasileiras. O programa Bolsa Família que distribui o projeto Fome Zero e Bolsa Escola num único projeto. Hoje, **93% de todo o dinheiro do Bolsa Família é entregue diretamente para as mulheres**, porque nós partimos do pressuposto de que quando o dinheiro chega na mão da mulher, será cuidado com mais carinho e gasto com mais eficácia, sem desvio, para que ele cumpra a sua finalidade. Eu quero desejar a vocês que esta Conferência possa contribuir de forma muito concreta para avançarmos nessa luta, que é libertar as mulheres, na verdade, libertar a todos nós. A Nilcéa falou de uma conversa que nós tivemos, quando eu pedi ousadia. **Eu me lembro que em 1978, quando fizemos o primeiro congresso das metalúrgicas, eu disse que a conquista dos espaços políticos das mulheres e que a liberdade que tanto as mulheres buscavam, não seria obra de nenhum governo e muito menos dádiva, mas seria conquista da organização das próprias mulheres.** Esta Conferência, além de juntar gente do Brasil inteiro, gente com as mais diferentes experiências nos poderes Executivo, no Legislativo, no movimento sindical, no movimento social, nas igrejas, em tantos outros organismos institucionais e não institucionais, precisa sair daqui com uma consciência muito maior, sobretudo, vocês mulheres, que aprenderam muito mais do que nós e que sabem ter paciência. As mulheres não precisam nem gritar, as mulheres, diferentemente de nós, não precisam nem esbravejar, porque todos nós, por mais bravos que sejamos, sabemos que de vez em quando precisamos reconhecer que, na maioria das vezes, as nossas companheiras têm razão no relacionamento que têm conosco. É essa paciência que precisa encontrar em vocês a certeza de que o que nós estamos fazendo no Brasil neste momento, é tentando construir as bases para que a gente possa fazer as profundas coisas de que o Brasil precisa. E quero dizer para vocês que muitas coisas não podem ser feitas em 18 meses, muitas coisas não podem ser feitas em 4 anos, e, possivelmente, tenha outras coisas que não possam ser feitas em mais anos. O que é importante é que estejamos dando passos, por menores que eles sejam, para que a gente possa estabelecer uma nova relação entre Estado e a sociedade.

Eu quero desejar para vocês, minha querida companheira Nilcéa, que vocês tenham a ousadia de uma Rigoberta Menchú, que se dependesse da lógica dos homens, certamente, não teria ganhado o Prêmio Nobel da Paz. Não é a lógica de governo que tem que prevalecer e muito menos a lógica dos homens. O que tem que prevalecer nessa relação é a lógica da consciência, é a lógica do amadurecimento, é a lógica da convivência democrática na diferença e nas adversidades. O que tem que prevalecer é essa aula de democracia que vocês estão dando ao Presidente da República e ao Brasil com a realização desta Conferência. Vão em frente e boa luta para vocês!” (BRASIL, 2004, p.22-29)

ANEXO VI

Discurso do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República, na Abertura da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007.

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente do Brasil

“Gente, Nilcéa, eu já participei de muitas manifestações no Brasil e no mundo, desde 1969 eu participo de muitas assembleias como esta, mas eu nunca participei de um ato com tantas mulheres juntas. Se na terceira Conferência houver um crescimento proporcional demonstrado na segunda com relação à primeira, Brasília vai ter que fazer um Centro de Convenções cada vez maior, graças a Deus que é assim! Minha querida companheira Nilcéa Freire, Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; minha querida companheira Marisa; companheira que falou representando a Sociedade Civil e nossa vice-presidenta da CUT, ela falou que até dia 23 as mulheres estarão mandando em Brasília, eu até queria participar desse agrupamento porque em casa Marisa manda em mim há trinta e três anos, e eu já aprendi. Quero cumprimentar as senhoras embaixadoras creditadas junto ao Governo Brasileiro; quero cumprimentar a nossa Ministra Dilma Roussef, Ministra Chefe da Casa Civil; Márcia Bassit, Ministra interina da Saúde; a Marina Silva, do Meio Ambiente; a Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; a Marta Suplicy, do Turismo; quero cumprimentar, também, o nosso companheiro Fernando Haddad, Ministro da Educação; Orlando Silva, Ministro do Esporte; Guilherme Cassel; do Desenvolvimento Agrário; companheiro Luís Dulci; da Secretaria Geral da Presidência da República; e o companheiro Altemir Gregolim, da Secretaria Especial da Aqüi- cultura e Pesca. Quero cumprimentar também a Sra Maria José Argaña, Ministra do Instituto de Mulher do Paraguai; a Sra Laura Albornoz, Ministra do Serviço Nacional da Mulher do Chile; quero cumprimentar a Sra Cândida da Silva, Ministra da Família da Mulher de Angola; o Governador Antônio Góes, Governador do Estado do Amapá e sua senhora Marília Góes. Quero cumprimentar a nossa querida companheira pernambucana Maria Fernanda, a Presidenta da Caixa Econômica Federal; quero cumprimentar a Sra Ana Falú, representante do UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; quero cumprimentar a nossa querida companheira Jaqueline Pitanguy; a Sra

Carmem Helena, que me deu uma colher de chá para eu poder falar que a Marisa é o que é. Quero cumprimentar a Lúcia Stumpf, da UNE, que está ficando sofisticada – olha o nome da nossa Presidenta Lúcia levante para todo o mundo poder te ver, você é a nova direção da UNE. Essa é a Sra Lúcia Stumpf, Presidenta da União Nacional dos Estudantes, vocês viram? Até a UNE que sempre teve homem na direção, agora tem uma mulher! Ainda bem que vocês estão ficando muito fortes e tão organizadas depois que eu passei pela Presidência. Então, minhas queridas companheiras e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres; convidados aqui presentes; minha querida companheira Emília Fernandes, que no primeiro Governo foi também titular da Secretaria das Mulheres; minha querida Benedita da Silva, hoje Secretária de Política Social do Rio de Janeiro; minha querida Maria da Penha, se você soubesse como eu usei o seu nome na campanha! E tenho usado muito ainda! Eu tenho falado para os homens: falou feio para mulher, Lei Maria da Penha para você! Não tem jeito, tem que tratar com carinho. Queria fazer inveja para a Clara Charf: Clara, ontem à noite eu fui à casa do Apolônio visitar a René; e para fazer mais inveja, fui jantar com a Dona Maria Amélia, mãe do Chico Buarque de Holanda, e com o Chico: colocamos nossa conversa em dia, e assumi um compromisso com a Dona Maria Amélia, daqui a três anos eu vou ao aniversário dela, ela completará 100 anos. Hoje está na moda completar 100 anos. Quero cumprimentar as mulheres que estão aqui, as portadoras de deficiência, vocês sabem que temos cadeirantes aqui na frente! Hoje eu participei de um ato extraordinário que foi um ato com os atletas Para-panamericanos lá no Rio de Janeiro. Se emoção matasse, eu teria morrido do coração porque o que aqueles meninos e meninas estão fazendo no Parapanamericano sem que nenhuma empresa privada colocasse um real! A Caixa Econômica financiou todo o Para-panamericano. Bem, vocês todas vão ficar até segunda-feira. Eu estou dizendo isso porque tem um monte de companheiras que me entregou um documento, tem um monte de companheiras que vem do estado e fala o seguinte: – O Lula, faz tempo que eu não converso com você e queria tirar um retratinho e tal... Eu sei, que é importante, mas veja, eu estou com um problema e tenho que sair daqui correndo para pegar um vô. Nilcéa, eu quero ver se na segunda-feira dou uma passada por aqui, sabe? Para poder conversar um pouco porque eu não acho justo as pessoas virem dos vinte e sete estados da Federação, trabalharam, viajaram... E depois a

gente vem aqui e nem cumprimenta vocês eu quero ver se eu fico aqui umas horinhas com vocês para ouvir as reclamações que vocês têm para fazer e que, muitas vezes, por respeito, não querem fazer publicamente, mas no pé da orelha vão dizer: – Ô Lula, precisa cuidar melhor da gente... Então, vamos lá, no início do nosso segundo mandato, tomamos a decisão de aprofundar as políticas que dizem respeito à promoção de igualdade de gênero e raça. Esta é uma caminhada repleta de desafios, mas menos árdua, porque não seguimos sozinhos. Estamos caminhando e trabalhando juntos, como demonstra esta 2ª Conferência Nacional que chega aqui com a força acumulada de 200 mil vozes femininas agregadas ao longo da estrada que compôs as conferências municipais e estaduais. Vocês deram continuidade, com mais ardor e com eficiente brilhantismo à I Conferência, realizada em julho de 2004, e da qual tive de participar. Aquela histórica I Conferência gerou bons frutos, o principal deles foi o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que propiciou inúmeras conquistas em diferentes dimensões da vida das mulheres: na saúde, na educação, no enfrentamento à violência. Este Plano não é um plano apenas das mulheres, nem da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é um plano de Governo para o qual todos os Ministérios precisam contribuir direta e indiretamente. Mas, ele tampouco é só um Plano de Governo, nosso objetivo é que ele se torne uma ação do Estado Democrático Brasileiro. Sei, e vocês todas também sabem, o muito que ainda precisa ser feito, mas precisamos lembrar sempre do tanto que nós já caminhamos e de tudo o que conquistamos. A participação e a intensa mobilização de todas vocês garantiram avanços importantes. Avanços estes, reconhecidos pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da ONU, por ocasião da prestação de contas periódicas do Estado brasileiro junto ao Comitê CEDAW. Muito do reconhecimento internacional ao Brasil se deve à Lei Maria da Penha que tive a honra de sancionar e aqui, agora, completa um ano de vida. Aproveito a oportunidade para reafirmar o meu compromisso com a plena implementação desta Lei, essa é uma Lei que nós temos que garantir funcione perfeitamente bem. E reafirmo, este compromisso, fazendo um importante anúncio, estamos lançando neste momento o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Agora, você, minha querida, que veio aqui na frente falar e reclamar do orçamento escute o que é o Pacto pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres que nós estamos lançando! Vamos

investir quase um bilhão de reais até 2010 na prevenção da violência contra as mulheres: na prevenção, proteção e garantia daquelas que a vivenciaram e no combate à impunidade dos agressores. Depois, é importante que durante esta Conferência, vocês conversem com a Sra Maria da Penha, porque essa mulher que quase foi morta esperou longos 19 anos até que se fizesse justiça e eu acho que ninguém precisa esperar 19 anos para ver feita a justiça, sobretudo quando se é vítima de violência. Este Pacto, Pacto Nacional coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, reúne ações, esforços e recursos dos Ministérios da Educação, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Cultura e do Desenvolvimento Social e das Secretarias Especiais dos Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Também recebe recursos das nossas empresas públicas que precisam colocar a mão no bolso para ajudar as urgentes políticas que nós precisamos elaborar e vermos implantadas para melhorar e dar garantia às mulheres brasileiras. Não tenho dúvidas de que outros parceiros virão: o Poder Legislativo, Poder Judiciário, o Ministério Público, os Governos Estaduais e Municipais, as Organizações Não governamentais e outros parceiros porque esta é uma causa não só das mulheres, é uma questão que tem que ser assumida por toda a sociedade brasileira. Estes recursos serão investidos em várias ações a serem desenvolvidas em parcerias com estados, municípios, Legislativo e Judiciário entre as quais quero destacar algumas: primeiro, a criação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha; fortalecimento da Rede de Atendimento às Vítimas da Violência, com a criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas da Mulher e Casas Abrigo, além do reaparelhamento das unidades existentes: o atendimento às mulheres em situação de violência nos centros de referência e de assistência social, centros que serão ampliados dos atuais dois mil para três mil em todo o país, até o final deste ano. A instalação do Observatório da Lei Maria da Penha, para monitorar as eventuais dificuldades na aplicação da lei e a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra mulher voltada ao público escolar e à sociedade em geral, com destaque para aquelas destinadas à população rural. Quero ressaltar, que será dada uma atenção especial à definição de metas específicas para o desenvolvimento de políticas direcionadas às mulheres

negras, em função da situação de dupla discriminação a que estão submetidas em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Minhas amigas e minhas amigas, hoje, eu não vou dizer meus amigos, mas minhas amigas e minhas amigas. As grandes obras que um governante pode deixar para seu povo não são feitas apenas de asfalto ou de concreto. Um país não é moderno e desenvolvido apenas porque sua economia cresce e sim porque o crescimento é para todos, sem exclusão e sem a perpetuação de desigualdades históricas, sem preconceito de gênero, raça ou de qualquer outro. Um país onde também quando estado e sociedade estabelecem relações francas, formam uma parceria produtiva rumo a um objetivo comum, juntos, estado e sociedade civil estamos avançando na construção de um país mais justo e menos desigual. Volto a parabenizar a mobilização de todas vocês sem a qual, talvez, não chegássemos a tantas conquistas. Este extraordinário espírito de resistência, criatividade e dedicação das mulheres não é novidade para mim, seja como presidente, seja como cidadão, marido, pai e avô. Não preciso, e acho que nenhum homem deste país precisa, recorrer aos livros de História do Brasil para encontrar exemplo de mulheres fortes e batalhadoras. Conheci ao longo da minha vida mulheres extraordinárias em todas as classes, regiões do país e nos movimentos sociais. Tenho especial admiração pelas heroínas anônimas deste país: mulheres que chefiam sozinhas quinze milhões de lares brasileiros, mulheres que trabalham duro e que se multiplicam em muitas para criarem seus filhos e fazerem deles cidadãos de bem, mas que, infelizmente, ainda sofrem discriminação, violência doméstica, ainda ganham menos do que os homens, ainda ocupam cargos aquém da sua inteligência e capacidade, ainda não têm a representação política que merecem. Daí a importância desta Conferência, que tem como tema central a discussão sobre Mulheres e Espaços de Poder, o nosso governo, a sociedade e todas as forças democráticas do país esperam muito, mas muito trabalho de vocês. O resultado que vocês vão obter aqui contribuirá para resgatar a dívida histórica do Brasil para com as mulheres. Estamos no caminho, vamos em frente. Eu queria, minhas companheiras e companheiros, agora vou falar aos companheiros também, eu queria dizer para vocês uma coisa: nós estamos no caminho da construção do fortalecimento das instituições democráticas deste país. Não apenas no Brasil, é só olhar o que aconteceu em toda América Latina. Houve uma mudança substancial na qualidade das pessoas que estão sendo eleitas. Nem todos pensam da mesma

forma, seja pela direita ou pela esquerda, de qualquer forma, houve um avanço ideológico extraordinário. Nós acabamos de ver a Michelle Bachelet falando em imaginar que no Chile que durante tanto tempo foi governado por Pinochet, uma mulher que foi vítima dele, virar Presidenta da República, isso é uma obra e uma conquista da democracia. Agora, nós temos Cristina Kirchner disputando a eleição na Argentina. Nós temos, nos Estados Unidos a Hillary Clinton que está disputando as eleições, também no Paraguai tem uma Ministra da Educação que é candidata à eleição e eu espero que aqui no Brasil também. Isto não é de graça não, isto é uma conquista, isto não é assim: bater palma e achar que conquistou, não... Isto é muita organização política, isso é quebrar a casca do ovo e dizer que nós insistimos, mais do que insistimos, nós queremos, mais do que queremos, nós merecemos. E mais do que queremos e merecemos, vamos conquistar o direito de governar os países do mundo, as cidades, até porque vocês são a maioria, agora é importante lembrar que as coisas não são medidas por maioria e minoria apenas, porque uma maioria não organizada não é maioria, é massa de manobra. Uma maioria tem que ser organizada, politizada e não ter medo de fazer as coisas que nós precisamos fazer, e quero dizer para vocês que eu tenho força e orgulho de sobra para acreditar na força das mulheres. Primeiro porque vocês sabem a referência que a minha mãe significou na minha vida e o orgulho que tenho dela, segundo, porque vocês sabem o significado e o papel que a minha companheira, Marisa, tem na minha vida, nesses trinta e três anos de casamento. Eu acho que tenho tentado fazer um processo de educação, não sei se está certo, companheira Nilcéa, mas ontem fui inaugurar umas escolas e eu tentava passar para as meninas a importância de elas terem uma profissão, E eu dizia para elas que se elas tiverem uma profissão e independência econômica, essa é a maior liberdade que elas podem conquistar no planeta. Porque se uma mulher não tiver uma profissão, fica dependente do marido. Seja ele bom ou ruim, ela fica aturando desaforo, ouvindo coisas que não precisa ouvir, mas se ela for a mulher que tem uma profissão e o marido chegar em casa e empinar o nariz ela empina dois narizes para ele. É aí que ela demonstra a liberdade que conseguiu, mas mesmo assim, nós sabemos que essa questão da inferiorização é uma coisa cultural milenar: está cheio de gente de classe média, de mulheres com profissão definida, que muitas vezes são violentadas pelos maridos e que não o denunciam por vergonha. Nós sabemos o quê acontece em muitos lares de “gente

de bem” neste país que ainda não tem coragem de denunciar. Então, não é só uma questão de ter ou não profissão, mas ela é um começo extraordinário. A mulher não precisar do salário do marido é uma coisa extraordinária para o orgulho próprio e também para ele, porque ele gasta menos do dele. Mas é extraordinária a relação que se cria quando as pessoas têm a sua independência. Eu queria terminar, Sra Nilcéa, aproveitando que a Sra Marisa está aqui, e ela não gosta que eu fale disso, ainda mais porquê ela está preocupada com o horário, mas eu queria contar uma coisa: eu acho que mesmo para as companheiras de outros partidos políticos, o PT foi uma coisa importante, mesmo na minha vida. Quando eu me casei com a Sra Marisa, eu era peão metalúrgico e era mais grosseiro mesmo, aí começou esse tal de PT e começou essa tal da CUT, as mulheres se movimentaram pelo Brasil afora. Às vezes, eu chegava em casa lá pelas onze horas da noite e a Sra Marisa vinha para colocar a comida para mim, eu achava ótimo, sabe? Aí, um dia, ela começou a participar das reuniões das mulheres do PT e foi uma de vocês que a orientou, aí eu chegava em casa tarde, amorzinho tem comida? Ela dizia, está no fogão, vai lá esquentar. E eu ia, se todas as mulheres fizessem isso, seria um processo de aprendizado porque está cheio de homem que só entra no banheiro para tomar banho e fica – Amorzinho! Amorzinho, a toalha, amorzinho! Ora, eu acho que ainda estamos longe de conquistar a sabedoria necessária para fazer a maioria valer como maioria, não é em um passe de mágica, temos muito trabalho pela frente, muita perseverança e a necessidade de não transformar a luta das mulheres em uma luta rancorosa, com raiva. A luta das mulheres tem que ser uma luta tranqüila, com a cara bonita, com a cara boa, com a cara alegre, porque a gente vai conquistar os espaços. No mais, eu estou falando tudo isso para a Dilma e a turma de mulheres que trabalha com ela ficar mais tranqüila na hora das reuniões. No mais, eu quero dizer para vocês gente que Deus abençoe todas vocês, boa sorte nesse encontro e até a próxima segunda-feira, um abraço!” (BRASIL, 2007 p.14-19)

ANEXO VII

Discurso da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff – Presidenta da República, na Abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2011.

“Eu queria iniciar cumprimentando cada uma das companheiras mulheres aqui presentes, que vieram de lugares distantes do país, e queria dizer que, em nome do meu governo, eu quero também pedir desculpas para as companheiras que estão nas condições que elas estão denunciando. Eu lamento imensamente, queridas companheiras, que isso tenha acontecido, e o governo vai assumir todas as medidas necessárias para dar alimentação a vocês. Vou pedir, encarecidamente, ao companheiro Gilberto Carvalho que, junto com a ministra Iriny, assuma essa questão. Mas eu queria aqui falar para vocês. Primeiro, cumprimentar aqui os ministros presentes e, sobretudo, as ministras: a ministra Gleisi Hoffmann, a ministra Tereza Campello, a ministra Miriam Belchior, a ministra Luiza Bairros. Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo. Queria cumprimentar também os companheiros ministros José Eduardo Cardozo, Alexandre Padilha, Afonso Florence, Gilberto Carvalho e Luís Inácio Adams. Cumprimentar as ex-ministras-chefes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Nilcéa Freire e a Emília Fernandes. Cumprimentar também as senhoras e os senhores senadores: a Ana Rita; o companheiro Wellington, representante do Piauí; a Vanessa Grazziotin, representante do Amazonas; e a senadora Ivonete Dantas. Queria cumprimentar as deputadas Janete Pietá e Rose de Freitas e, por meio delas, eu cumprimento todos os deputados e as deputadas aqui presentes. Queria cumprimentar também a Rosana Ramos, Secretária Executiva da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Queria cumprimentar as senhoras e os senhores representantes de governos e entidades estrangeiras. Queria também cumprimentar as nossas gestoras municipais e estaduais, representantes da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presentes neste palco. As senhoras representantes de entidades e movimentos de defesa dos direitos da mulher. As senhoras secretárias municipais e estaduais dos governos, dos entes da Federação que lutam, em cada um dos seus estados, pelo

direito das mulheres. Queria também cumprimentar as jornalistas e os jornalistas aqui presentes, os profissionais de imprensa. Por fim, eu queria dirigir um cumprimento especial à cantora Ellen Oléria, que executou o Hino Nacional, e ao grupo Batalá, de mulheres do Distrito Federal; e queria agradecer, a cada uma das delegações, as cestas com os presentes que vieram de cada um dos estados aqui representados. Muito obrigada, de coração. Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque essa conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres deste nosso país, que estão aí lutando não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher. Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No meu discurso de posse, eu disse que pretendia - e pretendo - honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criar seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que vivem e sobrevivem em condições muitas vezes difíceis. E eu queria dizer para vocês que esta Conferência representa mais um passo na nossa luta. Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país. Eu tenho o compromisso inabalável - e reafirmo aqui - de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. Essa, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando, e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas. E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês vêem nos jornais ser anunciado que o Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não

vamos avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês fazem no estado de vocês, no município e na cidade de vocês. Nós, só juntas, conseguiremos avançar e superar os obstáculos. As 2.781 delegadas presentes nesta Conferência chegam aqui com força acumulada porque foram 200 mil vozes femininas que foram se mobilizando nas conferências municipais e estaduais, e ampliando a participação em todo o país. E aqui vocês encontram, sim, o meu governo sentado ali – uma representação expressiva do meu governo –, que se encontra com vocês para dizer: "Sim, nós vamos continuar nesta trajetória de luta a favor da igualdade de gênero". Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência, e que representa de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a violência contra a mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço. Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculos por obstáculos. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulheres como um deles. Essa criação da ONU Mulheres é muito importante, e na ONU Mulheres, a nossa companheira, ex-Presidente Michelle Bachelet, está fazendo um trabalho de afirmação e acredito que ela estará aqui com vocês nos próximos dias. E a ONU Mulheres, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo. Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso, porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente. A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter

certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo. Eu acredito que realizar esta 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres – e por isso eu estou aqui, nesse momento – permitirá que nós encerremos este ano com mais uma grande conquista. Os debates aqui realizados, as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As formulações em torno do tema da autonomia das mulheres, do seu direito ao trabalho, à vida digna, a uma renda compatível com a sua profissão é algo que só engrandece o Estado democrático brasileiro. Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso Presidente Lula, o Brasil vem fazendo um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; o Brasil e, em especial, as mulheres brasileiras. Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o “Bolsa Família”, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, é recebido pelas mulheres. É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade. Nós sabemos que 93% das famílias beneficiárias do Programa são, basicamente, recebidas por mulheres, no que se refere a essa transferência. A mesma coisa no “Minha Casa, Minha Vida”: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do “Minha Casa, Minha Vida”, a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do PRONAF Mulher. Milhares de mulheres na zona rural receberam seus documentos. Lançamos o “Rede Cegonha” com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto. Lançamos também um programa que eu acredito ser muito importante: um programa de atenção ao câncer de colo de mama e do colo de útero. Tudo isso na certeza de que a questão da saúde da mulher é uma questão essencial. Mas eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já, a contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, termos contratado 6 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e

para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos. Nós não descuidamos um só momento do enfrentamento firme à violência contra as mulheres. Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país, é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher, a violência de próximos afetivamente da mulher sobre ela. Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de violência covarde, é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso, tem de ser criminalizada, sim. Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI - que eu tenho certeza: será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres -, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo. Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm em sua Presidenta uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe. Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a construção de uma sociedade de iguais. Uma sociedade de mulheres que podem sonhar e realizar qualquer sonho, inclusive aquele que eu, quando criança, nunca tive porque nunca me parecia, nem passava, eu acho, pela cabeça de ninguém: o sonho de ser Presidenta da República. Bom trabalho a todas. Muito obrigada.” (BRASIL, 2011, p.9-13)

ANEXO VIII

Regulamento Interno – Caderno de Propostas – 4ª CNPM, em 2016.

Art. 15 - Os Grupos de Trabalho se reunirão no dia 11 de maio para debater e definir as propostas e recomendações para o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres a serem apreciadas pela Plenária Final da Conferência, a partir dos quatro eixos temáticos:

Parágrafo 1º - Cada eixo temático será debatido por 10 (dez) grupos, com até 150 participantes cada.

Parágrafo 2º - Os Grupos de Trabalho serão constituídos no momento da inscrição no credenciamento. Serão 20 GTs que debaterão dois eixos cada.

I – No dia 11 de maio, pela manhã, a 4ª CNPM discutirá os Eixos I e II, sendo as participantes divididas em 10 Grupos de Trabalho por eixo.

II – No dia 11 de maio à tarde, a 4ª CNPM discutirá os Eixos III e IV, sendo as participantes divididas em 10 grupos de trabalho por eixo.

Parágrafo 3º - Todos os Grupos de Trabalho deverão abordar os temas dos eixos numa perspectiva não sexista, não racista, não homofóbica-lesbofóbica-transfóbica, incorporando a diversidade étnica, a questão geracional e as diversidades regionais.

Art. 16 - Os Grupos de Trabalho serão constituídos:

I - Por delegadas, com direito a voz e voto, convidadas, com direito a voz, e observadoras, sem direito a voz e voto, em número de até 150 (cento e cinquenta) pessoas por grupo.

II - As delegadas, convidadas e observadoras serão distribuídas pelos grupos, de acordo com os temas escolhidos no pré-credenciamento, no limite de até 150 pessoas por sala.

III - Por uma coordenadora indicada pela Comissão Organizadora e uma coordenadora indicada pelo grupo, com as funções de coordenar as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o roteiro previamente recebido.

IV - Por uma relatora indicada pela Comissão Organizadora e uma relatora indicada pelo próprio grupo, responsáveis pelo relatório do grupo e pela consolidação junto aos demais grupos do mesmo eixo temático.

Art. 17 - As delegadas e convidadas presentes nos Grupos de Trabalho deverão debater e deliberar tendo por base o Relatório Consolidado pela Comissão Temática e de Relatoria, contendo as recomendações e os subsídios emanados das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, da Plenária Governamental, das Consultas Nacionais e das Conferências Livres que encaminharam seus relatórios para a Comissão Organizadora Nacional, na perspectiva dos princípios e fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres.

Parágrafo único - Estará disponível nos Grupos de Trabalho, a memória das deliberações de todas as conferências estaduais e do DF, da Plenária Governamental, das Consultas Nacionais e das Conferências Livres que encaminharam seus relatórios para a Comissão Organizadora Nacional, para eventuais consultas.

Art. 18 - Serão consideradas aprovadas no Grupo de Trabalho as propostas que obtiverem 50% mais 01 (um) dos votos das delegadas presentes nos grupos.

Parágrafo 1º - As propostas que obtiveram aprovação em 08 grupos ou mais, do mesmo eixo temático, serão consideradas aprovadas pela Conferência, mediante referendo do plenário.

Parágrafo 2º - As propostas aprovadas em 05 (cinco) ou mais grupos do mesmo eixo temático e as propostas não aprovadas (mas que obtiverem no mínimo de 30% da votação nos 10 grupos) serão deliberadas em plenário, com o seguinte encaminhamento:

- a) as propostas apresentadas em plenário e não destacadas serão consideradas aprovadas.
- b) as propostas destacadas terão uma intervenção a favor e uma intervenção contra, com o tempo máximo de 03 (três) minutos para cada. Caso o plenário não se sinta devidamente esclarecido, será aberta uma nova rodada de intervenção, sendo uma a favor e outra contra.
- c) após a discussão, serão submetidas à votação no plenário e aprovadas aquelas propostas que obtiverem 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos das delegadas presentes.

Art. 19 – Cada grupo de trabalho poderá definir:

- a) Até 05 desafios para o Eixo I;
- b) Até 10 desafios para o Eixo II;
- c) Até 05 recomendações para o Eixo III;
- d) Até 05 recomendações para o Eixo IV.

Art. 20 - As propostas discutidas nos 10 Grupos de Trabalho de cada eixo, depois de sistematizadas em um documento único pelas respectivas relatoras e sub-relatoras, deverão ser entregues à Comissão Temática e de Relatoria até às 16h do dia 11 de maio para os Eixos I e II; e até às 20h do dia 11 de maio para os Eixos III e IV.

ANEXO IX

Carta das Mulheres ao povo brasileiro (Carta aprovada na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília – DF – 12 de maio 2016)

Nós, delegadas representando as brasileiras presentes nas conferências Municipais e Estaduais, reunidas na 4ª. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo tema é “Mais Direitos, Poder e Participação para as Mulheres”, nos dirigimos ao povo brasileiro para expressar nosso repúdio veemente ao golpe de Estado que pretende interromper o mandato da primeira e única mulher que venceu duas eleições presidenciais e tem, até o ano de 2018, o direito e a legitimidade de exercer o comando da Nação.

A disputa política é salutar, quando ocorre nos marcos da legalidade. O que está acontecendo no Brasil é completamente fora da ordem institucional. A presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de abertura de impeachment numa sessão da Câmara de Deputados, realizada no dia 17 de abril, orquestrado por forças oposicionistas, pelo vice-presidente Michel Temer, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é réu em processos de corrupção e lavagem de dinheiro, razão pela qual foi afastado recentemente do cargo de deputado, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

A sessão entrará para a história como um triste episódio, pelo baixo nível do debate político e porque não há, no processo, nenhum crime de responsabilidade praticado pela presidenta, nenhuma violação dos princípios constitucionais que justifique a drástica medida da perda do mandato que a ela foi assegurado por mais de 54 milhões de brasileiras e brasileiros. Com a admissibilidade do impeachment aprovada no Senado, tal medida trará graves consequências para a jovem democracia brasileira. Estaremos diante de uma ruptura institucional, no momento em que o país completa penas três décadas do fim da ditadura militar. A presidente é uma mulher honesta, que dedicou grande parte de sua juventude à luta pela liberdade e pelo resgate à democracia, sendo objeto de um golpe jurídico-parlamentar-midiático, que lhe acarretará a perda de seu mandato e o direito de exercer cargos públicos durante oito anos.

Desde que se reelegeu, a presidenta Dilma Rousseff tem sofrido ataques sistemáticos. Seu governo está sob permanente cerco de forças políticas opositoras, da grande mídia, de parte do Poder Judiciário e outras instituições que deveriam preservar o estado democrático de direito e põem a democracia em grave risco, com o apoio dos holofotes midiáticos. Aqueles que perderam quatro eleições seguidas estão determinados a interromper o projeto de governo popular que promoveu e ampliou os direitos civis e sociais de milhões de brasileiros.

Querem culpar a presidenta pela crise econômica em curso, embora saibam que a crise é global, e atinge economias de grandes países capitalistas em todo o mundo, a exemplo dos EUA, em 2009, e diversos países europeus. A grande instabilidade política que impera no Brasil é que agrava ainda mais a situação e inviabiliza a gestão da presidenta e sua equipe, impedindo-as de conduzir o Brasil para uma virada e retomada do caminho do crescimento e da distribuição de renda.

Repudiamos os ataques que a presidenta da República vem sofrendo, que atingem principalmente na sua condição de mulher. Charges, memes, hashtags pornográficas, adesivos alusivos ao estupro da presidenta, reportagens de jornais e revistas traduzem o duro viés do discurso misógino, fundado no patriarcalismo estrutural, que resiste na sociedade. Tudo é feito para incapacitar, para desconstruir a imagem de Dilma, enquanto gestora e mulher, aos olhos do povo – o que agride não só a ela, mas a todas as mulheres. Declaramos nosso apoio à presidenta, entendendo que divergências políticas e ideológicas devem ser manifestas nos marcos da legalidade e do respeito às regras do bom convívio social. Se tivéssemos a história da humanidade registrada pelo reconhecimento das experiências das mulheres, por certo a história da construção política da democracia e dos estados democráticos de direito vivenciariam formas mais coletivas de se posicionar. E não diante dos embustes reproduzidos pela globalização, mas pelas lições de responsabilidade para com o bem comum, tão presentes às experiências históricas de gerações e gerações de mulheres.

E é assim que queremos nos manifestar, com a certeza de que seguiremos juntas, enfrentando as novas dinâmicas de um patriarcalismo que também se renova na vileza dos fascismos contemporâneos. Nunca sozinhas, e muito menos poucas. Nossas alianças não estão paralisadas nas nossas diferenças. Ao contrário –

evidenciam a força que segue brotando de nossas cumplicidades e nos impelem ao permanente exercício da luta que, temos certeza, seguirão transformando nossa sociedade. Por sabermos que nenhuma de nós se sustenta fora desta esteira é que em nosso exercício sempre cabe o reconhecimento por aquilo que cada uma tentou em benefício de todas nós. Seguimos empoderadas em nosso exercício de caminhar rumo à justiça social e igualdade.

Por fim, nós mulheres, queremos que o combate à corrupção se dê através de uma ampla Reforma Política, com participação popular, que mude radicalmente o processo de financiamento das campanhas e que garanta mecanismos de ampliação da representação das mulheres, de diferentes gerações, da representação negra, de trabalhadoras rurais, das lésbicas e trans, ciganas, das idosas, das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos, nas instâncias dos poderes legislativos e executivos.

As emblemáticas palavras da presidenta nos impelem a lutar pela restauração da verdadeira justiça: “Pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é – a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder”. Conclamamos a todos e a todas, cidadãos e cidadãs brasileiros, a defender a democracia, a não aceitar nenhum governo que não passe pelo crivo das urnas. A Constituição de 1988 é nítida em seu artigo 1º, parágrafo único: “Todo poder emana do Povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, ou diretamente ...”. Cumpra-se, portanto, o princípio constitucional, garantindo o pleno exercício do mandato da presidenta da República, Dilma Rousseff, eleita democraticamente.

Pela Democracia!

Por nós! Por todas as mulheres!

Por todo o povo brasileiro!

DILMA FICA!!!

Brasília, 11 de maio de 2016.

ANEXO X

23/05/2016 – Transcrição da entrevista com MELISSA Lemos – assistente social – gerente de serviços da Casa da Mulher Brasileira (acompanha a equipe de recepção, psicossocial, brinquedoteca e alojamento de passagem) para a tese de doutorado de Juliane Rocha Lara.

CASA DA MULHER BRASILEIRA DE BRASÍLIA



Foto: Juliane Rocha Lara em 23/05/2016

JULIANE Desde quando a Casa foi inaugurada até agora, como ela está funcionando, qual são as perspectivas futuras?

MELISSA A Casa de Brasília é a segunda do país (a primeira é a de Campo Grande/MS) e foi inaugurada em 02/06/2015. Estamos em um processo ainda um pouco “em cima do muro”, esperando saber o que vai acontecer devido às questões

políticas (contexto do Impeachment da Presidenta Dilma). Estávamos lotados dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que deixou de existir na verdade (quando o presidente interino Michel Temer assumiu). A Secretaria estava ligada diretamente à Presidência da República, agora passou a integrar o Ministério da Justiça e Cidadania, de forma que a pasta das Mulheres deixou de existir, agora está junto de uma pasta de “minorias”, o nome mulheres não existe mais. Então, todo corpo majoritário da SPM foi exonerado. Nossa coordenação ainda existe, não foi exonerada. Dentro da Casa temos duas coordenações: uma pelo governo federal e uma pelo governo do Distrito Federal. As duas ainda estão nomeadas. O contexto da Casa é formado pelo seguinte: a estrutura física da Casa foi construída pelo governo federal, toda a parte estrutural e todo corpo técnico é de responsabilidade do governo do Distrito Federal. Na verdade, a Casa tem uma gestão compartilhada, sendo que por dois anos essa gestão deve permanecer. Após os dois anos toda a gestão passa a ser do governo do Distrito Federal. Assim como em todas as casas do país, essa é a previsão. Só que atualmente só existem essas duas Casas e aí a gente não sabe o que vai acontecer.

JULIANE Já existia alguma outra Casa com a construção em andamento?

MELISSA Sim, a terceira Casa estava prestes a ser inaugurada, que é a de Curitiba/PR, mas não sabemos se vai ser inaugurada, mas o que a gente sabe é que ela estava praticamente pronta para a inauguração. Inclusive com contratos realizados, etc.

JULIANE Esse era um projeto grande, para todo o Brasil...

MELISSA A previsão era de que fosse inaugurada uma Casa em cada estado. Mas no momento, não temos nenhuma informação a respeito. O que a gente sabe hoje é isso. O funcionamento dessas duas casas (Campo Grande e Brasília), inclusive aqui no Distrito Federal a gente tem uma particularidade de a Casa não funcionar 24h. A de Campo Grande funciona 24h, conforme a previsão para todas as Casas. Aqui nós funcionamos de segunda a sexta, das 8h às 20h, por uma questão estrutural, por isso não funcionamos 24h. A Casa teve um problema na construção que inviabilizou a inauguração 24h, então a equipe de... O Banco do Brasil que foi o responsável pela contratação da construtora precisou fazer uma nova licitação com uma nova

empresa para se retornar e fazer ajustes de construção, de obra, e assim, toda a parte do TJ e da Polícia não pôde vir, não está funcionando aqui, por isso o horário limitado de funcionamento da Casa, porque as equipes não conseguiram vir para cá. Então, nesse período de funcionamento temos a equipe psicossocial, a equipe do Ministério Público, o Deam (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, o TJ (com uma particularidade), Defensoria Pública, só que assim, todo o judiciário e o DEAM funciona das 12h às 20h. Só o nosso psicossocial que funciona das 8h às 20h.

JULIANE E quanto à demanda que vocês têm?

MELISSA Percebemos uma demanda muito baixa ainda, apesar dos casos que chegam serem muito graves. Nós recebemos casos muito delicados, casos de ameaça de morte gravíssimos, casos de estupro...

JULIANE Brasília tem um alto índice de estupros, não é?

MELISSA Altíssimo. E o recorte da Casa Mulher Brasileira seria a violência doméstica, só que como os casos de estupro (por exemplo, que não é violência doméstica, mas é uma violência contra a mulher) tem sido um número muito alto a gente não deixou de atender. E a gente observa que é um número altíssimo, por semana dois, três casos que para a gente é um número alto, porque pensando em Brasília, não deveria ter esses casos, né, estamos na capital do país, então a segurança deveria garantir que pelo menos esse número fosse dessa forma. Porque é por semana, não é esporadicamente. Então a gente recebe... E a violência doméstica nem se fala. Apesar de a gente ter a Deam da Asa Sul e a Deam daqui ser um posto da Deam da Asa Sul, ou seja, a gente aqui não tem uma delegada de plantão, a gente não tem uma equipe de plantão. A gente tem agentes de plantão, na verdade. Então, nesse caso de violência doméstica a gente ainda tem uma demanda baixa pelo que de fato é a realidade do Distrito Federal, mas toda demanda que a gente tem, dentro do nosso horário de funcionamento, estamos prontos a atender.

JULIANE Então você encara que a Casa não enfrenta uma situação problemática ainda em razão de não estar funcionando as 24h, por conta dessa baixa demanda?

MELISSA Sim.

JULIANE Por outro lado, por que a senhora acha que essa demanda ainda é baixa?

MELISSA Então, justamente em função de não estar funcionando de fato (por 24h).

JULIANE Mas a senhora acha que as mulheres ainda não estão procurando a Casa por não conhecerem, não terem informações?

MELISSA Não acho que não é por não ter informação. É por não conhecerem. E não conhecem, porque a gente não pode divulgar de fato por não estar funcionando completamente. Na verdade, nós temos duas situações: porque se a gente divulga totalmente a Casa a gente teria que estar funcionando as 24h para não correr o risco de uma mulher chegar aqui e a Casa estar fechada. E ao mesmo tempo, a gente está aqui aberto durante o dia, com todo um equipamento pronto para atender e nem sempre tem um número de mulheres que a gente espera. A previsão do governo do Distrito Federal é que até o fim do ano a Casa esteja funcionando as 24h, conforme previsto anteriormente. O entrave hoje é essa obra que está em andamento.

JULIANE Independente dessas dúvidas em relação ao cenário político, como que está o clima aqui na Casa?

MELISSA Estamos no clima de expectativa, na verdade.

JULIANE Independente da Secretaria de Políticas para as Mulheres ter sido extinta, vocês acham que de alguma forma vai ter encaminhamento, que a Casa vai continuar ou vocês acham que alguma coisa pode acontecer e a Casa ser prejudicada?

MELISSA Ninguém quer esperar pelo ruim, quer acreditar que vai seguir. Claro que existe essa questão de ter acabado com a SPM, isso aí ninguém vai negar, assim, sinceramente, não vou ser hipócrita, não tem nenhuma mulher nesse governo interino, acabaram com a SPM, estamos dentro de “minorias”, nem o nome mulheres existe mais, claro que existe toda uma questão por trás disso... não vou ser hipócrita em dizer que não estamos em uma situação bem delicada nesse momento. Mas também não podemos ser pessimistas a ponto de imaginar que todo um programa

voltado para a violência contra a mulher vá por água abaixo, deixando de existir também.

JULIANE A senhora acredita que a manutenção das duas coordenadoras da Casa, que não foram exoneradas, seja uma sinalização para a manutenção da mesma?

MELISSA Não. Na verdade, é um programa muito maior, que é o Programa Mulher Sem Violência, talvez o fato de não terem mexido nesse programa ainda seja uma sinalização. Os cargos eles podem mexer, é livre nomeação. Mas o programa não, enquanto for mantido é uma boa sinalização. E o programa em si tem várias vertentes, então assim, a Casa da Mulher Brasileira é um deles, o disk 180 é outro... E hoje, o programa está lotado no Ministério da Justiça e não sabemos quem está responsável diretamente por ele. Estamos esperando esses desdobramentos. É nisso que está nossa expectativa, porque na hora que disserem que vai mudar nesse projeto, nesse programa, aí sim e que de fato podem haver mudanças para nós. Mas até agora nada foi mexido, nada foi mudado. Esperamos que pelo menos que haja mudanças naturais em função de mudança de governo, pois isso é natural, mas que não se acabe com tudo, pois isso seria muito ruim para a população.

JULIANE Teria mais alguma coisa que a senhora gostaria de falar a respeito do funcionamento da casa, sem entrar no mérito dos casos é claro, sobre o que tem sido feito no momento?

MELISSA A Casa, de uma forma geral, tem trabalhado com grupos, com a expectativa também de um serviço de proteção e autonomia que está para iniciar agora em junho, a gente vai inaugurar o serviço de proteção e autonomia econômica à mulher, que é uma das diretrizes, assim, é a porta de saída para as mulheres na questão da violência. Pois muitas mulheres que entram nesse ciclo de violência, a gente sabe que uma das questões é a dependência financeira. E aí o serviço de autonomia entra para que possa ser trabalhada a questão do fazer um curso profissionalizante, entrar no mercado de trabalho, do poder se sustentar, poder sustentar seus filhos. Seria a porta final de um trabalho interno. Essas mulheres são acompanhadas quando elas começam a frequentar a Casa, começam a receber atendimento psicossocial, da Defensoria Pública, do Ministério Público, e aí recebe uma medida protetiva... E aí a gente está iniciando o nosso trabalho de autonomia

econômica aqui na Casa, agora em junho, para poder proporcionar essa porta de saída, para que essas mulheres não fiquem naquele processo de “e agora, o que a gente faz?”. Trabalho com grupos também para que elas possam ter essa troca de experiências entres elas, sendo que esse é um trabalho do psicossocial também. A defensoria pública também faz trabalho com grupos aqui na Casa para que elas também possam ter essa troca de experiência, um pouco na ótica jurídica, para que elas possam ter um pouco de orientação jurídica sobre algumas questões, o divórcio, pensão alimentícia. São trabalhos que são realizados na Casa. O TJ também dá supervisão à equipe psicossocial aqui na Casa para que eles possam trabalhar também essa questão da orientação dos direitos dessas mulheres que às vezes no atendimento possam tirar algumas dúvidas, antes de pedir a medida protetiva, para saber como elas podem fazer, para que os profissionais já possam estar preparados na hora de um atendimento para tirar uma dúvida. E a intenção é essa, que a gente possa estar sempre trabalhando em conjunto com todo o grupo da Casa. E a gente vai tentando fazer essa integração. Aqui na Casa nós temos um colegiado gestor, em que todos os órgãos se reúnem (um representante de casa um (um juiz, um promotor, um defensor, as coordenações da Casa) uma vez por mês para estarem discutindo as questões em comum, para estarem decidindo as questões da Casa, para que a Casa vá funcionando. Então assim, hoje a maior dificuldade que temos é essa questão da obra, que a gente precisa estar reorganizando o funcionamento, por ela não estar funcionando 24h, mas a expectativa é para que a gente de fato funcione. Assim, temos aqui um alojamento de passagem que é um local onde elas podem aguardar entre um atendimento e outro, que a intenção é que também funcione 24h e que elas possam ficar até 48h afastadas de casa enquanto sai uma medida protetiva, por exemplo, enquanto o agressor é retirado de casa para que elas possam voltar, isso tudo para que elas possam ficar resguardadas de toda essa situação de violência. Só que assim, como eu falei só está funcionando durante o dia. E a previsão de um funcionamento de uma central de transportes também, para que elas possam se deslocar para um hospital se chegarem machucadas ou para algum outro serviço que seja necessário, só que também para quando a casa estiver funcionando 24h. E nós temos uma brinquedoteca que recebe os filhos enquanto as mães são atendidas.

JULIANE E existe um tempo médio desse acompanhamento com as mulheres que chegam na Casa?

MELISSA Varia muito. Como a casa não funciona 24h, hoje a gente faz o acompanhamento inicial e assim, ou elas são encaminhadas para a Casa Abrigo através da Delegacia ou elas retornam para casa delas e a gente fica fazendo o acompanhamento delas em casa. E aí nesse caso é com acompanhamento telefônico ou com através da Polícia Militar, que aí a gente tem um Programa no Distrito Federal que chama PROVID (Prevenção Orientada à Violência Doméstica) em que eles (Polícia Militar) ficam fazendo visitas à casa delas e aí se for telefônico a gente liga por uma ou duas semanas seguidas para saber se elas estão bem, se precisam retornar, algumas retornam para os grupos e a gente vai fazendo o acompanhamento através da Casa. Então assim, varia muito. Algumas mulheres são acompanhadas por algumas semanas, outras demoram um pouco mais por alguns meses. Mas pelos grupos elas podem manter o acompanhamento, temos casos de mulheres que frequentaram os grupos por três meses. Algumas que chegaram a se separar e precisaram ser acompanhadas pelos grupos por um tempo maior, até poder se estabilizar um pouco mais, ter um acompanhamento psicológico um pouco mais próximo. Então varia bastante, não dá para a gente dizer exatamente. Tem algumas mulheres que nem aceitam o acompanhamento, só vem aqui para saber o que podem fazer e não retornam, nem querem que a gente ligue mais.

JULIANE E vocês já conseguem mensurar um pouco o feedback delas em relação à Casa?

MELISSA Sim, por várias vezes, principalmente porque várias delas já vieram de algumas situações de constrangimentos em delegacias, pois em algum momento elas foram em delegacias, se sentiram constrangidas e orientaram elas a virem para cá. Então elas já chegaram aqui falando “poxa, a gente não sabia que existia a Casa, que a gente iria ser tão bem acolhida aqui e passou por “tal situação” em “tal lugar”. E até a Delegacia que nós temos aqui, os agentes já são preparados para receber essas mulheres, então às vezes até casos que eles não deveriam receber aqui, eles recebem devido às situações que essas mulheres passaram em outros

lugares, eles abrem boletim de ocorrência aqui por causa do constrangimento que elas já passaram.

ANEXO XI

Decreto Nº 9.233, de 6 de dezembro de 2017:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República, a Rede Brasil Mulher, com a finalidade de estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Parágrafo único. A Rede Brasil Mulher é uma articulação nacional de órgãos e entidades públicas, empresariais e organizações da sociedade civil.

Art. 2º São eixos de atuação da Rede Brasil Mulher:

I - saúde;

II - educação;

III - autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho;

IV - enfrentamento e combate à violência contra a mulher; e

V - fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Art. 3º São objetivos da Rede Brasil Mulher:

I - contribuir para a redução da desigualdade entre mulheres e homens, por meio da formação de gestores, profissionais de educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, e promover o acesso e a permanência de meninas, jovens e mulheres na educação de qualidade;

II - promover a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases da vida e garantir os direitos sexuais e reprodutivos;

III - contribuir para a autonomia econômica e para a igualdade de tratamento e oportunidade das mulheres no mundo do trabalho, urbano ou rural, no que se refere ao acesso, à remuneração e à ascensão, de forma a reduzir as desigualdades geracionais de classe, de raça e de etnia;

IV - fomentar e fortalecer a participação plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais,

legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores igualitários e democráticos; e

V - eliminar todas as formas de violência contra as mulheres de todas as idades nas esferas pública e privada, incluído o tráfico de pessoas e a exploração sexual.

Art. 4º Poderão compor a Rede Brasil Mulher os órgãos do Poder Executivo federal responsáveis por políticas públicas relacionadas aos eixos temáticos.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão designar núcleos, dentro da estrutura existente, com a finalidade de apoiar a implementação das ações sob sua responsabilidade no âmbito da Rede Brasil Mulher, por meio de ato conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 5º Poderão colaborar com a Rede Brasil Mulher:

I - os órgãos e as entidades públicas federais dos Poderes Legislativo e Judiciário;

II - os órgãos e as entidades públicas estaduais, distritais e municipais;

III - os organismos internacionais;

IV - as organizações da sociedade civil; e

V - as entidades empresariais.

Parágrafo único. A participação dos colaboradores de que trata o *caput* ocorrerá por meio de acordo de cooperação específico, no qual serão estabelecidas as ações, as metas e os compromissos das partes envolvidas.

Art. 6º A Rede Brasil Mulher será composta de:

I - Comitê-Executivo;

II - até cinco núcleos temáticos;

III - até cinco comitês regionais; e

IV - Comitê de Comunicação e Cultura.

Parágrafo único. A participação no Comitê-Executivo, nos núcleos temáticos, nos comitês regionais e no Comitê de Comunicação e Cultura será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º O Comitê-Executivo da Rede Brasil Mulher será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Governo da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Educação;

IV - Ministério da Cultura;

V - Ministério do Trabalho;

VI - Ministério do Desenvolvimento Social; e

VII - Ministério da Saúde.

§ 1º O representante titular de que trata o inciso I do *caput* será a Secretária Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República.

§ 2º No prazo de até cinco dias, contado da data de publicação deste Decreto, os Ministros de Estado dos órgãos referidos no *caput* indicarão os seus representantes, titulares e suplentes, que serão designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

§ 3º O Comitê-Executivo poderá convidar representantes de outros órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, da sociedade civil, de entidades empresariais e especialistas para participar de suas reuniões.

§ 4º O Comitê-Executivo elaborará seu regimento interno no prazo de sessenta e cinco dias, contado da data de publicação deste Decreto.

§ 5º A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República prestará o apoio técnico-administrativo ao Comitê-Executivo.

Art. 8º Compete ao Comitê-Executivo da Rede Brasil Mulher:

I - elaborar e revisar periodicamente o planejamento estratégico da Rede Brasil Mulher;

II - criar os núcleos temáticos e estabelecer os comitês regionais se referem os incisos II e III do *caput* do art. 6º,

III - deliberar sobre proposta de acordo de cooperação a ser firmado pela Rede Brasil Mulher com órgãos e entidades previstas no parágrafo único do art. 5º;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos planos de ação e dos acordos de cooperação técnica; e

V - consolidar em relatório semestral as informações sobre os resultados obtidos.

Art. 9º As ações realizadas no âmbito da Rede Brasil Mulher correrão à conta dos orçamentos dos órgãos e das entidades participantes.

Parágrafo único. A execução das ações previstas no *caput* estão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades participantes.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de dezembro de 2017;

Presidente 196º da Independência e 129º da República.

Michel Temer